

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

ISABELLA MOTA COLOMBO

EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS ESPECIAIS

SÃO CARLOS – SP
2022

ISABELLA MOTA COLOMBO

**EDUCAÇÃO SEXUAL NOS PROJETOS POLÍTICOS
PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS ESPECIAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de mestre em Educação Especial.

Orientador(a): Fátima Elisabeth Denari

**SÃO CARLOS – SP
2022**

Colombo, Isabella Mota

Educação Sexual nos Projetos Políticos Pedagógicos de
escolas especiais / Isabella Mota Colombo -- 2022.
145f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São
Carlos, campus São Carlos, São Carlos
Orientador (a): Fátima Elisabeth Denari
Banca Examinadora: Georgina Carolina Oliveira Faneco
Maniakas, Fábio Tadeu Reina
Bibliografia

1. Educação especial. 2. Educação sexual. 3.
Sexualidade. I. Colombo, Isabella Mota. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática
(SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação Especial

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Isabella Mota Colombo, realizada em 24/02/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Fátima Elisabeth Denari (UFSCar)

Profa. Dra. Georgina Carolina de Oliveira Faneco Maniakas (UFSCar)

Prof. Dr. Fábio Tadeu Reina (UNIARA)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Especial.

DEDICATÓRIA
Aos meus pais, Maria Lúcia e Waldir.
Ao meu avô Motão (Benedito) (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

À Deus, figura sempre presente em minha vida, abençoando toda a minha jornada.

À minha mãe, Maria Lucia, por toda a minha fonte de inspiração, força, garra e meu porto seguro. Obrigada por nunca deixar eu desistir.

Ao meu pai, Waldir, por todo incentivo, auxílio, dedicação e participação. Obrigada por sempre acreditar em mim.

Ao meu companheiro, Rodrigo, por todo apoio, encorajamento, por me acalmar e secar minhas lágrimas nos momentos difíceis. Obrigada por nunca soltar a minha mão e ser a calma em meio ao caos.

À minha orientadora, Fátima E. Denari, por todo suporte, atenção, confiança e pelos ricos momentos de aprendizagem e ensinamentos. Obrigada por acreditar em mim.

À minha melhor amiga, Tatiane, por me acompanhar na vida escolar desde a 5ª série e estar presente em toda minha vida acadêmica. Obrigada por nunca duvidar do meu potencial.

À minha amiga Paula, por ter me acompanhado durante todo o mestrado e por ter me ajudado tanto. Sem você essa caminhada teria sido praticamente impossível.

Aos membros da banca, professora Georgina Maniakas e professor Fábio Reina, por se mostrarem disponíveis e por terem contribuído grandemente para o término do estudo.

Às APAEs participantes do estudo, por terem me recebido tão bem e por terem embarcado nessa trajetória de reflexão e conhecimento.

Às participantes do estudo, pelo aceite, pelas contribuições e disponibilidade.

A educação não tem preço. Sua falta tem custo.

Antônio Gomes Lacerda

RESUMO

O presente estudo trata da Educação Sexual ofertada a alunos com deficiência matriculados em escolas especiais. Devido aos mitos e tabus que cercam a sexualidade de pessoas com deficiência, como a crença de que são assexuados ou hipersexuados, a Educação Sexual ofertada a este público é feita de forma superficial e inadequada. Assim, este estudo tem por objetivo geral investigar se a Educação Sexual está inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) de escolas especiais. E por objetivos específicos: (a) analisar de que forma a Educação Sexual está presente nos PPP de escolas especiais; (b) descrever como a Educação Sexual é abordada com alunos com deficiência em contexto escolar especializado; (c) verificar quais os profissionais envolvidos no ensino de Educação Sexual aos alunos e (d) investigar com quais alunos os temas envolvendo Educação Sexual são trabalhados. Diante do exposto, o estudo possui enfoque qualitativo com delineamento exploratório e descritivo, baseando-se juntamente também na análise documental. A coleta de dados se deu nas dependências de quatro Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, situadas em cidades de pequeno e médio porte do interior do estado de São Paulo. Participaram do estudo três diretoras escolares e uma coordenadora pedagógica, as quais compuseram o grupo de gestoras das escolas especiais do estudo e quatro psicólogas, que fizeram parte do grupo de profissionais que abordam a Educação Sexual com os alunos. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, foram lidos e analisados o Projeto Político Pedagógico e/ou outro documento concernente à prática pedagógica das escolas especiais participantes; também foram feitas entrevistas semiestruturadas com as participantes do grupo de gestoras do estudo de forma individual, igualmente ocorreu com as participantes do estudo de compuseram o grupo de profissionais que abordam a Educação Sexual com os estudantes. Os dados foram analisados a luz da análise de conteúdo. Como resultados, identificou-se que a Educação Sexual está presente nos documentos analisados de maneira superficial, que nas escolas especiais são os profissionais da área da psicologia quem trabalham com a Educação Sexual, que todas as participantes tiveram dificuldades em conceituar o que é Educação Sexual e que o trabalho a esse respeito feito nas instituições estudadas é prioritariamente com vistas à área biológica e fisiológica; deixando em segundo plano as abordagens social, política e histórica da Educação Sexual. Conclui-se pela necessidade urgente da formação inicial e continuada dos profissionais que atuam em ambiente escolar para tratar da Educação Sexual, bem como desta temática ser abordada de forma transversal.

Palavras-chave: Educação especial. Educação sexual. Sexualidade. Deficiência. Escolas especiais.

ABSTRACT

The present study deals with Sex Education offered to students with disabilities enrolled in special schools. Due to the myths and taboos surrounding the sexuality of people with disabilities, such as the belief that they are asexual or hypersexed, the Sexual Education offered to this public is done in a superficial and inadequate way. Thus, this study has the general objective of investigating whether Sexual Education is part of the Political Pedagogical Project (PPP) of special schools. And for specific purposes: (a) to analyze how Sexual Education is present in the PPP of special schools; (b) describe how Sex Education is approached with students with disabilities in a specialized school context; (c) to verify which professionals are involved in the teaching of Sexual Education to students and (d) to investigate with which students the themes involving Sexual Education are worked on. Given the above, the study has a qualitative approach with an exploratory and descriptive design, also based on document analysis. Data collection took place on the premises of four Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, located in small and medium-sized cities in the interior of the state of São Paulo. Three school directors and a pedagogical coordinator participated in the study, who made up the group of managers of the special schools in the study and four psychologists, who were part of the group of professionals who approach Sexual Education with students. As for the data collection procedures, the Pedagogical Political Project and/or other document concerning the pedagogical practice of the participating special schools were read and analyzed; semi-structured interviews were also carried out with the participants of the group of managers of the study individually, as well as with the participants of the study who composed the group of professionals who approach Sexual Education with students. Data were analyzed in light of content analysis. As a result, it was identified that Sex Education is present in the documents analyzed in a superficial way, that in special schools it is professionals in the field of psychology who work with Sex Education, that all participants had difficulties in conceptualizing what Sex Education is. and that the work done in this regard in the institutions studied is primarily with a view to the biological and physiological area; leaving in the background the social, political and historical approaches of Sex Education. It is concluded that there is an urgent need for initial and continuous training of professionals who work in a school environment to deal with Sexual Education, as well as for this issue to be approached in a transversal way.

Keywords: Special education. Sex education. Sexuality. Disabilities. Special schools.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Identificação dos Participantes por escola especial.....	64
Quadro 2: Síntese dos Participantes	69

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FANAPAES – Federação Nacional da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

ISTs – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o Gestor da Instituição

Apêndice II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o Professor e/ou Outro Profissional que aborde a Educação Sexual

Apêndice III – Roteiro de Análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Especial

Apêndice IV – Roteiro de Entrevista Semiestruturada com o Gestor da Escola Especial

Apêndice V – Roteiro de Entrevista para Professores e/ou outro Profissional da Instituição de Trabalho a Educação Sexual com os Alunos

Apêndice VI – Pesquisa bibliográfica sobre programas de Educação Sexual em escolas especiais.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. INTRODUÇÃO	13
2. ENTRELACANDO CORPO, SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA.....	15
2.1. Breve histórico da sexualidade humana.....	15
2.2. O corpo com deficiência	23
2.3. Relacionando sexualidade e deficiência.....	27
3. EDUCAÇÃO SEXUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS.....	39
3.1. Educação Sexual no Brasil.....	39
3.2. Educação Sexual ofertada às pessoas público da Educação Especial	44
3.3. Educação Sexual em APAEs	49
3.4. Educação Sexual em escolas especial: algumas práticas	53
4. OBJETIVOS	56
4.1. Objetivo geral.....	56
4.2. Objetivos específicos	56
5. MÉTODO	57
5.1. Revisão bibliográfica do tema.....	57
5.2. Caracterização da pesquisa	58
5.3. Aspectos éticos.....	58
5.4. Local de coleta de dados	59
5.5. Participantes.....	63
5.6. Instrumentos de coleta de dados	65
5.7. Materiais e equipamentos.....	66
5.8. Procedimentos de coleta de dados	66
5.9. Procedimentos para análise de dados.....	70
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	72
6.1. Conhecendo o que os Projetos Políticos Pedagógicos e demais documentos escolares dizem respeito à Educação Sexual.....	72
6.2. Conhecendo a visão das direções escolares sobre Educação Sexual	92
6.3 Conhecendo a Educação Sexual trabalhada nas APAEs.....	105
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
8. REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICE I.....	128
APÊNDICE II	132
APÊNDICE III.....	136

APÊNDICE IV	SUMÁRIO	137
APÊNDICE V		139
APÊNDICE VI.....		140

APRESENTAÇÃO

Desde o início da minha adolescência eu escutava muito falar que as pessoas com deficiências tinham “a libido aguçada” ou “a sexualidade aflorada” e “que eram bobos para algumas coisas, mas que para essas coisas eram espertos até demais”. Eu também ouvia muito o contrário: “coitados, nunca terão um relacionamento amoroso”, “pode deixar abraçar, beijar e apalpar, eles não têm essa maldade” ou “a cabeça deles é de criança, não sabem o que é isso, não têm malícia”. A respeito dessas afirmações eu somente pensava: “Mas que estranho, cada um fala uma coisa... Afinal, como é a manifestação da sexualidade dessas pessoas?”

A partir de então, sempre me interessei pelo assunto, sempre que alguém comentava sobre a temática eu prestava muita atenção, mas costumeiramente eram as mesmas falas; buscava algumas informações na *internet*, mas nunca encontrava respostas satisfatórias para as minhas dúvidas. E quando ingressei na universidade, em 2016, no curso de Licenciatura em Educação Especial, pensei: “Finalmente obterei explicações para os meus questionamentos!”. Porém, demorei muito tempo para receber essas informações, mais do que eu imaginava.

Dentre as 45 disciplinas cursadas ao longo dos 4 anos de graduação, nenhuma em específico tratava do assunto. Nesse período acabei trilhando outros percursos que me levaram a realizar minha pesquisa de iniciação científica (IC) e o meu trabalho de conclusão de curso (TCC) sobre outra temática, mas nunca abandonei o interesse e a curiosidade pela sexualidade das pessoas com deficiências. Nessa outra direção que tomei, por obra do acaso ou pelo destino, prefiro acreditar no segundo, conheci a professora Fátima Elisabeth Denari, carinhosamente chamada por mim de “Fá”, que sem eu saber é uma das pioneiras e das mais importantes pesquisadoras a respeito da sexualidade das pessoas com deficiências, e foi quem orientou minha IC e o meu TCC. E foi só então que as minhas indagações foram sendo respondidas, ou seja, praticamente no último ano da graduação. A propósito os temas da IC e do TCC se aproximam no sentido de que, ambos, se voltaram ao estudo da sexualidade e de sua manifestação por pessoas com deficiências.

É complicado pensar que em um curso de graduação que aborda a pessoa com deficiência em sua totalidade, acaba não dando grande importância à temática da sexualidade e que mesmo tratando das formas de ensino, de aprendizagem, dos modelos

educacionais e de teorias pedagógicas, não versa especificamente ou apresenta de maneira superficial, a educação sexual destinada às pessoas com deficiências. Acredito que a Educação Especial, como um todo, deve ter uma atitude mais ativa frente a educação sexual e a sexualidade do seu público, tanto dentro das universidades, para oferecerem formação e informações a esse respeito para que os profissionais cheguem ao ambiente escolar sabendo lidar com o assunto; e, também para que haja mais iniciativas e o incentivo ao desenvolvimento de programas que abordem a temática dentro das escolas, seja ela comum ou especializada. A educação sexual é sim uma necessidade apresentada pelo público da Educação Especial.

Ao refletir sobre tais angústias, dúvidas, sempre pondero que falar sobre sexo e sexualidade desde sempre foi considerado um tabu, ainda mais quando atrelados às pessoas com algum tipo de deficiência. Porém, e ainda bem, nos últimos tempos apesar de todo esse receio, a temática vem sendo debatida e recebendo significativa atenção, principalmente no meio acadêmico. No entanto, mesmo com essa abertura ainda é comum que familiares, profissionais e a população em geral acreditem no mito de que a sexualidade dessas pessoas é problemática, sendo estas percebidas como hipersexualizadas ou assexuadas. Permanece o mito do anjo e da fera....

Assim, vejo a necessidade e busco desmistificar os preconceitos e as concepções equivocadas sobre a sexualidade das pessoas com deficiências e procuro mostrar a grande importância da educação sexual para estes, tentando sempre trazer essas discussões à tona, seja no ambiente acadêmico ou no meu cotidiano para universalizar o verdadeiro conhecimento a esse respeito. Gosto e pretendo com o presente trabalho discutir sobre sexualidade de modo muito próximo e com uma linguagem mais humanizada. Foram esses os caminhos que me conduziram até aqui.

1. INTRODUÇÃO

A sexualidade se manifesta em todos os âmbitos sociais, inclusive em ambiente educacional; toda pessoa tem o direito de receber educação e informações sobre sexualidade, tenha ela algum tipo de deficiência ou não. Essa educação, dentro dos muros escolares, deve ser ofertada por profissionais que tenham conhecimento pedagógico e científico necessários para fazê-la.

No entanto, as temáticas envolvendo a sexualidade das pessoas com deficiências ainda são tidas como um tabu e por isso são pouco discutidas; dessa forma abordá-las em ambiente educacional é um grande desafio para os profissionais envolvidos. Todo esse tabu ocorre, pois há mitos que cercam a sexualidade dessas pessoas, por isso é necessária a disseminação dos conhecimentos a esse respeito. É de extrema importância que as pessoas com deficiências tenham uma Educação Sexual adequada para que possam ter a plena compreensão de seu corpo e dos outros, exercendo o seu direito de ter uma vida completa e enriquecendo sua existência.

A sexualidade presume formas de pensar, agir e sentir típicas características humanas e refletir sobre esse tema é preciso para torná-lo factível às pessoas com deficiências, porém ao discuti-lo na atual sociedade que coloca a sexualidade em um contexto polêmico e ideologicamente multifacetado, acarreta ponderações que podem delongar soluções e respostas inadequadas; atribuindo a estas pessoas restrições a encargo de uma ética sexual disfarçada de protecionismo rigoroso e paternalista validando uma certa visão de sexualidade humana, pessoa e deficiência (DENARI, 2002).

O encaminhamento para a mudança ao se tratar sobre esse tema deve-se ao crescente interesse da área acadêmica em desenvolver pesquisas desse cunho e a atos e condutas de pessoas, tanto individualmente quando em grupos civis, que por meio de suas ações vêm promovendo transformações na forma de enxergar, compreender e vivenciar a sexualidade de forma plena. Denari (1997), Maia (2006), Melo (2006), Maia e Ribeiro (2010), Paliarin (2015), Oliveira (2016) e Schiavon (2018) expressam a relevância da educação sexual e sexualidade de pessoas com deficiência.

Diante do exposto e considerando a importância e a necessidade de se trabalhar com temáticas relativas à Educação Sexual principalmente nas escolas especiais, a

questão que move esta dissertação é: De que forma a Educação Sexual está inserida nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas especiais?

Buscando responder este questionamento, a dissertação tem como objetivo geral investigar se a Educação Sexual está inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) de escolas especiais. E como objetivos específicos: (a) analisar de que forma a Educação Sexual está presente nos PPP de escolas especiais; (b) descrever como a Educação Sexual é abordada com alunos com deficiência em contexto escolar especializado; (c) verificar quais os profissionais envolvidos no ensino de Educação Sexual aos alunos e (d) investigar com quais alunos os temas envolvendo Educação Sexual são trabalhadas.

A relevância deste estudo encontra-se pautada na superação dos estigmas, mitos, tabus e preconceitos que ainda cercam a sexualidade das pessoas com deficiências. Dessa forma, o presente estudo visa contribuir para avanços na área do conhecimento sobre Educação Especial, Educação Sexual, sexualidade e deficiências abordadas juntamente. Mostrando a importância em discutir a sexualidade de pessoas com deficiência, e desta ser trabalhada em ambiente educacional, espera-se sanar as possíveis dificuldades que as escolas especiais apresentam ao abordar o tema, colaborando com uma proposta de educação sexual adequada com vistas à discussão aberta e emancipatória para a vivência plena de sua sexualidade por pessoas com deficiências.

Devido ao histórico de hesitação em realizar a educação sexual com os alunos público da Educação Especial, este estudo busca apresentar o que é Educação Sexual, qual a sua fundamentação e o que significa educar sexualmente alguém, bem como, quais os instrumentos utilizados para isso, quem pode fazê-la e o que deve e como dever ser ensinado. Para isso, a dissertação está organizada da seguinte maneira:

A primeira parte do estudo consiste em diálogos críticos com relação à maneira normativa, médica e biologizante com as quais a sexualidade e a deficiência foram construídas historicamente e socialmente. A segunda parte, contextualiza como a Educação Sexual foi desenvolvida no país e como está em curso atualmente, bem como esta é ofertada em escolas especiais. Na terceira parte, serão detalhados os caminhos e/ou perspectivas metodológicas que nortearam os processos e a definição dos instrumentos de coleta e análise dos dados. Na última parte, são apresentados os

resultados, discussões e considerações originadas a partir do trabalho de análise de conteúdo.

Espera-se que este estudo possa inspirar e redimensionar a forma como a Educação Sexual é trabalhada nas escolas brasileiras e, principalmente, em escolas especiais para alunos com deficiências.

2. ENTRELAÇANDO CORPO, SEXUALIDADE E DEFICIÊNCIA

Historicamente a deficiência foi vista como uma condição corporal negativa e que acarretava prejuízos às pessoas, porém é necessário compreender que factualmente os corpos das pessoas com deficiências têm transmitido suas manifestações e expressões nas relações humanas, de forma que marcou e ainda marca os processos políticos, sociais e culturais, bem como os afetivos-sexuais.

Toda pessoa tem uma história de vida e uma história sexual. Sabendo-se que socialmente a estética corporal afeta principalmente o corpo que é discrepante daquele considerado ideal, e o corpo da pessoa com deficiência (seja física, intelectual ou sensorial), por afastar-se desse padrão acaba sendo tido como distante da sexualidade, além desses modelos corporais hegemônicos acabarem por reforçar os preconceitos e estigmas que recaem sobre os outros corpos.

Assim, este tópico apresenta uma análise de como no decorrer dos tempos, o reforço da ideia de um corpo normativo e de uma sexualidade normativa afeta a visão que a sociedade tem a respeito da sexualidade das pessoas com deficiências, mas que não impede a sua vivência visto que o corpo apresenta inúmeras possibilidades sexuais e que a sexualidade dessas pessoas não é distinta das demais.

2.1. Breve histórico da sexualidade humana

É comum que ao deparar-se com questões envolvendo sexualidade as pessoas tomarem decisões sem parar para pensar nos contextos históricos por trás dessas questões, porém para essa tomada de decisão, é necessário compreender os padrões e normas sexuais da sociedade em que se está inserido e a forma como estes se relacionam com a sua estrutura política, socioeconômica e também cultural. Para isso, de acordo com Figueiró (1996) é de grande importância a busca pela compreensão da história da sexualidade ao longo dos séculos e como as normas e padrões sexuais foram se modificando ao longo da história da sociedade em que cada um faz parte, para o

entendimento das relações entre os ocorridos sociais, econômicos e políticos de cada época e suas influências na atualidade.

Começando pela Antiguidade, período contado a partir do desenvolvimento da escrita, aproximadamente 4.000 anos a.C., e que durou até 476 d.C. com a queda do Império Romano do Ocidente; no Antigo Egito (5.000 a.C. a 525 a.C.), as mulheres ocupavam posições com maior prestígio social, eram médicas e até mesmo faraós, além de terem muita liberdade em relação às outras civilizações. É importante destacar que no Antigo Egito não havia a valorização da virgindade, nem se quer a palavra virgem existia, pois não fazia sentido para eles, assim as mulheres poderiam ter relações sexuais antes do casamento, sendo essa atitude não vista como sinal de desonra; e também, havia contratos de casamentos que poderiam ser temporários ou não (RIBEIRO, 2005).

Porém, com o declínio do Antigo Egito e sua tomada por Alexandre, o Grande, as mulheres egípcias pouco a pouco acabaram cedendo à cultura helênica e à influência grega que as colocavam em condição social secundária, já que diferentemente das mulheres egípcias, as mulheres gregas tinham papel social muito bem definido que era apenas o de ser mãe ou de ser filha, sendo estas submissas aos seus maridos, sem se quer poder sair de casa sozinhas. Na Grécia Antiga (2.000 a.C. a 146 a.C.), as mulheres deveriam permanecer virgens até o casamento e no matrimônio não era comum que houvesse atração sexual ou amor entre o esposo e a esposa, este era voltado apenas para a procriação; o divórcio era livre e poderia ocorrer em casos de adultério, se a mulher fosse estéril ou se ela sofresse algum tipo de violência por parte do cônjuge, mas a mulher que se divorciasse não era bem vista socialmente (RIBEIRO, 2005).

Na Grécia Antiga também havia um outro grupo de mulheres para as quais, as restrições sexuais citadas anteriormente não se aplicavam; essas mulheres eram educadas, acumulavam riquezas, tinham conhecimento de instrumentos musicais e de dança e até mesmo poderiam participar de debates filosóficos (RIBEIRO, 2005). Ainda no contexto grego antigo, Pitágoras recomendava que as relações sexuais fossem realizadas no inverno e acreditava que a perda de esperma fosse prejudicial à saúde do homem, tendo em vista que assim como ele, muitos de seus contemporâneos, entendiam que reter o sêmen assegurava grande energia ao corpo (SALLES; CECCARELLI, 2010). A filosofia platônica, recomendava que o uso do prazer fosse mantido dentro do casamento e dessa forma a sexualidade era centrada no matrimônio e tais concepções mais à frente influenciaram os pensamentos estoicos; no entanto as duas vertentes não

demarcavam aquilo que era proibido ou permitido, apenas sugeriam, tais crenças não eram obrigatórias à população (FIGUEIRÓ, 1996).

Na Roma Antiga (753 a.C. a 476 d.C.), a sociedade era predominantemente masculina e escravocrata, assim mulheres e escravos deveriam ser submissos aos homens, os quais deveriam ser dominadores e líderes; mas mesmo as mulheres se submetendo aos domínios masculinos, tinham o direito de frequentar reuniões políticas e tinham importantes papéis sociais. Nessa sociedade era comum que fosse oferecido dinheiro às mulheres para cortejá-las e aceitar esse dinheiro não era algo incomum; o sexo oral era tido como indigno ao homem e aceitava-se naturalmente que um cidadão mantivesse relações sexuais com seus escravos, no entanto nas relações sexuais o homem deveria ser ativo enquanto as mulheres e os escravos passivos (RIBEIRO, 2005).

Com a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) e início das invasões bárbaras, ocorridas entre os anos 300 e 800 d.C., ocorreu o surgimento na Europa de civilizações que misturavam costumes bárbaros, romanos e cristãos. Fazia parte da cultura bárbara os cultos de fertilidade, então o sexo era uma prática muito comum na época do plantio e da colheita. Em contrapartida, o cristianismo implantou a ideia de sexo como pecado e colocou a relação sexual como algo obrigatório apenas dentro do casamento, nesse contexto, surgindo concomitantemente à Idade Média (476 d.C. a 1.453 d.C.) e seus costumes (FIGUEIRÓ, 1996).

Assim, início da Idade Média, ainda havia algumas liberdades sexuais que se opunham à moral sexual pregada pelo cristianismo, o que era proibido pela Igreja acontecia: por exemplo, as pessoas andavam nuas pelas ruas, nessa época haviam quadros de nudez, homens e mulheres tomavam banhos juntos e também era comum que as mães masturbassem as crianças para deixá-las calmas (RIBEIRO, 2005). No entanto, essas liberdades não impediram que a doutrina sexual cristã baseada no pecado e proibição, fosse se formando e se fortalecendo, mas este foi um processo lento que decorreu da fusão entre as ideias religiosas e as crenças pagãs (FIGUEIRÓ, 1996).

Nos primeiros anos da Idade Média a mulher ocupava lugar notório na Igreja Católica, as abadessas tinham grande influência sobre a Igreja e até mesmo sobre sua hierarquia, além de acumularem riquezas. A figura da mulher perde poder por parte da Igreja com a ascensão de Santos Padres que fundamentaram as doutrinas cristãs

(RIBEIRO, 2005). São Paulo (ca¹. 5 a 67 d. C.) foi o primeiro cristão a lidar diretamente com o comportamento sexual relacionando o sexo ao pecado e estabelecendo preconceito contra as atividades sexuais; seus pensamentos e sua filosofia influenciaram outros teólogos (FIGUEIRÓ, 1996).

Outros Padres da Igreja contribuíram com a visão negativa do sexo e do prazer, Santo Agostinho (354 a 430) é um dos nomes mais citados quando menciona os preceitos morais cristãos frente à sexualidade. De acordo com Salles e Ceccarelli (2010), ele coloca a origem do mal na sexualidade, alegando que o homem é fruto do pecado, assim as pessoas sentiam-se culpabilizadas pelo desejo e, então, ele exalta a virgindade e ainda coloca a mulher como a causadora do pecado dos homens, já que na visão dele a mulher seduz o homem e leva-o a cometer pecado e que, portanto, este é uma vítima indefesa de mulheres sem princípios.

Nesse sentido, a Idade Média constrói uma visão extremamente negativa, rígida e depreciativa da sexualidade:

A princípio a Igreja enquadra a nobreza feudal, da qual ela fazia parte, num rígido moralismo religioso onde a sexualidade é carregada com todas as conotações das culturas que estão na base da tradição cristã: ... o maniqueísmo agostiniano que vê na sexualidade a fonte de todos os pecados, o pecado original consequente da “queda” de Adão. O lento enquadramento dos agentes religiosos no celibato e o ideal de virgindade. (NUNES, 1987, p. 59)

Dessa forma, a moral sexual dessa época tem como característica a valorização do celibato e da virgindade; a repulsa ao sexo e que este deveria acontecer apenas dentro do casamento e somente para a procriação e eram determinados dias em que as relações sexuais poderiam acontecer; a submissão da mulher e do corpo; o divórcio era proibido e o adultério condenado e a prostituição, a homossexualidade e o autoerotismo eram vistos como pecados contra o corpo (RIBEIRO, 2005).

Segundo Nunes (1987), é difícil interpretar a moral sexual cristã primitiva; o autor acredita que o rigor surgiu, em partes, para contrapor a liberdade sexual dos pagãos, os quais pouco a pouco acabavam se enquadrando à moral sexual cristã; mas, ainda assim as práticas sexuais faziam parte do cotidiano da população. Fica evidente então que na Idade Média não se conseguia controlar totalmente a sexualidade, a linguagem sexual da época era picante com músicas e piadas; era comum o sexo com

¹ Circa é um advérbio em latim usado em datação e que significa “aproximadamente” ou “por volta de”. É, frequentemente, abreviada como c. ou ca. É amplamente utilizada em genealogia e relatos históricos quando as datas de eventos são estimadas.

animais, entre clérigos e até entre familiares. Ou seja, tudo o que era proibido era praticado, porém os mecanismos de repressão eram rígidos, por exemplo, clérigos e freiras que eram pegos em pecados eram queimados ou enforcados e as mulheres e os homens tinham suas partes sexuais queimadas (NUNES, 1987).

Entre os séculos VI e XI ocorreu o lento enquadramento dos povos bárbaros aos preceitos sexuais cristãos e cresceram os preceitos e dogmas normalizadores da sexualidade. A partir do século XII, reforça-se a ideia de que tudo que é natural agrada a Deus, dando origem a discursos referentes à prática sexual normal, aquela que une dois órgãos sexuais diferentes, e à prática sexual anormal; assim, a ideia central era a de que a sexualidade que se desviava da normal, era contra a natureza e perversa, eram estas: homossexualismo, heterossexualismo sem intenção de procriação, masturbação e coito anal. Além disso, certas posições sexuais também eram consideradas anormais, a posição normal era a do homem deitado sobre o ventre da mulher, as demais posições eram tidas como anormais, pois, ou denotaria a passividade masculina e o ideal era a submissão feminina, ou porque lembravam e apresentavam traços de animalidade (SALLES; CECCARELLI, 2010).

A desconstrução do mundo medieval foi lenta, mas a queda do sistema feudal e a ascensão da burguesia e da sua forma de ver o mundo leva à superação das crenças e valores da Idade Média. O mundo moderno que surge então é liberal, profano e crítico, rejeita os dogmas medievais e opta por uma nova maneira de entender o mundo (NUNES, 1987).

No século XVI, na Europa iniciou-se um movimento de reforma da doutrina cristã que buscava disciplinar e moralizar o clero e que provocou mudanças no comportamento e valores da população. Essa reforma ficou conhecida como Reforma Protestante ocasionada pelo inconformismo do padre Martinho Lutero (1483 a 1546) em aceitar algumas práticas da Igreja Católica. Porém, o Protestantismo, não diferente do Catolicismo, continuou com rígidas normas sexuais; mas em relação ao celibato houve uma modificação, já que ao pastor é dado o direito de constituir família e, portanto, ter vida sexual, diferentemente do que acontece com os padres da Igreja Católica. Outras normas sexuais não foram especificamente elaboradas e registradas nesse período, apenas sobre o divórcio é que regras oficiais foram elaboradas (FIGUEIRÓ, 1996).

A Europa passou por muitas transformações resultantes da Reforma Protestante, da Contrarreforma (1545), do Concílio de Trento (1546) e com o advento do capitalismo. O rigor moral de Lutero buscou opor-se ao relaxamento em que se encontravam os padres e bispos da Igreja Católica, mas não somente, porque segundo Nunes (1987), o individualismo, a honra, a ética do acúmulo sem gastos ou exageros e a consciência de pecados são os princípios do espírito capitalista que estavam enraizados na ética protestante; assim, para o capitalismo que estava em seus primórdios, era preciso reprimir a energia sexual para que esta fosse usada nas máquinas de trabalho, ou seja, as ideias luteranas relegavam a sexualidade ao nível procriativo, já que as máquinas precisavam de mão de obra barata e em abundância.

É válido destacar também o Puritanismo que ocorreu no século XVI e que com base nos ideais luteranos desvalorizou o corpo e a sensibilidade para o alcance da plenitude moral, assim, o sexo deveria ser desprovido de prazer e os cidadãos deveriam conter suas emoções e seguirem regras com muita facilidade. Para Ribeiro (2005) ter conhecimento sobre o Puritanismo é importante para compreender os comportamentos sexuais ocidentais atuais devido ao seu asceticismo que facilitou e possibilitou em séculos posteriores, uma ideologia médica de controle, classificação e normatização das expressões sexuais; e; também devido a sua ética moral rígida que relegava o prazer e a sensualidade sexual.

Dessa forma, as repressões sexuais ocorridas entre os séculos XVI, XVII e XVIII transformaram-se com a colaboração das mudanças também ocasionadas pelo sistema capitalista do século XIX. Dessa forma, ações de médicos, tratados científicos, transformações sociais e a superação de conceitos mecânicos e equivocados passaram a acelerar essas transformações também ao nível sexual no mundo moderno (NUNES, 1987). No século XIX, o Vitorianismo (1837 a 1901), ocorrido no Reino Unido, continuou a perpetuar com uma ideologia sexual repressora, com normas restritivas e negativistas, fazendo surgir uma moral médica, na qual religiosos e educadores, juntamente com médicos se dedicavam a normatizar os comportamentos sexuais. Com isso, o sexo restringia-se à reprodução da espécie humana e, portanto, a sexualidade era identificada como genital e heterossexual (RIBEIRO, 2005).

Assim sendo, foi no século XIX que os profissionais da área médica começaram a estudar de maneira mais “científica” o sexo. A medicina passou a estimular a obtenção de dados sobre a infância, pensamentos e sonhos para construir todo um conjunto de

conhecimentos sobre sexualidade, chamado por Foucault de *Scientia Sexualis*. Todavia, as informações obtidas pautavam-se em perversões e aberrações e passou-se à medicalização do sexo por meio da classificação dessas “disfunções”, passando então, a serem encaradas como doenças e não mais pecados como antigamente. Logo, a prática médica era baseada em uma política de higiene que exerceu muito controle e regulação sobre a vida sexual das pessoas (FIGUEIRÓ, 1996).

Voltando a atenção agora ao contexto nacional, no Brasil, a influência da política de higiene corresponde também ao século XIX, momento marcado pelo aumento populacional e de epidemias, fazendo com que fosse solicitado um trabalho médico de higienização da população. No país, em 1851 foi criada a Junta de Higiene Pública. O trabalho junto às famílias teve grande destaque, pois um dos objetivos dessa política de higiene era conseguir com que a população obedecesse ao Estado e foi então que a família passou a ser vista como incapaz de gerir sua própria rotina. Assim, as famílias passaram a ser “ajudadas” quanto ao manejo da vida a dois e à educação e cuidado dos filhos. Nesse sentido, além da sexualidade dos pais ser regulada, a das crianças também passou a ser (FIGUEIRÓ, 1996).

Na medicalização da sexualidade, as condutas desviantes deixaram de ser um pecado e passaram a ser fonte de doenças, destarte a masturbação, a homossexualidade, a libertinagem e a prostituição passaram a ser perseguidas pois eram tidas como desvios, bem como os excessos e abusos do prazer; isto é, o ideal de sexualidade humana era exclusivamente aquele ligado ao matrimônio, procriação e ao amor. No matrimônio passou-se a exaltar a sexualidade conjugal, porque a procriação era uma responsabilidade para com o Estado e muitas regras foram estabelecidas para este, como por exemplo a estipulação de uma idade ideal para casar-se, havendo uma grande preocupação com a solidez da família, por isso o sexo passou a ser estrategicamente vinculado ao amor, porém ao amor pragmático (FIGUEIRÓ, 1996).

Apesar dessas estratégias usadas pela política higienista, é importante salientar que mesmo estas ações podendo ser alvo de críticas, foi a Medicina que assumiu de maneira pioneira e mais concreta os trabalhos envolvendo a sexualidade humana (FIGUEIRÓ, 1996). Com a modernização e com o processo de urbanização da vida brasileira ocorridos no século XX, mudanças passaram a ser feitas nas estratégias de higiene, as quais foram superadas devido às transformações sociais que se sucederam, como o retrocesso na moralidade tradicional, a impessoalidade nas relações cotidianas,

modificação nos papéis sociais exercidos pelas mulheres e alteração no significado de família. Foi então que emergiu no século XX a modernização da vida sexual, com a temática da sexualidade sendo debatida publicamente, de forma objetiva e pautada em estudos científicos; abrindo espaços para discussões envolvendo as várias práticas sexuais, sobre o aborto, sobre a repressão da masturbação e sobre o tabu da virgindade. Também surgiram variadas disciplinas buscando compreender cientificamente o sexo e todos os assuntos que o envolve, como a fisiologia e anatomia humana, além de ser sugerida que a Educação Sexual fizesse parte dos conteúdos das faculdades de Medicina, Psicologia, Pedagogia, Enfermagem, dentre outros cursos (FIGUEIRÓ, 1996).

Destaco que essa descompressão sexual do século XX surge atrelada à revolução tecnológica ocasionada pelo capitalismo, como explica Nunes (1987):

De 1914 até 1945 o mundo capitalista sofre sérias crises. O capitalismo norte-americano acaba definitivamente por selar sobre o mundo sua incontestável hegemonia e a partir da 2ª Guerra Mundial o mundo tem um novo modelo: “The American Way of Life”. As características gerais deste novo modo de viver são o consumo, a dependência dos aparelhos sofisticados, a expropriação da subjetividade e a ânsia de consumir e “ter mais”. O capitalismo inaugura um progresso enorme ao nível das comunicações que agora são o novo aparelho ideológico de enquadramento das massas consumidoras, cria-se a “aldeia global” onde todos se sentem integrados. (NUNES, 1987, p.73)

O capitalismo incorporou a sexualidade à sua máquina de consumo, pois a grande maioria das propagandas falavam sobre sexo e estimulavam o debate sobre seus anseios; as mulheres passaram então a serem garotas propagandas e seus corpos a serem consumidos; ou seja, o sexo tornou-se um objeto de consumo, havendo uma crescente no mercado pornográfico, de sexshops e motéis. Com toda essa liberdade sexual, os movimentos de contestação também cresceram, com o espaço conquistado pelos grupos feministas, negros e homossexuais e com o rock que possibilitou a contestação na música e no comportamento dos jovens da época (NUNES, 1987).

O que importa esclarecer neste momento é que toda essa liberdade sexual pode ser vista como sendo uma variação da repressão sexual, uma repressão velada, porque quando se analisa e reflete cuidadosamente sobre a descompressão causada pelo capitalismo, nota-se que os homens continuam sendo os detentores da produção da vida e trabalham duplamente com a sexualidade: “... Numa cultura de sérios problemas de repressão a sexualidade aberta é forte atrativo de consumo e de sublimação da frustração existencial...”(NUNES, 1987, p. 90-91), além de sobre as mulheres ser construída uma

imagem de sensualidade estereotipada, sendo esta uma estratégia para dominar seus corpos (NUNES, 1987).

Encaminhando para finalizar nossa compreensão histórica da sexualidade, é de extrema importância citar as contribuições de Michael Foucault (1926 a 1984), o qual fez uma extensa e detalhada análise dos dispositivos e mecanismos da sexualidade. Para Foucault, historicamente, fomos influenciados por uma ciência sexual que instiga a falar sobre sexo para que se tenha grande conhecimento sobre ele para poder controlá-lo; ele acredita que ignora-se muito o fato de que a sexualidade é algo histórico e se desenvolveu com base em uma complexa rede de regulação social que modelava os comportamentos e os corpos (FOUCAULT, 1988).

Segundo o autor, a sexualidade não pode ser vista sob o olhar apenas da repressão, mas sim, com um olhar histórico que promove discursos sobre o sexo, no sentido de se ter o controle das pessoas não por meio da proibição, mas pela determinação das perspectivas dos corpos. Ou seja, Foucault, como sendo um dos mais importantes pensadores sobre a sexualidade, compreende que esta é uma invenção, uma construção histórica indissociável do discurso e do jogo de poder dentro dos quais ela é formada e, ao mesmo tempo, se forma (FOUCAULT, 1988). Assim, importa para ele entender como toda a aparelhagem da sexualidade foi constituída, compreendendo-se então, os discursos sobre o sexo, o ato de se falar sobre o assunto e os lugares de onde se fala a esse respeito e por quem é falado.

Em suma, buscou-se com esta breve análise histórica da sexualidade fazer uma digressão para assimilar como os discursos sobre as temáticas envolvendo o sexo foram se constituindo ao longo da história, já que mesmo no século XXI ainda experienciamos as consequências da moral sexual que foi estabelecida há séculos, no sentido de superar tais questões para que a sexualidade seja trabalhada e discutida em todos os âmbitos sociais de forma livre e sem preconceitos, e com este trabalho, especificamente, em ambiente escolar.

2.2. O corpo com deficiência

Assim como a história da sexualidade é marcada por momentos de recusa e coibição, a história das pessoas com deficiências também é notada por passagens de rejeição. Historicamente, a deficiência foi caracterizada como uma condição corporal estritamente negativa; no entanto, esses corpos têm transmitido suas expressões e

manifestações nas relações e nas produções humanas, marcando os processos políticos, sociais, culturais e também afetivos e sexuais. Logo, é necessário perceber e interpretar como a história dos corpos das pessoas com deficiências é notadamente vista por meio de uma estética corporal normativa que os afetam em inúmeros aspectos sociais, inclusive o que é de interesse desta dissertação, a sexualidade.

Para tanto, novamente, um sucinto recorte histórico será feito para lembrar e entender os caminhos que trouxeram a visão que se tem hoje das pessoas com deficiências e que, portanto, afeta a forma como a sua sexualidade é vista, ou melhor, é negada.

Resumidamente, na história da humanidade, as pessoas com deficiências eram eliminadas e menosprezadas. Nos primórdios dos tempos algumas tribos, principalmente as nômades, abandonavam ou assassinavam a criança que nascia com algum tipo de deficiência ou os adultos e idosos que por algum motivo acabavam tornando-se uma pessoa com deficiência; fosse por motivos de sobrevivência ou superstição. Também por superstição, outras tribos não conspiravam contra essas pessoas (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

Retornando à Antiguidade, na Grécia Antiga e Roma Antiga, havia grande preocupação com um corpo forte, perfeito e saudável, já que se valorizava muito o esporte e aquele que não cumpria com esses requisitos era rejeitado, a não ser que as diferenças corporais eram ocasionadas pela guerra, o que fazia com que a pessoa que tivesse um membro amputado, por exemplo, fosse vista de forma heroica. Nesta época, o pensamento de Platão (428 a.C. a 348 a.C.) que dividia o ser humano em corpo e alma, acarretou o desprezo ainda maior pela pessoa com deficiência, por esta ser considerada corporalmente ou mentalmente incapaz (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

Na Idade Média, com a visão cristã e crenças pregadas pelos Santos da Igreja Católica, dois deles já mencionados anteriormente, São Paulo e Santo Agostinho, que relacionaram a alma à Deus e o corpo ao demônio, assim os corpos com deficiências passaram a serem vistos, nesse período, como marcados pelo demônio devido a algum pecado cometido pela sua mãe ou pelo seu pai. Outra mudança ocorrida da Antiguidade para a Idade Média é que agora as pessoas com deficiências não eram mais mortas,

porém passaram a serem excluídas do convívio social e estigmatizadas como sinônimo de pecado (BIANCHETTI, 1995).

Mais adiante, foi no Renascimento, movimento político, econômico e cultural ocorrido na Europa entre os séculos XIV e XVII, que surgiram as primeiras iniciativas de pesquisas sobre a deficiência, que se deu por meio de estudos da medicina e das ciências biomédicas no geral e nos moldes da época; ocasionando às pessoas com deficiência intelectual tortura e às pessoas com deficiência física perseguição (RECHINELI; PORTO; MOREIRA, 2008).

Como já falado anteriormente, a transição do feudalismo para o capitalismo gerou inúmeras mudanças sociais o que refletiu no comportamento das pessoas. Com a ascensão do capitalismo o corpo passou a ser visto como uma condição de valor e, portanto, os corpos “perfeitos” são valorizados no sentido de que um corpo “perfeito” produz mais. Dessa forma, o corpo com algum tipo de diferença é desvalorizado já que apresenta alguma disfuncionalidade, pois este era associado a uma máquina com disfunção de uma ou mais peças, ou seja, uma máquina que não produz, o que atrapalhava a produtividade e, conseqüentemente, o ganho de dinheiro (BIANCHETTI, 1995).

Segundo Rechinesi, Porto e Moreira (2008), entre os séculos XVIII e XX houve a intensificação de estudos científicos principalmente nos campos da educação, medicina e psicologia sobre as pessoas com deficiências e especificamente no século XX com as reformas sociais e com as grandes guerras, os governos passaram a se interessar um pouco mais pelos assuntos envolvendo esse público, mas a exclusão destes continuava recorrente. Já o século XXI é marcado pela mudança na concepção dos corpos com deficiências, sem um olhar de repulsa, desaprovação ou piedade, mas sim, com reconhecimento; há muito o que ser conquistado ainda, mas o foco nas limitações desses corpos já está sendo superado e a crença em suas capacidades vêm ganhando grande espaço.

Compreende-se, desse modo, que é no corpo que se experienciam intensamente as dominações e os indícios dos contextos sociais e culturais que englobam padrões de referências. Ao final do século XX, na medida em que as posições políticas e também com a luta pela conquista de direitos pelas pessoas com deficiência ganharam força, houve uma maior visibilidade para este público, como anteriormente mencionado, o que

fez com que o próprio movimento dessas pessoas entendesse a importância de ressignificar o corpo com deficiência atestando-o como condutor de experiências corporificadas e estéticas, centro de conflitos que esboçam-no como um espaço de embates políticos, culturais e econômicos e não como um simples receptor inativo de características negativas e deficitárias (OLIVEIRA, 2016).

É de extrema importância dar relevância e notoriedade aos corpos de pessoas com deficiências, corroborando que é a partir da materialidade desses corpos que esse público pode se afirmar e estabelecer-se como sujeitos históricos e corporais; ocupando também um lugar de destaque nos estudos sobre deficiências, posicionando-os como um ponto de existência, sobre o qual se exprimem inúmeras formas de opressão e colocando-o como um espaço de beleza estética, corporal e de erotismo (OLIVEIRA, 2016).

Porém, atualmente ainda recaem sobre as pessoas com deficiências e seus corpos, estigmas, rótulos, denominações e classificações que as colocam como inferiores, vivenciando situações excludentes e constrangedoras. O estigma é um atributo considerado extremamente depreciativo pelo meio social; a pessoa estigmatizada é vista em uma situação de desvantagem em relação as demais, isso ocorre com as pessoas com deficiências já que historicamente associam-nas com desvantagem, tendo sua identidade reduzida a defeitos e anormalidades, fazendo com que se sintam inferiorizadas, excluídas e menosprezadas (FERNANDES; DENARI, 2017).

Nas culturas ocidentais, a beleza estética está ligada a possuir uma bela face e um corpo magro e escultural, nesse sentido, aquele que é percebido como bonito é desejado sexualmente por ser alguém “próximo a perfeição”; enquanto não se sentir belo ou sentir-se julgado pode despertar um sentimento de distanciamento da sexualidade, afastando as pessoas da procura do campo do prazer e das práticas sexuais por não se sentirem atraentes ou desejadas, sendo assim perceber-se belo ou asseverar beleza ao outro, pode empreender influência na forma como cada pessoa construirá os seus comportamentos sexuais e sua sexualidade, forjando então padrões e modelos corporais hegemônicos construídos social e culturalmente (OLIVEIRA; CARDOSO; DENARI, 2017).

A diferença não é apenas uma manifestação de singularidade do ser único que

cada pessoa é, mas também pode ser a liberdade, as lutas, conquistas e culturalidade, por exemplo, que faz contrapor o homogêneo, afinal a diversidade trata às situações das pessoas de serem diferentes, o que é estimável e valoroso em uma sociedade democrática, tolerante e respeitosa (FERNANDES; DENARI, 2017).

As concepções sobre a sexualidade das pessoas com deficiências relacionam-se à forma generalizada de enxergar o outro estigmatizado pela deficiência e, dessa forma, as pessoas com deficiência ao exprimir comportamentos sexuais e afetivos que são vistos normalmente pela sociedade, ao serem manifestados por elas, passam a ser vistos de forma preconceituosa e repulsiva (SCHIAVON, 2018).

Quando se considera, presume e acredita em uma abordagem inclusiva da sexualidade, nota-se que as iniciativas, ações e realizações são poucas, o que acaba reproduzindo e reforçando os estereótipos e estigmas sobre a sexualidade das pessoas com algum tipo de deficiência; porque o corpo é o mais brilhante meio de comunicação para expressar nossos sentimentos, ideias e transmitir nossas experiências, e a negação do prazer com base nesses preconceitos (o que vai de encontro aos ideais daqueles que mantêm as formas de dominação) refletem a deserotização do corpo da pessoa com deficiência (DENARI, 1997).

2.3. Relacionando sexualidade e deficiência

Antes de começar a discorrer de forma específica e mais aprofundada sobre a sexualidade das pessoas com deficiências e sobre a visão que se tem a respeito desta, é necessário esclarecer que sexo e sexualidade são distintos, porém a significação de ambos é construída socialmente. O termo “sexo” está vinculado ao fazer, ou seja, é a somatória dos comportamentos e práticas vinculadas ao ato sexual. De acordo com Glat e Freitas:

Hoje o sexo é amplamente divulgado pela mídia – de maneira pornográfica, “erótica-artística”, ou científica-educacional – em fotos, filmes, discussões, etc. Sexo, em nossa sociedade, está disponível nas bancas de jornais, nos cinemas e, inclusive à domicílio através da televisão. Até as novelas, que são muito assistidas por crianças e adolescentes, já mostram cenas e nudez e sexo quase que explícito (GLAT; FREITAS, 1996, p.46).

Já o termo “sexualidade” vincula-se ao saber e o seu conceito foi criado no século XIX. Esta diz respeito ao saber sexual, ela engloba, mas não se limita apenas ao ato sexual. Para Ribeiro (2005) a sexualidade é um conjunto de fatos, sentimentos e percepções:

É um conceito amplo, que envolve a manifestação do impulso sexual e o que

dela é decorrente: o desejo, a busca de um objeto sexual, a representação do desejo, a elaboração mental para realizar o desejo, a influência da cultura, da sociedade e da família, a moral, os valores, a religião, a sublimação, a repressão (RIBEIRO, 2005, p.1).

Pode-se dizer que a sexualidade é uma identidade sexual individual, que é moldada pela personalidade de cada um e expressa pelos seus sentimentos, comportamentos, crenças e atitudes sexuais (MAIA, 2006). Nesse sentido, como afirma Weeks (1999), o local da sexualidade é o corpo biológico, mas ela é muito mais do que apenas o corpo físico, pois incorpora ideologias, imaginações e convicções; e que, portanto, ultrapassa preocupações individuais, se estendendo a questões políticas e críticas. Neste ponto, cabe a concepção de Louro (1999) de que a sexualidade é uma questão pessoal, social, política e é construída ou aprendida ao longo de toda a vida e por todas as pessoas.

Em suma, a sexualidade está presente na vida cotidiana, influencia o comportamento tanto pessoal, quanto social. O aspecto pessoal engloba questões psicológicas, físicas e emocionais que refletem as informações obtidas durante a infância, adolescência e vida adulta. Já o aspecto social envolve o senso político e crítico que são constantemente influenciados por acontecimentos históricos e atuais (PALIARIN, 2015).

Para Nunes (1987), a sexualidade é complexa e é uma das mais importantes dimensões da condição humana, e que tratar desse assunto sempre abarca muitas controvérsias e dissidências no sentido de que diferentes e diversas concepções políticas e morais circundam-no.

Como também é um processo social, falar sobre a sexualidade envolve discutir sobre as estruturas sociais referentes ao sexo, aos corpos e ao afeto. Como foi visto, as formas padronizadas da sexualidade humana são produtos da própria atividade humana, atividade esta que está carregada de estratégias políticas e conflitos de interesses; aparecendo em diversos momentos sócio históricos na investida de normalizar as práticas sexuais proposital e circunstancialmente de acordo com padrões de cada época (SCHIAVON, 2018).

Nunes (1987) considera que a característica social da sexualidade é explosiva, porque configura-se circundada de um conjunto de valores morais que são determinados e determinantes de comportamentos e costumes sociais relacionados a coletivos.

Esse tema tornou-se foco de estudo de religiosos, cientistas, educadores e

curiosos que buscavam obter mais informações a seu respeito, constituindo-se por meio de diversas perspectivas, sendo aprendido, categorizado, dividido e detalhado (SILVA; DENARI, 2017).

Nunes (1987) define a constituição significativa da sexualidade como sendo:

A sexualidade humana não está sujeita ao determinismo animal, restrita ao mundo natural. É uma esfera que passa além disso, ela contém a intencionalidade, no sentido de consciência e de experiência de sentido, no sujeito humano. É portanto dimensão existencial, original e criativa em sua expressão e vivência. E esta dimensão é dinâmica, dialética e processual. Não se pode reduzir a sexualidade a um substrato único, imitável e eterno. A sexualidade, isto é, as qualidades, formas e significações da atividade sexual é histórica, processual e mutável. Isto significa que está sempre aberta a novas significações, novas experiências de sentido (NUNES, 1987, p.17).

Como também é um mecanismo histórico, surgiu em um momento em que houve a preocupação em supervisionar os prazeres, reforçar controles e domínios sobre as práticas sexuais e a utilização do corpo para estas como uma estratégia de poder; como já foi lembrado anteriormente (SCHIAVON, 2018). Dessa forma, a sexualidade constantemente tem sido alvo de regulação; diversas instituições como a igreja e a família têm concepções a esse respeito tidas como verdades absolutas e que repetidamente são difundidas com o intuito de normatizar a relação da sociedade com a sexualidade (SILVA; DENARI, 2017).

Britzman (1999) olha para a sexualidade como algo que se opõe a fronteiras e apresenta algumas considerações a esse respeito. A primeira delas refere-se à sexualidade como um movimento que permite florescer variados conceitos sobre o que constitui uma pedagogia voltada a essa temática e que esta é algo dinâmico. A segunda consideração vai ao encontro a ideia de que se a sexualidade é alteridade, tendo em vista que está em constante movimento, mas que este movimento é exterior à cultura, pois mesmo que a cultura tente domesticá-la, a sexualidade não segue suas regras. Já a terceira observação feita pela autora abarca o domínio imaginário, o qual faz com que a sexualidade esteja intimamente ligada à curiosidade, pois segundo Britzman (1999), sem a sexualidade não haveria a curiosidade e que sem a curiosidade o ser humano é incapaz de aprender; retornando a sexualidade ao corpo tendo em vista que a imaginação faz com que as pessoas harmonizem aquilo que elas são com o que elas desejam enquanto seres sexuados.

Entendemos que a sexualidade não deve ser vista que forma isolada, mas sim inserida nas relações humanas. De acordo com Denari (2010), aprender a anatomia e

fisiologia da reprodução humana, estabelecer relações entre o corpo, compreender a desconstruir o discurso apelativo das mídias, avaliar as atitudes e riscos ligados a certos comportamentos sexuais, saber sobre os diferentes métodos contraceptivos e poder fazer seus usos, reconhecer a diversidade de papéis e atributos que cada um dos sexos pode desempenhar, renunciar as formas violentas de manifestação da sexualidade, compreender o direito de uma maternidade e paternidade responsável e livre e promover o debate e reflexão sobre as questões referentes a sexualidade e a educação em e para esta; são condições necessárias à salvaguarda do ser e do estar de cada um.

Neste ponto é importante frizar que compreendemos a sexualidade como algo estritamente ligado ao contexto social, uma vez que ela é produzida em seu interior e está relacionada aos níveis político, econômico e moral da sociedade, e que portanto, é uma questão estrutural; concorda-se com as proposições de Nunes (1987), fazendo com que esta possa ser incluída dentro de interesses e padrões claros e objetivos de acordo com instâncias específicas.

Por tentar ser controlada constantemente, apenas um tipo de sexualidade acaba se tornando válida, que é àquela normativa e heterossexual, sendo as outras formas de sua manifestação marginalizadas e oprimidas, como ocorre com a das pessoas com deficiências. Esse controle afeta diretamente a forma como a Educação Sexual é trabalhada, o que acaba por refletir na visão que as instituições escolares têm a respeito das formas de sexualidade e como trabalham com ela em seus contextos, relacionando-a, muitas vezes, a questões de saúde pública, baseando-se em um ideário de normalidade e excluindo diversos assuntos, bem como invisibilizando a sexualidade das pessoas com deficiências (SCHIAVON, 2018).

É importante deixar claro que independentemente de se ter ou não algum tipo de deficiência a sexualidade está presente na vida de qualquer pessoa e em todas as faixas etárias; portanto ela independe dos padrões de normalidade estabelecidos pela sociedade, além de ser multifacetada, manifestando-se de formas diferentes em cada um, porém não menos genuína. Portanto, é intrínseca a todos, assim as relações afetivas e sexuais, a construção de gênero e as expressões de sentimentos, por exemplo, são demonstrações que podem surgir e variar em qualquer pessoa independente de suas condições físicas, intelectuais, psicológicas e sociais.

Segundo Maia (2006), a sexualidade de pessoas com deficiência não é questionada, pois muitos acreditam que ela não existe ou que não deva ser discutida, em

razão de ainda ser vista como um tabu, o que traz grande desconhecimento da sociedade sobre este tema, basicamente porque essa negação está atrelada a ideia de que a pessoa com deficiência é assexuada.

O estudo realizado por Maia e Ribeiro (2010), revela os principais mitos sobre a sexualidade das pessoas com deficiências: Mito 1) refere-se a crença de que são pessoas assexuadas, que não possuem necessidades sexuais, sentimentos e pensamentos; Mito 2) considera-se que são hipersexualizados, tendo desejos exacerbados e incontroláveis; Mito 3) que são pessoas pouco atraentes e que por isso não conquistam parceiros/as amorosos/as ou não mantêm relacionamento sexual e amoroso estável; Mito 4) que são pessoas com disfunções sexuais e Mito 5) que não têm condições para a reprodução, acreditando-se que são estéreis ou que terão filhos com deficiências ou que não saberão cuidar deles.

Apesar de atualmente haver uma abertura um pouco maior quanto a discussão da sexualidade da pessoa com deficiência, esses mitos ainda estão presentes socialmente, pois pouco se sabe a respeito da sexualidade dessas pessoas, enxergando-as por uma óptica estigmatizada, preconceituosa e limitante. É imprescindível compreender que a sexualidade destes não é atípica ou incomum, ao se entender isso, a negligência em relação à ela é deixada de lado, podendo oferecer-lhes uma Educação Sexual adequada e valorizar os aspectos positivos de seu exercício (PALIARIN, 2015).

As dificuldades sexuais das pessoas com deficiências, em pequena medida, são decorrentes da própria deficiência e, em grande medida, são oriundas da sociedade, mais especificamente de atitudes sociais, como o preconceito, a discriminação, exclusão, descrédito e falta de informações, orientações e Educação Sexual destinada a esse público (DENARI, 1997).

Por serem tratados de forma a não expressar ou a não sentir a sua sexualidade, as pessoas com deficiências acabam não sabendo de que forma manifestá-la podendo expressá-la de diversas maneiras inadequadas socialmente, o que acarreta em julgamentos preconceituosos e na discriminação de sua sexualidade. Entretanto, tais comportamentos não devem ser associados a deficiência, mas sim à falta de orientação e Educação Sexual que os ensinem a exprimi-la de forma condizente e adequada, respeitando as regras de condutas socialmente aceitas. (PALIARIN, 2015).

A visão estigmatizada da sexualidade das pessoas com deficiências se dá

principalmente em decorrência da ausência da concepção do papel sexual dessas pessoas no decorrer de seu desenvolvimento, ocorrendo em muitos casos a privação do convívio social, pela carência de informações recebidas e não aceitação social de seus desejos e capacidades sexuais; na qual comportamentos afetivos e sexuais que se manifestados por pessoas que não têm deficiências são considerados normais, já se expressados pelas pessoas com deficiências passam a serem vistos como desviantes e intoleráveis (LITTIG et al., 2012).

Muitas são as barreiras que limitam ou que até mesmo impedem a plena vivência de sua sexualidade por esse público, na esfera física estas barreiras se configuram na falta de acessibilidade às informações e na restrição física e/ou na ausência de locomoção; já a esfera social refere-se a barreiras ligadas ao isolamento social ao qual estão sujeitos, ao preconceito, discriminação e exclusão que estão expostos e a esfera psicológica diz respeito à depressão, baixa auto estima, insegurança e ao enfado e aborrecimento causados pela exclusão social (SCHIAVON, 2018).

Infelizmente os preconceitos sociais acabam recaindo sobre a visão que as próprias pessoas com deficiências têm a respeito de sua sexualidade. Pinel (1999) considera que:

Os preconceitos existentes na sociedade também se refletem no próprio deficiente, que passa a acreditar que a única forma válida de satisfação sexual é aquela em que o coito de repertório limitado como, por exemplo, papai e mamãe, invariavelmente culmina em orgasmo. O potencial sexual de muitas pessoas, deficientes ou não, tem sido limitado, notadamente pela ênfase dada aos contatos tradicionais pênis-vagina e à obrigatoriedade do orgasmo, quando não deturpado por um atletismo sexual, em que o que vale são a técnica e o tempo... A exploração e a experimentação, tão essenciais para o desenvolvimento erótico-afetivo de qualquer pessoa, acabam sendo duplamente tolhidas no portador de deficiências, que confunde limitação com incapacidade (PINEL, 1999 p. 215).

Assim, concebemos que as dificuldades sexuais da pessoa com deficiência não é decorrente da deficiência em si, mas que são conseqüentes das ações sociais estereotipadas e preconceituosas frente a sexualidade dessas pessoas fazendo com que estes não obtenham informações adequadas.

A manifestação e a vivência da sexualidade das pessoas com deficiências pode ser aprendida e também expressa de maneira conciliável com as determinações sociais ou de maneira própria, pois não há uma forma correta ou incorreta de expressão da sexualidade, deixando de lado, assim, os rótulos e padrões que são impostos pelo modo normalizador da sociedade; fazendo-se necessário compreender que as tentativas de

tentar reprimir a sexualidade desse público não oferece oportunidades para que eles aprendam sobre o tema, refletindo de forma negativa, já que sem essas oportunidades eles não utilizam seus conhecimentos de forma usual (SCHIAVON, 2018).

Esse preconceito está diretamente ligado à forma pela qual a sociedade compreende, reconhece e lida com as diferenças em relação aos modelos de normalidade, que são ditados por meio de regras sociais que estabelecem e exigem como se deve agir e como se deve ser em todos os aspectos envolvendo a sexualidade, estabelecendo e concebendo uma ideia de vida e sexualidade plena e feliz; conduzindo para a desvantagem os diferentes por não se adequarem a esses moldes, como acontece com o público da Educação Especial (SCHIAVON, 2018).

É notório salientar que os meios de se exprimir a sexualidade são diversos e múltiplos, independente de se ter ou não algum tipo de deficiência, não sendo possível definir se a vida afetiva e sexual será satisfatória ou não com base nesse fator, pois a presença ou a falta de dificuldades pode constar na vida de qualquer pessoa (MAIA; RIBEIRO, 2010).

Para Amor Pan (2003) é importante estudar e não negar o sentido da sexualidade das pessoas com deficiências, oferecendo-lhes oportunidades para que manifestem a sua sexualidade e tais oportunidades devem considerar aquilo que é próprio do ser humano e serem guiadas pela solidariedade para que a pessoa com deficiência possa expressar suas necessidades afetivas e sexuais com liberdade e com base em suas potencialidades. Toda pessoa com deficiência, independentemente de qual seja esta deficiência, tem o direito de desfrutar de sua sexualidade, pois a sua sexualidade não é qualitativamente diferente da das demais pessoas; a pessoa com deficiência tem desejos sexuais, mesmo que não consiga verbalizá-los e também sente prazer sexual quando é tocado por alguém ou quando toca-se ou quando toca em outra pessoa com intenção sexual (GLAT; FREITAS, 1996).

Os assuntos envolvendo a deficiência relacionando-a com a sexualidade são vistos com muita preocupação, seja por parte das instituições escolares, seja por parte da família ou da sociedade em geral, em decorrência dos inúmeros mitos causados pelo desconhecimento frente a essa temática, mostrando como é valorosa a disseminação desses saberes, que refletirá na quebra dos preconceitos e estigmas que circundam a vivência da sexualidade pelas pessoas com deficiências. Nesse sentido, serão pontuadas

algumas questões que causam incerteza para as pessoas no geral quando estas atrelam-se à deficiência como o casamento, esterilização e abuso sexual.

O assunto casamento de pessoas com deficiências ainda é tratado com censura, há uma grande resistência social à ideia de casamento para estas pessoas, principalmente porque se acredita que estes não conseguirão manter um relacionamento/casamento saudável, seja entre seus pares ou com uma pessoa sem deficiência; e também por medo da reprodução, pois muitos pensam que estes não têm condições de cuidar de seus filhos, ou que não têm condições para a reprodução ou que terão filhos com deficiências também (MAIA, 2006). Essas crenças são embasadas em preconceitos já que muitos casamentos apresentam problemas, independente de um dos parceiros ou ambos terem algum tipo de deficiência ou não; as pessoas com deficiências podem sim manter relacionamentos duradouros de forma saudável e satisfatória; além de terem condições para cuidarem de seus filhos e de gerir uma família e não necessariamente este filho apresentará alguma deficiência.

Esta temática torna-se ainda mais delicada quando se trata de casamento de pessoas com deficiência intelectual; é mais comum e mais aceito pela sociedade o casamento de pessoas com deficiências sensoriais (auditiva e visual) e deficiências físicas do que de pessoas com deficiência intelectual, uma vez que este último grupo é visto de forma a não conseguir gerir sua própria vida em todos os aspectos. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garante os direitos de personalidade (referentes à intimidade e vida privada) a todos, sem distinção de qualquer natureza. Estes mesmos direitos também estão previstos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (LBI) (2015) que discorre que a deficiência não afeta a capacidade civil da pessoa e, que portanto, a pessoa com deficiência pode casar-se e constituir união estável.

Nesse sentido, o casamento pode envolver problemas jurídicos, pois a pessoa com deficiência intelectual pode ser tida como inábil de conduzir vários âmbitos de sua vida e acaba tendo sua curatela passada a um curador. A curatela é a incumbência atribuída a alguém, geralmente a um familiar, por meio da legislação, para que esta pessoa seja responsável e cuide da outra pessoa e de seus respectivos bens, uma vez que a pessoa curatelada não tem condições de fazê-los (MARTINS; GONÇALVES, 2016).

O cenário matrimônio modificou-se bastante com o advento da LBI (2015).

Anteriormente a sua vigência, o atual Código Civil (2002) considerava nulo ou que poderia ser anulado o casamento realizado pela pessoa com deficiência intelectual, mas a LBI (2015) acrescentou ao artigo 1.550 do Código Civil (2002) em seu §2º: “A pessoa com deficiência mental ou intelectual em idade núbria poderá contrair matrimônio, expressando sua vontade diretamente ou por meio de seu responsável ou curador.” Além disso, também foram revogados os incisos II e III do artigo 3 do Código Civil (2002) que mencionavam a pessoa com deficiência intelectual como absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil; e assim passa a vigorar a capacidade jurídica plena destas pessoas e que a decretação de curatela deverá ser uma medida excepcional, tornando-se possível apenas diante da constatação de ausência total ou parcial da capacidade de discernimento.

Não é incomum o casamento de pessoas com deficiência intelectual, um exemplo está presente no documentário “Do Luto à Luta” (2005) que retrata a Síndrome de Down por meio da visão e de entrevistas com pais de pessoas com a síndrome e com as próprias pessoas que apresentam a síndrome. No documentário, dentre outras, é mostrada a história de dois jovens com Síndrome de Down que se apaixonam, namoram e casam-se, nesse caso houve o consentimento da família de ambos. O documentário mostra os anseios, aspirações e angústias do casal sobre o casamento e também como foi a cerimônia em que os jovens se casaram.

Opor-se ao casamento e à constituição familiar por parte das pessoas com deficiências é negar a elas o seu direito a uma vida afetiva e sexual. É sabido que podem haver dificuldades para se manter um casamento entre pessoas com deficiências, como a independência emocional, por exemplo; por isso é necessários oferecer-lhes ajuda educativa, ou seja, uma Educação Sexual para que possam vivenciar este direito de maneira plena.

Outro tema que gera muita controvérsia é a esterilização de pessoas com deficiências, porque também envolve a legislação brasileira, valores familiares e crenças sociais. A esterilização é um procedimento cirúrgico de controle da natalidade que impossibilita tanto homens quanto mulheres à concepção. O procedimento realizado nos homens chama-se vasectomia e nas mulheres chama-se laqueadura; ambos os procedimentos podem ser revertidos, porém as taxas de sucesso das reversões variam bastante. Maia (2006), alega que na literatura brasileira não há um consenso destes procedimentos serem ou não recomendados às pessoas com deficiências e, novamente, a

questão atrela-se mais às pessoas com deficiência intelectual. E de acordo com Reuda-Martínez et al. (2015), as preocupações públicas sobre o assunto centram-se mais na minimização de problemas sociais como sendo uma medida de proteção contra violência e exploração sexual, ou porque pode evitar transtornos ao cuidador da pessoa com deficiência a qual poderá ter um filho, por exemplo; ao invés de centrarem-se preferencialmente nas pessoas com deficiências que serão as pessoas afetadas diretamente com o procedimento médico.

A legislação brasileira que trata da esterilização de pessoas com deficiências, dentre outros assuntos, é a Lei de Planejamento Familiar, Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. No Brasil, a esterilização só pode ocorrer em pessoas consideradas pela legislação como absolutamente incapazes mediante autorização judicial; no entanto Reuda-Martínez et al. (2015) discorrem que há grande discussão em torno do uso indiscriminado dessa prática, o que acaba violando os direitos humanos concernentes à pessoa com deficiência. Ainda de acordo com os autores, na Lei de Planejamento Familiar existe a falta de algumas informações e esclarecimentos sobre os limites de idade para a realização da esterilização na pessoa com deficiência intelectual; também não é considerado se a pessoa com deficiência intelectual tem ou não filhos, não menciona nada sobre os diversos níveis existentes e possíveis de incapacidade e é omitida a necessidade de aconselhamento de equipe multidisciplinar; informações estas que estão presentes na mesma lei mas referente aos direitos das pessoas com capacidades plenas. Nesse sentido, algumas considerações feitas por esta lei são contrárias às definições estabelecidas pelas legislações inclusivas dirigidas as pessoas com deficiências, as quais tratam e/ou citam seus direitos reprodutivos e sexuais. Essas contradições podem gerar múltiplas interpretações, o que pode influenciar nas tomadas de decisões por parte dos juízes, os quais decidem se a esterilização será permitida ou não (REUDA-MARTÍNEZ et al., 2015).

Sobre esse assunto, ainda é importante destacar o papel da família, como já visto anteriormente algumas pessoas com deficiências podem ser curateladas e nestes casos, o curador, que não necessariamente é algum familiar, mas geralmente é, será quem solicita e manifesta o consentimento sobre a realização da esterilização. Essa tomada de decisão, não propositalmente, pode violar os direitos de personalidade, autonomia e dignidade da pessoa com deficiência, assim é necessário serem avaliadas as habilidades de compreensão da pessoa com deficiência, por isso o termo ‘absolutamente incapazes’

presente nas legislações já citadas é falho e nestas há a necessidade de se avaliar e incluir a compreensão dos níveis de deficiência intelectual (REUDA-MARTÍNEZ et al., 2015).

Assim, considera-se que é urgente e necessário haver um reajuste na Lei de Planejamento Familiar para que esta esteja em consonância com as políticas que respaldam os direitos das pessoas com deficiências. Acreditamos também, que os casos de pedidos de esterilização desse público devem ser analisados de forma minuciosa por equipes multidisciplinares participando a própria pessoa com deficiência, médicos, psicólogos, educadores e familiares; para que decisões com base em preconceitos e equívocas não sejam tomadas.

O tema da violência também merece destaque, todo e qualquer tipo de violência fere os direitos humanos de todas as pessoas, tendo ela algum tipo de deficiência ou não. Segundo a UNICEF, Fundos das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/BRASIL, 2014) há vários tipos de violências cometidas contra diferentes grupos sociais e que as crianças e os adolescentes são os que se destacam como vítimas de violência doméstica; e que dentro do grupo infantil os que mais sofrem com casos de violência são crianças com deficiência intelectual e física, como pode ser visto no trecho a seguir:

Adultos/as portadores/as de deficiência, que foram vítimas de violência doméstica em sua infância ou de violência perpetrada por terceiros colocaram, por exemplo, que as dificuldades de mobilidade física ou sua inabilidade para defesa pessoal contribuíram para que o quadro de violência se instalasse e perpetuasse (UNICEF/BRASIL, 2014, p.19).

De acordo com o site mantido pelo Governo do Estado de São Paulo a respeito do Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiências, a mensuração da violência contra pessoas com deficiências se tornou possível a partir do ano de 2011, quando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República passou a compartilhar com outros setores públicos os dados do serviço Disque 100 sobre esses casos.

Ainda segundo o site, até então havia dificuldades em identificar esses casos devido a invisibilidade social que ocorre no Brasil sobre a violência que as pessoas com deficiências sofrem e que também há dificuldades quanto a identificação de perfis específicos como os casos de violência que ocorrem em ambiente familiar, os casos de abuso sexual contra crianças, adolescentes e mulheres com deficiências, além da

negligência aos idosos que também fazem parte desse público.

Duarte e Maio (2014) destacam que meninas e mulheres com deficiências são grupos mais propensos de sofrerem violência intrafamiliar e sexual; mencionando ainda que dentro destes grupos as que possuem deficiência intelectual têm mais chances de serem submetidas à prostituição, pois, no geral, apresentam dificuldades de raciocínio lógico e também pouca capacidade de se defenderem. É válido salientar que para a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002) junto à deficiência, outros fatores podem aumentar a exposição de uma pessoa a violência sendo estes gênero, faixa etária e situação socioeconômica.

Mais especificamente sobre o abuso sexual, este se configura por uma situação na qual uma pessoa é usada para a gratificação sexual de outra, esta situação é baseada em uma relação de poder que pode incluir carícias, manipulação das partes íntimas, exploração sexual, exibicionismo, pornografia, ato sexual com e sem penetração e tais atitudes podem ou não serem seguidas de violência física; o abuso sexual pode ocorrer em ambiente intrafamiliar que é aquele que ocorre no ambiente doméstico e o abusador exerce uma função de confiança, cuidado e também poder sobre as crianças e também pode ocorrer em ambiente extrafamiliar, ou seja, fora das relações familiares (DUARTE; MAIO, 2014).

O trabalho de Williams (2003) mostra que dados internacionais salientam a necessidade de se atentar à temática do abuso sexual ocorrido com pessoas com deficiências já que este público tem 1,5 vezes mais chances de serem vítimas de abuso sexual, além de terem mais dificuldades de acessarem aos serviços de cuidados preventivos, intervenção policial e proteção jurídica.

Nesse sentido, colocamos novamente a importância de se reconhecer a sexualidade da pessoa com deficiência e de ofertar a elas uma educação sexual também de cunho preventivo buscando favorecer condições para que estas discriminem comportamentos sexuais adequados e inadequados, a diferença entre uma relação amorosa, de amizade e um abuso, a compreensão sobre gênero, corpo, respeito, saúde sexual e precaução contra doenças, gravidez indesejada e violências (MAIA, 2006). Também acreditamos ser necessário que os serviços de proteção a essa parcela da população precisam de avaliação contínua para que se identifique as possíveis falhas no reconhecimento dos casos, havendo assim novas estratégias para a melhora nessa

identificação e que os profissionais envolvidos nesse trabalho demandam também uma capacitação constante (DUARTE; MAIO, 2014).

Assim, fica claro o quão relevante é oferecer uma Educação Sexual adequada a qualquer grupo social, mas principalmente as pessoas com deficiência tendo em vista o histórico de negação de sua sexualidade, para que estas possam desfrutar de seus direitos sexuais e reprodutivos de forma plena, prazerosa e responsável.

3. EDUCAÇÃO SEXUAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

A maioria das pessoas, tendo elas algum tipo de deficiência ou não, crescem desprovidas de informações sobre sexo e sexualidade, engolfadas em um processo de Educação Sexual falho, inadequado e até mesmo inexistente; o que acaba se refletindo em suas vidas desde a infância até a fase adulta.

A Educação Sexual pode ser ofertada por qualquer pessoa de maneira formal ou informal. Para este estudo, tomamos o entendimento de que a Educação Sexual formal é aquela ofertada em instituições de ensino de maneira sistematizada, com base em conhecimentos pedagógicos e científicos, e sendo um processo contínuo; enquanto a informal é de incumbência da família, por exemplo, sendo parte do processo global de educação da pessoa, mas feito de forma mais simples e corriqueira. Neste estudo, o foco será a Educação Sexual formal ofertada pelas escolas especiais.

Mas afinal, o que é Educação Sexual? Como ela tem sido desenvolvida no Brasil? Quais legislações fomentam sua implementação e prática? Como é a Educação Sexual destinada a pessoas com deficiências? A seguir, buscaremos responder tais questionamentos.

3.1. Educação Sexual no Brasil

Educação Sexual é o processo no qual se constroem os entendimentos sobre a sexualidade levando em consideração aspectos como cultura, política e sociedade, relacionando-os com informações referentes ao corpo, relacionamentos, expressão de sentimentos, debater, refletir e formar opiniões, por exemplo, para que se possa aprender sobre a sexualidade e todas as questões envolvidas nela (PALIARIN, 2015).

A Educação Sexual não deve ser vista como uma ação que ocorre à parte da educação global, mas sim como parte desta, pois é um processo contínuo e permanente de aprendizagem. Porém, é necessário compreender que educar sexualmente não é apenas uma questão técnica, mas também uma questão social, estrutural e histórica.

Segundo Nunes (1897), a Educação Sexual se configura em:

... este momento é o momento de educarmos a pessoa como sujeito de si, capaz de reconhecer-se como tal frente à responsabilidade de sua existência e frente aos conflitos sociais de cuja realidade participa sem opção. Não se trata portanto de ser a favor ou contra a sexualidade antes ou depois do casamento, não se trata de regular a frequência sexual, dominar tecnicamente a questão. Trata-se de transformar o postulado básico: a pessoa humana, integrada, rica em significações, onde a paixão, o desejo e a sexualidade estão proeminentes como dimensão existencial. Educar para a responsabilidade da existência, e inserida nesta, a dimensão de responsabilidade pela sexualidade, que é a mais misteriosa expressão do “eu” e a mais comprometedora experiência do “outro”, que é todo o mundo circundante (NUNES, 1987, p.51)

Muitos acreditam que a Educação Sexual se constitui como uma temática moderna, porém a sua historiografia no Brasil data desde as primeiras décadas do século XX; é preciso examinar como a Educação Sexual vem se configurando nas escolas para poder compreender quais avanços foram conquistados e quais progressos ainda são necessários (RIBEIRO, 2009).

No contexto brasileiro, a preocupação com as discussões envolvendo a sexualidade nas escolas se intensificou no início do século XX, com fortes influências do interesse médico em educar sexualmente os jovens no sentido de prevenir infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Em 1930, no Colégio Batista, no Rio de Janeiro, ocorreu a primeira iniciativa de inclusão da Educação Sexual no currículo escolar; essa inserção durou vários anos, mas em 1954 o professor responsável pela função acabou sendo demitido e processado (FIGUEIRÓ, 1996).

A década de 1960 foi considerada favorável frente as experiências de implementação da Educação Sexual nos currículos das escolas no país; a grande maioria das escolas públicas aderiram à experiência da Educação Sexual, principalmente nos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Porém, devido aos acontecimentos políticos ocorridos no final desta década e início da década de 1970, houve um movimento contrário ao que se vinha conquistando até então. Em 1965, o então secretário de educação do estado de São Paulo proibiu que os professores falassem sobre anticoncepcionais e controle de natalidade, interferindo diretamente nos programas que haviam sido desenvolvidos restringindo os assuntos a serem abordados; e em 1968 o projeto da deputada Júlia Steinbrunch que propunha a obrigatoriedade da Educação Sexual nos currículos ofertados do primeiro ao segundo grau, foi recusado (FIGUEIRÓ, 1996).

No ano de 1970 o congresso brasileiro censurou livros e jornais que continham

informações sobre sexualidade, no entanto não havia nenhuma legislação ou proibição formal contra a Educação Sexual nas escolas. Segundo Figueiró (1996) essa interdição era difusa, mas mesmo assim eficiente, pois os educadores tinham medo de sofrer represálias, visto que ao longo da década de 1970 vários processos foram abertos contra aqueles que tentavam fazer algumas experiências relacionadas à temática. Em 1976, no Primeiro Seminário Latino-Americano de Educação Sexual, representantes brasileiros deixaram claro serem contrários às aulas de Educação Sexual e que esta deveria ser ofertada pela família e não pela escola e ainda usaram o argumento da prioridade para dificultar e combater a Educação Sexual escolar (FIGUEIRÓ, 1996).

A partir de 1978 começa ocorrer a abertura no cenário educacional frente a oferta de Educação Sexual, mas ainda haviam vários acontecimentos repressivos e que perduraram até mesmo na década de 1980. Com influência do I Congresso sobre Educação Sexual nas Escolas, feito em 1978 na cidade de São Paulo, inúmeros outros eventos científicos foram desencadeados (FIGUEIRÓ, 1996).

Ainda no ano de 1978, foi desenvolvido um projeto na rede municipal da cidade de São Paulo, que visava oferecer orientações sexuais aos estudantes; esse projeto teve duração de cinco anos. Foi desenvolvido por orientadores educacionais e por professoras de ciências, atendendo em seu primeiro ano três escolas, chegando ao seu último ano com atendimento a cinquenta escolas; nesse período quase dezenove mil alunos da 5ª série do primeiro grau foram atendidos e aproximadamente dois mil alunos de 7ª série, as outras séries como 4ª e 8ª passaram a ser atendidas a partir de 1979. A ideia era estender o projeto a pré-escola e a todas as séries do primeiro grau, entretanto em 1983 o projeto foi cancelado, já que a secretária da educação do estado de São Paulo, na época, não considerava a Educação Sexual como sendo algo prioritário para a educação (FIGUEIRÓ, 1996).

Na década de 1980, muitos livros foram escritos com o intuito de oferecer orientações sexuais para crianças, adolescentes e adultos, assim como muitas outras obras de caráter mais científico buscavam refletir sobre a Educação Sexual, principalmente a ofertada em ambiente escolar. Os programas de Educação Sexual ressurgem nas escolas por volta da segunda metade dessa década. No estado de São Paulo, em 1989, novamente é reimplementado o projeto de orientação sexual nas escolas municipais da capital, como o respaldo do então secretário municipal de educação, contudo a partir de 1993, o prefeito da cidade, suspendeu a verba para o

pagamento dos educadores sexuais (FIGUEIRÓ, 1996).

Apesar de muitos obstáculos, é perceptível que somente na década de 1990 houve a iniciativa de instituir a Educação Sexual nas escolas em caráter nacional com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Assim, a Educação Sexual foi inserida oficialmente no contexto escolar por meio dos PCN (1997) que prevê a abordagem da sexualidade feita pelos educadores de forma transversal aos demais conteúdos e disciplinas. Os PCN são um conjunto de propostas educativas que objetivam indicar as metas de qualidade que auxiliassem os educandos a se tornarem cidadãos participativos e reflexivos sobre seus direitos e deveres (BRASIL, 1997). O documento também considerava que a Educação Sexual deveria contribuir para o bem estar dos alunos, ofertando informações sobre autoconhecimento e reflexão da própria sexualidade para, dentre outros fatores, prevenir contra o abuso sexual.

Nos PCN, a temática da sexualidade foi apresentada no volume 10, dividida em três eixos temáticos - corpo: matriz da sexualidade; relações de gênero e prevenção às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS. Dessa forma, segundo seus critérios de avaliação, o objetivo era que os alunos conhecessem as características de seu corpo e do próximo; que agissem sem discriminação causada pela desigualdade de gênero; tendo também conhecimento sobre esse tema, sabendo as diferenças históricas atribuídas entre homens e mulheres e para que obtivessem informações adequadas sobre doenças sexualmente transmissíveis agindo com respeito em relação as pessoas que adquiriram HIV (BRASIL, 1997).

Apesar dos PCN terem como ideal a transversalidade da abordagem da sexualidade entre os demais assuntos, a realidade das escolas acabou não contemplando esse ideal, mesmo havendo também orientação aos educadores sobre como proceder para abordar a Educação Sexual com os alunos, o que pode ser decorrente da falta de formação disponibilizada aos professores para trabalharem essas questões (PALIARIN, 2015). Há que considerar que apenas orientá-los não basta devido à complexidade que ainda há em se abordar o assunto, pois muitos educadores veem como tabu.

Atualmente os PCNs não estão mais em vigência. Em 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada, documento que define o que os alunos deverão aprender em cada ano da educação básica (BRASIL, 2017). Assim, na BNCC a Educação Sexual ficou restrita à disciplina de Ciências com ênfase na reprodução e nas

ISTs, contemplada apenas no 8º ano e a disciplina de História do 9º ano ao tratar das transformações sociais e políticas das últimas décadas focalizando movimentos sociais de grupos de vítimas de violência (BRASIL, 2017).

Todavia, ao abordar as questões envolvendo a sexualidade apenas com estes dois focos e somente em duas turmas, não condiz com o papel maior que a Educação Sexual tem. Assim, enquanto os PCNs representaram um avanço sobre a Educação Sexual, incumbindo a esta um caráter transversal e multidisciplinar, a BNCC representa um retrocesso, pois não há uma seção específica destinada a esta; apresenta uma visão puramente biológica e preventiva da sexualidade; propõe que os objetos de conhecimento como corpo, gênero e sexualidade devem ser discutidos segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida e trata da Educação Sexual como algo basicamente disciplinar.

Esse movimento de conhecer a história Educação Sexual brasileira no ambiente escolar é importante, uma vez que permite que se identifique os desafios que foram encontrados no passado, colaborando com a percepção para se trilhar novos caminhos:

Revisitar os documentos legais que amparam as políticas públicas de educação permitiu observar que através dos últimos documentos o governo tem utilizado do mecanismo de interdição e silenciamento para controlar e regular o que, como e quando falar sobre sexualidade nas escolas, refutando o direito à informação. Entendemos que desconstruir as práticas pedagógicas executadas há anos e inserir uma nova prática não é algo simples. Mas, precisamos buscar soluções para as demandas das questões contemporâneas e, sobretudo do cotidiano dos estudantes. É necessário sair da zona de conforto e agir com urgência para modificarmos o atual cenário das propostas curriculares no Brasil (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Desse modo, no decorrer da história da Educação Sexual houve uma sucessão de avanços e retrocessos e ainda hoje esse cenário não se modificou, existe muito antagonismo circundando essa conjuntura. Inquietações e divergências são colocadas para jogo quando o assunto é oficializar a Educação Sexual em ambiente escolar, há carência de legislações que torne o tema obrigatório nas escolas. Outro fator que dificulta a sua inserção nos currículos e documentos oficiais escolares é a falta de preparo profissional, não se tem a disponibilização de formação continuada frente a temática para os professores e tão pouco formação inicial que contemple os conhecimentos concernentes a área; além do mais, quando das tentativas, ocorre a falta de legitimação desse trabalho e o desencorajamento devido aos inúmeros embates políticos presentes nesse contexto. Isto posto, muitos desafios poderão ser encontrados, mas as possibilidades se fazem presentes.

3.2. Educação Sexual ofertada às pessoas público da Educação Especial

Desde que nascemos somos seres sexualizados, por isso não há uma época específica para se iniciar a Educação Sexual. Desde muito cedo as pessoas são bombardeadas com informações sobre sexualidade, seja escutando conversas de adultos, seja pela televisão ou redes sociais ou em conversas com amigos. Muitas vezes essas informações podem chegar de maneira deturpada e fragmentada, daí uma das importâncias da Educação Sexual, quebrar com preconceitos, mitos, tabus e estereótipos.

É importante a compreensão de que a Educação Sexual é um processo de formação global da pessoa e que todas as pessoas tem direito de recebê-la, inclusive pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Podem contribuir com esse processo tanto a escola, quanto a família e a sociedade como um todo. O foco deste estudo é a Educação Sexual desenvolvida em ambiente escolar, porém a importância da família não pode deixar de ser mencionada, tendo em vista que não se faz Educação Sexual sozinho, porque este é um processo feito em conjunto e em colaboração, principalmente entre as instâncias escolar e familiar.

Segundo Denari (2002), existem grandes desafios e dificuldades para se encarar de forma ética e séria o respeito ao direito ao desenvolvimento da inserção social, psicoafetiva e de convivência da pessoa com deficiência. Constantemente encontram-se intenções de se controlar essas pessoas, já que acredita-se que elas não conseguem ou não podem ter o controle sobre si mesmas, recaindo esta tarefa aos pais. Nesse sentido, considera-se que uma boa conduta sexual dos filhos é consequência de uma boa educação recebida na família, ou seja, nela existe uma reputação, portanto a sexualidade dos filhos é um fator de bastante preocupação dos pais. Se tal preocupação recai sobre os filhos sem deficiências ela se agrava ainda mais quando relacionada a filhos com algum tipo de deficiência, ficando, os pais, com dúvidas mais exacerbadas em relação a forma como agir e como orientá-los, o que os levam muitas vezes a proibirem a manifestação da sexualidade de seus filhos (DENARI, 2002).

O estudo realizado por Littig et al. (2012) sobre a percepção de mães de adolescentes com deficiência intelectual a respeito de sua sexualidade, mostrou que de forma geral as mães não reconhecem a identidade sexual de seus filhos e devido a isso

não fornecem nenhum tipo de Educação Sexual destinada a eles. Foi identificada uma postura por parte das mães de infantilizarem seus filhos ou de superprotegê-los, considerando-os com pouca ou nenhuma probabilidade de desenvolverem interesses e/ou comportamentos sexuais; que elas acreditavam que a sexualidade deles é diferente da sexualidade de pessoas sem deficiências e que a maioria das mães estudadas nunca orientaram seus filhos sexualmente. Tal estudo revelou a reprodução da concepção social e cultural que nega a sexualidade das pessoas com deficiência, neste caso especificamente a deficiência intelectual, e que as famílias não sabem lidar com a sexualidade atrelada a deficiência.

Na busca por respostas às suas dúvidas ou simplesmente pela transferência de responsabilidade, os pais tendem a deixar a Educação Sexual sob incumbência da escola. Um dos grandes desafios para a implementação de programas de Educação Sexual para alunos com deficiências é a crença de que eles são assexuados e que por isso não necessitam de Educação Sexual ou a crença de que são hipersexualizados e que a Educação Sexual despertaria ainda mais esse interesse; mas como já visto, essas crenças são puros mitos com base em preconceitos e não em evidências científicas. Todos os familiares e todas essas pessoas seriam beneficiadas com a implementação eficaz e adequada desses programas (MAIA, 2006).

À vista disso, é direito e dever da família oferecer Educação Sexual adequada a seus filhos com deficiências, e também, é dever e responsabilidade da escola, ofertar Educação Sexual a todos os estudantes, assim como é incumbência dos professores proporcionar esses conhecimentos, dado que a Educação Sexual é inerente à função educativa. As instituições escolares compreendem um espaço que pode ser muito facilmente submetido à normas e ajustamentos, pois reflete a postura da sociedade e consequentemente é regida por suas regras e crenças; tendo o poder de provocar o senso crítico e a reflexão, mas muitas vezes pode acabar se tornando um espaço de regulação e opressão (SILVA; DENARI, 2017).

Como já foi visto, os PCN foram um grande aliado da Educação Sexual nas escolas e foram encarados como uma ação complementar às orientações sexuais oferecidas pelas famílias dos estudantes, pois segundo o documento, as escolas somente poderiam se posicionar quanto aos valores familiares caso estes violassem os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); no restante, era papel da escola oferecer informações corretas a respeito dos conceitos da sexualidade humana,

estimular pesquisas sobre como as diversas culturas se relacionam sexualmente, explicar, esclarecer e problematizar os mitos que cercam esse assunto (BRASIL, 1997).

Em relação aos estudantes com deficiências, os PCNs elaboraram uma rápida consideração alegando que esses alunos podem apresentar dificuldades para expressar e comunicar a sua sexualidade, portanto podem requerer formas diferenciadas de orientação e que, se necessário, assessorias de profissionais especializados podem ser acionadas (BRASIL, 1997). É possível perceber que nos PCNs a clientela da Educação Especial fica restrita aos alunos que frequentam as escolas regulares, mas não faz referência a como os professores devem trabalhar a Educação Sexual com esses alunos; além de não mencionar nenhum tipo de consideração a respeito daqueles que frequentam as escolas especiais, o que deveria ocorrer, já que as escolas especiais também são amparadas e têm suas práticas norteadas pelas mesmas políticas que as escolas regulares, as quais são políticas para a educação nacional como um todo.

A falta de informações sobre Educação Sexual pode causar problemas na construção de uma identidade cultural e na interação social, pois compreende inúmeros aspectos ligados às relações que as pessoas estabelecem consigo mesmas e com os outros (LITTIG et al., 2012). A Educação Sexual destinada às pessoas com deficiências é necessária para auxiliá-las quanto a entender a sua sexualidade e a usufruir dela no sentido de desenvolver adequadamente suas interações e relações pessoais; assim devem ser orientados desde crianças para que quando cheguem a adolescência já tenham conhecimento sobre seu corpo e as mudanças que ocorrerão nele; para se promover o treino de habilidades sociais e sexuais; para que saibam das informações adequadas sobre a sexualidade e ajudá-los a se envolverem em relacionamentos saudáveis no futuro, por exemplo (MAIA, 2006).

Os programas de Educação Sexual para alunos com deficiências não devem ser uma cópia daqueles oferecidos a alunos típicos, pois para o primeiro grupo deve-se analisar a necessidade de se utilizar recursos educacionais específicos e que facilitem o entendimento desses alunos, como imagens e gravuras, bonecos, jogos, modelos tridimensionais, objetos concretos e dramatizações, por exemplo. Mas os conteúdos e preceitos éticos devem ser os mesmos para ambos os grupos, ou seja, o que muda são os recursos pedagógicos, todavia os assuntos, temas e tópicos devem ser os mesmos (MORALES; BATISTA, 2010).

A implementação de programas de Educação Sexual destinado a esse alunado deve ser cuidadosamente planejada e voltada às reais necessidades desses alunos; os conteúdos ofertados sempre devem ser trabalhados de modo a estabelecer vínculos entre as vivências e experiências pessoais dos estudantes e os conhecimentos apresentados durante as aulas e é importante levar em consideração o grupo de alunos, considerando a existência de várias deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades e superdotação, além dos seus diferentes graus e formas, adaptando as maneiras de se trabalhar para que o ensinamento seja eficaz (MAIA, 2006).

Quando os alunos chegam à escola eles já carregam consigo valores sexuais transmitidos pela sua cultura e sua concepção de sexualidade que sofre influência da família e do meio social no qual esta pessoa está inserida, deste modo, a Educação Sexual ofertada pelas instituições escolares, seja ela regular ou especial, deve não somente ensinar, orientar e informar; mas também questionar, discutir e refletir os conhecimentos e valores possibilitando que cada pessoa tenha um bom entendimento de suas representações históricas, culturais e éticas que baseiam a sua concepção e prática sexual (SCHIAVON, 2018).

É preciso que os agentes escolares entendam que a Educação Sexual deve ser sistematizada, um trabalho de longo prazo e ter sua continuidade assegurada (FIGUEIRÓ, 1996). A Educação Sexual destinada aos alunos com deficiências deve ser feita pelos docentes de forma bem fundamentada e utilizando materiais adequados, com planejamento de ações viáveis. Cabe também aos professores assumir uma postura ética não transmitindo valores ou opiniões como verdades absolutas e despidendo-se de preconceitos, auxiliando os discentes com coerência e flexibilidade de modo a compreenderem o assunto adequadamente (FONSECA; OLIVEIRA, 2013). O trabalho multiprofissional e interdisciplinar também deve ser realizado, assim cabe aos profissionais e professores de diferentes áreas, de forma conjunta, sistematizar, implementar, divulgar e sugerir programas de Educação Sexual voltados as essas pessoas em questão (MAIA, 2006).

A partir do momento que a sociedade começar a reconhecer verdadeiramente os direitos das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; o direito destes receberem Educação Sexual apropriada também será assegurado. Assim, essa educação destinada a eles deverá instruí-los para crescerem mais confiantes quanto à sua sexualidade; deverá promover a redução das

dificuldades encontradas durante a puberdade e também transição para a vida adulta; auxiliá-los a definir suas identidades no geral e sexual; deverá prepará-los para tomarem decisões saudáveis frente as suas escolhas de vida e relacionamentos; assistí-los quanto sua autoestima, autoconceito e sua imagem corporal (MAIA, 2006).

Além disso, os programas de Educação Sexual destinados a este público do mesmo modo precisam orientá-los sobre as diferenças corporais entre homens e mulheres, como o seu próprio corpo se modifica e o porque isso acontece, sobre as funções e papéis sexuais, sobre a reprodução, sobre como a sexualidade se manifesta e se desenvolve e as formas de se expressá-la, sobre a expressão de sentimentos também, sobre comportamentos apropriados e inapropriados e as circunstâncias relacionadas a esses comportamentos (FONSECA; OLIVEIRA, 2013).

Educação Sexual não é apenas ensinar sobre reprodução, ISTs, métodos contraceptivos, higiene e funções corporais. Educar sexualmente engloba essas questões, mas não se limita apenas a elas; reflexões e ensinamentos sobre o prazer e o erótico também estão inseridos no “combo” da Educação Sexual, é papel do educador sexual mostrar aos alunos que sentir vontades e desejos sexuais é normal, porém atreladas a essas informações devem vir elementos sobre as formas adequadas para a expressão e para a satisfação destes desejos; é válido destacar que tais ensinamentos devem ser condizentes as faixas etárias dos estudantes (MAIA, 2006).

O abuso sexual e a prevenção deste é muito importante a serem ensinados aos alunos, principalmente para os que são público da Educação Especial, tendo em vista que, de acordo com Management Sciences for Health (MSH) e United Nations Population Fund (UNFPA) (2016) cerca de 16% a 30% dos garotos com deficiências e de 40% a 68% das garotas com deficiências sofreram violência sexual antes dos 18 anos. Para tanto, é preciso que os programas de Educação Sexual enfatizem o treinamento de habilidades preventivas, ofereçam inúmera informações sobre o abuso e violência sexual, auxiliem quanto às habilidade de reconhecer uma situação de potencial abuso, a responder apropriadamente a esta e sobre saber informar o ocorrido (MAIA, 2006).

Figueiró, já em 1996 considerava a Educação Sexual como sendo toda e qualquer ação de ensino e aprendizagem a respeito da sexualidade humana tanto em nível de conhecimento básico quanto em nível de conhecimento, reflexões e discussões

no tocante a sentimentos, emoções, normas e atitudes ambos relativos à vida sexual. Para a autora, um educador sexual tem que ajudar os alunos a compreenderem as normas sexuais e como estas foram construídas histórica e socialmente; adverte-os sobre repressão e autorepressão; orienta buscando o resgate do erótico, do gênero e do prazer; viabiliza questionamentos ideológicos e filosóficos; acredita ser imprescindível as mudanças de valores, atitudes e também de preconceitos sexuais no sentido de promover a libertação e quebra de estigmas e considera importante as lutas coletivas para transformações sociais.

Dessa forma, é de extrema importância ampliar a visão que se tem sobre a sexualidade, transcendendo a concepção simplista da biologização, devendo abarcar todas as suas extensões, para que ela possa ser vista como um direito inerente a todas as pessoas sendo tratada de forma natural e genuína.

3.3. Educação Sexual em APAEs

Na história da Educação Especial brasileira, é possível constatar o afastamento do Estado em relação a educação das pessoas com deficiências, transferindo a responsabilidade da educação dessas pessoas para o setor privado de caráter filantrópico. E neste contexto surge a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

A primeira APAE brasileira foi fundada em 1954 na cidade do Rio de Janeiro, pelas famílias de pessoas com deficiências que buscavam soluções e alternativas para que seus filhos recebessem educação e para serem incluídos na sociedade, nascendo então com o intuito de educar, prestar atendimento na área da saúde e lutar pelos direitos dessa parcela da população. Portanto, as APAEs surgem da necessidade de prestar a devida assistência às pessoas com deficiência, prioritariamente aquelas com deficiência intelectual e/ou deficiência múltiplas (FENAPAES, 2021).

No ano de 2019, eram feitos 24.971.138 atendimentos nas áreas de prevenção e saúde, educação, assistência social e inclusão no mercado de trabalho, e atualmente conta com mais de 1.300.000 assistidos, matriculados em mais de 2.200 unidades nacionais. A Declaração dos Direitos Humanos acordou em tratar de toda essa mobilização de Movimento Apaeano, o qual se configura em uma rede constituída por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras tanto públicas quanto privadas unidas para promover os direitos das pessoas com

deficiências (FENAPAES, 2021).

O Movimento Apaeano congrega a Federação Nacional das APAEs (FENAPAES), a qual é uma organização social sem fins lucrativos, de caráter cultural, assistencial e educacional, tendo como filiadas as mais de 2.200 APAEs e entidades filiadas e 25 Federações; sua missão é promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência, além de representar o Movimento Apaeano diante de organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas APAEs (FENAPAES, 2021).

O Movimento Apaeano constantemente está em reflexão sobre seus encadeamentos e sobre o seu papel na busca pelos direitos da população que atende. O Documento Norteador: Coordenadorias Técnicas da Federação Nacional das APAEs, elaborado pela gestão de 2018 a 2020 e com vigência a partir de 2019, foi organizado com o intuito de assistir a atuação profissional das coordenadorias técnicas da Rede APAE, as quais devem buscar o desenvolvimento de ações estratégicas junto aos serviços das APAEs (FENAPAES, 2019). Dessa forma, o objetivo geral do documento é estabelecer as ações e as diretrizes focalizando o direcionamento do trabalho das coordenadorias técnicas.

Essas coordenadorias técnicas são: (1) Arte e Cultura; (2) Autogestão e Autodefensoria; (3) Assistência Social; (4) Captação de Recursos; (5) Científica; (6) Educação e Ação Pedagógica; (7) Envelhecimento; (8) Educação Física, Desporte e Lazer; (9) Família; (10) Defesa de Direitos e Mobilização Social; (11) Educação Profissional, Trabalho, Emprego e Renda e (12) Prevenção e Saúde. As coordenadorias têm a função de sistematizar e disseminar os conhecimentos específicos de cada área de atuação, sendo que cada área tem orientações e fundamentos específicos, mas deve haver a atuação e diálogo interdisciplinar e intersetorial (FENAPAES, 2019).

Assim, o documento apresenta as atribuições concernentes a cada coordenadoria técnica e, conseqüentemente, as ações dos coordenadores técnicos. Porém, em nenhuma das coordenadorias há menção sobre algum tipo de trabalho a ser desenvolvido visando a Educação Sexual ou assuntos relacionados à sexualidade do público assistido pela Rede APAE, tendo em vista que em cada coordenadoria cabem temas que estão dentro da Educação Sexual e estes poderiam ser inqueridos. Ou até mesmo poderia ser criada uma coordenadoria técnica para tratar dos assuntos envolvendo a sexualidade, buscando

promover a garantia dos direitos afetivos, sexuais e reprodutivos das pessoas público da Educação Especial, oferecer subsídios para a diminuição das vulnerabilidades dessas pessoas e empenhar-se na disseminação de conhecimentos verdadeiros frente a sexualidade destas no sentido de quebrar com os inúmeros preconceitos e mitos que cercam a temática.

Outro documento importante para a organização das APAEs é o Documento Norteador: Educação e Ação Pedagógica, elaborado pela gestão de 2015 a 2017 e já promulgado em 2017. Este documento tem como objetivo gerar e orientar as ações educacionais e pedagógicas das unidades da Rede APAE, nas quais os atendimentos oferecidos atentam-se para o desenvolvimento integral de seus assistidos para que possam exercer sua cidadania, com a defesa dos direitos e liberdades fundamentais destes e o apoio às suas famílias (FENAPAES, 2017).

Uma das legislações que fundamentaram a organização deste documento foi a Lei Brasileira de Inclusão (2015), portanto esta é mencionada mostrando que atesta que as pessoas público da Educação Especial têm plena capacidade para exercerem seus direitos sexuais e reprodutivos; casar e/ou constituir união estável; que têm o direito de decidirem se querem ter filhos e, se sim, o número de filhos que desejam ter; que possuem o direito de receber informações adequadas sobre planejamento familiar e dentre outros fatores relacionados à sexualidade; mostrando que as unidades apaeanas partilham desses mesmos preceitos (FENAPAES, 2017).

No que diz respeito aos serviços educacionais, as fases contempladas são: infância, adolescência, juventude, adulto e idoso; sendo abrangidas na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial para o Trabalho e nas ações curriculares de Atividades Complementares Diversificadas, Programa Educacional Aprendizado ao Longo da Vida e Apoio Pedagógico Especializado. Ao mencionar a adolescência, o documento alega que este é um período de transformações físicas e psicológicas e que por isso essa fase requer atenção integral e integrada por parte dos profissionais da educação (FENAPAES, 2017), logo é necessário abordar a Educação Sexual com os alunos. Já ao mencionar a juventude, o documento atesta que nessa fase é preciso que sejam trabalhados assuntos como preparação para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, sexualidade, amizade, namoro e casamento (FENAPAES, 2017). Entretanto, ao abordar cada fase e ações curriculares em específico e de maneira mais aprofundada os assuntos envolvendo

a Educação Sexual não são mencionados.

As ações educacionais da Rede APAE se concentram na Escola Especial e no Centro de Atendimento Educacional Especializado. Na Escola Especial as atividades complementares diversificadas e os projetos especiais mencionados são as atividades esportivas, artísticas, de lazer, sociais e culturais (FENAPAES, 2017); as atividades relacionadas à sexualidade podem estar dentro dessas outras atividades, mas não há no documento uma precisão de que isso deve acontecer. Nas atividades a serem desenvolvidas do Programa de Aprendizado ao Longo da Vida, os assuntos concernentes à sexualidade também não são citados.

Ainda no âmbito da Escola Especial, na atuação pedagógica frente ao currículo e processo de ensino-aprendizagem são mencionadas atividades como educação ambiental, educação física, laboratório de informática e incentivo a projetos que oferecem cursos de bocha, fotografia e de papel reciclado são indicados; já a Educação Sexual fica subentendida novamente com a alusão a atividades recreativas de desenvolvimento físico, emocional, mental e social. Em relação ao Centro de Atendimento Educacional Especializado no Atendimento Educacional Especializado (AEE), o documento norteador apresenta que as ações a serem realizadas e que fazem referência à Educação Sexual são as de atenção e cuidado com o corpo e de prevenção e segurança em situações compartilhadas; oficinas de interação, comunicação, relações interpessoais e participação social em diferentes ambientes e oficinas artísticas nas quais podem ser desenvolvidas atividades que promovam o desenvolvimento da expressão (FENAPAES, 2017).

É importante esclarecer que apesar dos documentos norteadores cada APAE tem sua própria organização e autonomia para realizar suas ações de acordo com esses documentos, assim nem todas têm o mesmo arranjo. Riscal (2009) considera que:

A instituição escolar, para realizar os seus objetivos, deve ser organizada de forma a estabelecê-los com clareza, planejar as ações para atingir estes fins e avaliar se eles foram atingidos para, a partir destes dados, retomar e reformular o projeto de ação. Isso significa que a instituição escolar deve ter um projeto que organize o seu trabalho pedagógico e este trabalho deve ter como base os alunos e a comunidade às quais eles pertencem (RISCAL, 2009 p.42).

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento de grande importância nos contextos escolares, pois nele estão ou deveriam estar definidas as intenções da escola e o desejo coletivo da comunidade escolar. De acordo com Veiga

(2003b), o PPP é elaborado objetivando alternativas e estratégias para soluções de problemas identificados na escola e viabiliza um espaço democrático devendo todos os membros da comunidade escolar participar dessa elaboração; nesse sentido a autora considera que o PPP é um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola. Assim, é um documento programático que engloba os principais fundamentos, as orientações curriculares e organizacionais das instituições escolares e traz a possibilidade de os professores, alunos, servidores técnico administrativos, familiares e a comunidade se organizarem para participarem de sua elaboração (VEIGA, 2003a).

O Projeto Político Pedagógico não deve ser apenas um documento pronto e acabado e somente voltado à burocratização, pois dessa forma perderia seu sentido mais amplo que é ser uma produção coletiva, por isso é um projeto, caso contrário tornaria-se um produto, um insumo. Para tanto, este deve superar a reprodução acrítica e a racionalidade técnica, já que deve ser um meio de participação coletiva. Para Veiga (2003a) o PPP inclui ações dispersas e cria sinergias para se obter alternativas e soluções para os inúmeros momentos do trabalho pedagógico-administrativo; além de definir um norte das ações a serem desenvolvidas nas escolas.

Daí a importância da Educação Sexual ser trabalhada nas escolas, no caso deste estudo em escolas especiais, e de estar presente no Projeto Político Pedagógico dessas instituições.

3.4. Educação Sexual em escolas especial: algumas práticas

Mesmo não estando presente de forma explícita nos dois documentos norteadores das ações desenvolvidas em APAEs citados anteriormente, é possível se inserir e realizar programas de Educação Sexual em ambientes educacionais especializados.

Glat e Freitas (1996) buscaram com sua pesquisa a concepção, aplicação e avaliação de um programa de Educação Sexual destinado a pessoas com deficiência intelectual. O programa foi constituído por um grupo operativo para a discussão e realização de trabalhos em grupos desenvolvido na APAE de Niterói. Participaram do programa 30 alunos com deficiência intelectual. A equipe de pesquisa no início das reuniões fazia a exposição inicial do tema, em seguida havia a discussão com os participantes e após os encontros a equipe se reunia para avaliar, traçar novas estratégias, ratificar técnicas de aproximação e para preparar materiais para os próximos

encontros. O conteúdo programático se referiu à discussão de valores e atitudes e à transmissão de informações. Os assuntos abordados foram a diferença entre homem e mulher; menstruação; reprodução, gestação e nascimento e métodos contraceptivos. Ao final de cada módulo eram desenvolvidas atividades chamadas pelas autoras como especiais, que consistiam, por exemplo, na confecção de cartazes. Foi percebido grande interesse, expectativa e participação dos alunos no programa; que o envolvimento da família dos participantes no programa foi de grande valia, pois possibilitou maior coerência e integração entre as famílias e a escola, além de diminuir a ansiedade de ambas as partes a respeito do programa. A pesquisa demonstrou que é possível desenvolver um programa de Educação Sexual destinado a pessoas com deficiência intelectual e que este trabalho pode ser feito sem a necessidade de muitas alterações na rotina da escola e que traz benefícios a todos os envolvidos.

O estudo de Denari (1997) teve como objetivos verificar e analisar como adolescentes com deficiência intelectual percebem e manifestam sua sexualidade; e, descrever como tais manifestações são vistas pela família e pela escola. O estudo se deu nas dependências de uma APAE localizada no interior do estado de São Paulo e os participantes foram 40 alunos da instituição diagnosticados com deficiência intelectual, bem como seus familiares, os professores e técnicos do local. Para a coleta de dados os alunos foram divididos em 4 grupos compostos por estudantes de ambos os sexos. Identificou-se que os participantes recebem poucas informações sobre seu corpo, mas que percebem a sua sexualidade, enquanto que a família e os educadores vêem a sexualidade destes como incomum; para os adolescentes a paquera, o namoro, a transa e o casamento fazem parte de seus planos, porém tais assuntos são vistos com muita preocupação pelos adultos; que na escola há uma repressão quanto a manifestação da sexualidade por parte destes alunos, mas que estes burlam a vigilância e que há professores que não agem de forma rígida sobre o assunto; entendem que a conquista da independência financeira é uma condição essencial para a concretização de suas realizações futuras e percebem que há o apoio da família para isso, porém não sentem tal incentivo por parte da instituição e que lidam com todos os conflitos emocionais que os outros adolescentes. Este estudo mostra que “a sexualidade pode ser, sempre, expressa; outras vezes, reprimida ou sublimada, mas nunca suprimida.” (DENARI, 1997).

Tomando como base esses exemplos de programas e ações desenvolvidas em

APAEs focalizando a Educação Sexual, foi feita uma busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Portal de Periódicos da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações com vista de encontrar outras produções que abordam a Educação Sexual em instituições educacionais especializadas. Essa busca estará explicitada no Apêndice VI.

Isto posto, encerro esta seção inferindo e retomando que a Educação Sexual é um processo de reeducação tendo em vista que todos chegam em ambiente escolar dotado de experiências, valores e comportamentos, assim essa reeducação implica uma transformação social, logo toda pessoa tem o direito de receber Educação Sexual, tem o direito de manifestar e vivenciar a sua sexualidade.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo geral

Investigar se a Educação Sexual está inserida no Projeto Político Pedagógico (PPP) de escolas especiais.

4.2. Objetivos específicos

- (a) Analisar de que forma a Educação Sexual está presente nos PPP de escolas especiais;
- (b) Descrever como a Educação Sexual é abordada com alunos com deficiência em contexto escolar especializado;
- (c) Verificar quais os profissionais envolvidos no ensino de Educação Sexual aos alunos;
- (d) Investigar com quais alunos os temas envolvendo Educação Sexual são trabalhados.

5. MÉTODO

5.1. Revisão bibliográfica do tema

Inicialmente, foi realizada uma busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e no Portal de Periódicos da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações com vista de encontrar outras produções que abordam a Educação Sexual em instituições educacionais especializadas.

Para a utilização dos descritores foi utilizado o empregador booleano AND entre os termos, os quais estavam em português. Os descritores utilizados foram: Educação Sexual AND APAE; Educação Sexual AND Instituições Educacionais Especializadas; Educação Sexual AND Escolas Especiais e Educação Sexual AND Deficiências. É válido mencionar que foi realizada uma busca utilizando o termo “Orientação Sexual” em substituição ao termo “Educação Sexual” combinado aos outros descritores, porém foi encontrada uma grande quantidade de publicações já identificadas, mostrando que os portais compreendem os dois termos como iguais; nesse sentido “Orientação Sexual” e suas combinações com os demais descritores foram descartadas.

Como critério de inclusão foi estabelecido: (a) tratar de experiências de Educação Sexual destinada a alunos com deficiências, ocorridas em ambiente educacional especializado, seja em APAEs ou em quaisquer outras instituições educacionais especializadas. Não foi delimitado período de publicação e nem língua na qual deveriam estar escritas. Para a seleção das publicações inicialmente deu-se a leitura do título, das palavras-chave e do resumo. Após a seleção daquelas que cumpriam os critérios de inclusão, as duplicações foram descartadas. Posteriormente, foi feita a leitura na íntegra das obras, para comprovação de que realmente cumpriam com os critérios de inclusão determinados.

Os achados da pesquisa bibliográfica apontam que: a) há grande necessidade e urgência de formação dos professores em relação à Educação Sexual, com preparação profissional adequada para se abordar essas questões (para que os professores não julguem a sexualidade dos alunos com base em seus próprios valores) e para contribuir com o desenvolvimento de uma sexualidade saudável para adolescentes com deficiência; b) alunos com deficiência têm plena capacidade de compreensão dos assuntos envolvendo a sexualidade, sendo possível se inserir programas de Educação Sexual em escola especial por meio de atividades como oficinas pedagógicas e

dinâmicas de grupo; c) pessoas com deficiências carecem de esclarecimentos e de reflexões sobre a construção social da sexualidade, sendo possível tratar o tema de modo natural e sem pré-julgamentos por meio de preparação profissional adequada, possibilitando a quebra de preconceitos.

A descrição completa destes estudos encontra-se no APÊNDICE VI.

5.2. Caracterização da pesquisa

O presente estudo possui enfoque qualitativo com delineamento exploratório e descritivo, baseando-se juntamente também na análise documental, visando entender como a Educação Sexual é trabalhada e abordada em escolas especiais.

De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa apresenta crenças, valores e significados que não podem ser quantificados e que representam a relação de aspectos que não devem ser minimizados à instrumentalização de variáveis. Para Vilelas (2009), este tipo de pesquisa é dirigida, em sua maior parte, para a descoberta, identificação e descrição aprofundada dos fatos pesquisados.

Os estudos do tipo exploratório, buscam proporcionar uma visão geral aproximada sobre determinado fenômeno (GIL, 1994). Já o delineamento descritivo refere-se à descrição das situações de pesquisa apresentadas de forma particular, procurando determinar as relações, causas, efeitos e também os significados que são necessários para a compreensão da realidade que se estuda (VIANNA, 2001).

Com relação à análise documental, os estudos de cunho documental são aqueles em que os dados obtidos são provenientes de documentos, na busca de extrair informações contidas em tais documentos com o objetivo de compreender um fenômeno (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015).

5.3. Aspectos éticos

Este estudo foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em conformidade com a Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, intencionando sua validação ético-acadêmica. A aprovação da pesquisa junto ao supracitado Comitê foi expressa por meio do parecer n. 4.408.894 e CAEE 37690820.8.0000.5504, conferindo a validade ética de seus procedimentos. Posteriormente, os participantes formalizaram seu envolvimento ao assinarem um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Os participantes que

representaram a gestão da escola responderam ao TCLE para o Gestor da Instituição (APÊNDICE I) e os participantes que compuseram o grupo daqueles que trabalham a Educação Sexual com os alunos responderam ao TCLE para Professor e/ou outro Profissional da Instituição que aborde a Educação Sexual (APÊNDICE II).

Assim, foram adotados todos os cuidados éticos quanto ao tratamento dos dados, sigilo sobre as informações obtidas e a preservação da identidade dos participantes e dos locais em que ocorreram a coleta de dados. Portanto, foi e será assegurada a privacidade, proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes, na medida em que as informações e os dados coletados foram e serão utilizados apenas para fins acadêmicos e científicos, sem prejuízos para as escolas especiais e pessoas participantes.

5.4. Local de coleta de dados

Os dados foram coletados em 4 APAEs, localizadas em 4 cidades diferentes de pequeno e médio porte do interior do estado de São Paulo. O mapeamento das instituições se deu após a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética. Estas foram selecionadas por serem familiares à pesquisadora, o que facilitou o contato e a aprovação destas em participar do estudo.

Para facilitar a compreensão dos leitores e manter o sigilo em relação à identificação, cada APAE recebeu um número e uma cor. Os números foram dados de acordo com desenvolvimento da coleta de dados e as cores foram designadas de forma aleatória, sendo: **APAÉ 1** na cor roxa, **APAÉ 2** na cor vermelha, **APAÉ 3** na cor azul e **APAÉ 4** na cor verde.

As APAEs serão descritas a seguir e é válido destacar que tais informações foram obtidas por meio das entrevistas realizadas com algum(a) gestor(a) da instituição, pela análise de documentos concernentes a estas e através de seus *sites*:

APAÉ 1

Localiza-se em uma cidade de pequeno porte do interior do Estado de São Paulo, tendo sido fundada no ano de 1970. Destina-se ao atendimento educacional de crianças, jovens e adultos, com deficiência intelectual, deficiências múltiplas, Transtorno do Espectro do Autismo e quadros sindrômicos. Funciona no período matutino, vespertino

e/ou integral (o período integral, engloba manhã e tarde em regime de semi-internato, para alunos em estado de vulnerabilidade social).

Tem por finalidade prestar atendimentos educacionais a estes educandos, visando o desenvolvimento de suas potencialidades, valorização, preparação para o trabalho e o pleno exercício de sua cidadania. Para isso, oferece os seguintes níveis de ensino na modalidade de Educação Especial: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos a partir de 14 anos. Assim, estes níveis de ensino são organizados em programas de acordo com a faixa etária e tipo de deficiência, de forma que responda às necessidades educacionais e possibilidades de aprendizagem dos educandos, adotando a progressão continuada dentro de cada fase ou etapa.

A organização e administração escolar são constituídas por: (a) equipe de direção contando com diretor e coordenador pedagógico; (b) equipe administrativa contando com secretaria; (c) equipe operacional com corpo docente, serviços gerais, cozinheiro, motorista e monitor e (d) equipe especializada com fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, assistente social e técnico em enfermagem.

No ano em que a coleta de dados foi feita, em dezembro de 2020, estavam matriculados 81 alunos no total, sendo 28 alunos da própria instituição em idade regular, 30 referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) em idade regular e 23 alunos acima de 30 anos.

APAE 2:

Localizada em uma cidade de pequeno porte do interior do Estado de São Paulo. Foi fundada em 1972 e inicialmente os trabalhos foram destinados ao atendimento de 12 alunos, funcionando provisoriamente durante um ano em uma garagem cedida por uma pessoa simpatizante do Movimento Apaeano. Posteriormente, passou a seguir para um imóvel alugado durante um período de dois anos e, depois, para um prédio cedido pela prefeitura municipal local em regime de comodato. E apenas em 1984 mudou-se para sua sede própria.

Tem como missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade

de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária. Os serviços prestados contam com (a) direção, com diretora e coordenadora pedagógica; (b) setor administrativo, com secretaria, financeiro, compras, recursos humanos e captação de recursos; (c) saúde, com fonoaudióloga, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicóloga, nutricionista, enfermeiras, médico, psicopedagoga e professor de hidroginástica; (d) educação, contando com professores com formações em pedagogia, educação especial, educação física e psicopedagogia e (e) apoio e manutenção, com profissionais referentes as áreas de alimentação, limpeza/refeitório, marcenaria, inspetor de alunos, motorista, jardinagem e serviços gerais.

Destina-se ao atendimento educacional de crianças, jovens e adultos, com deficiência intelectual, deficiências múltiplas, Transtorno do Espectro do Autismo e quadros sindrômicos. Em relação aos atendimentos prestados, atuam na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Programa Integra Infantil (alunos matriculados na rede municipal da Educação Infantil e que fazem atendimento educacional e de saúde na instituição duas vezes por semana), Programa Integra Fundamental (alunos matriculados na rede municipal do Ensino Fundamental de 1º a 5º ano e que fazem atendimento educacional e de saúde na instituição duas vezes por semana), Programa de Prevenção (atende alunos de 15 a 20 anos em condição mais pervasiva), Setor de Autismo e Oficinas Terapêuticas (atende alunos acima de 20 anos).

No ano em que a coleta de dados foi feita, fevereiro de 2021, estavam matriculados 167 alunos do município, zona rural e de um distrito do município.

APAE 3

Situada em uma cidade de pequeno porte do interior do Estado de São Paulo, foi fundada no ano de 1972, com o objetivo de suprir a necessidade de atendimento das crianças e jovens com deficiências do município, uma vez que estas tinham que ir até a APAE de outra cidade para receber atendimento especializado.

O trabalho desenvolvido nesta instituição ocorre da seguinte forma: (1) Estimulação Precoce, destinada às crianças de 0 a 3 anos, contando com o diagnóstico; orientação familiar; estimulação sensoriomotora; fisioterapia; fonoaudiologia; terapia ocupacional e assistência social, psicológica e psicopedagógica. (2) Escolaridade, com Educação Infantil (3 e 5 anos); Ensino Fundamental (6 a 18 anos) para alunos com deficiência intelectual através de Ensino Especial com o diagnóstico; orientação

familiar; educação física; oficinas pedagógicas; fisioterapia; fonoaudiologia; terapia ocupacional e assistência social, psicológica e psicopedagógica.

A área educacional abrange os serviços e programas de Classes Especiais com Supervisão Pedagógica; Núcleo de Atendimento ao Autista (Método Teacch); Educação Física; Artes/Esportes/Cultura/Lazer; Laboratório de Informática; Alimentação e Ensino Sócio Educacional.

Já os recursos humanos são: uma assistente social, uma coordenadora de saúde, uma enfermeira, um médico neurologista, duas terapeutas ocupacionais, uma fonoaudióloga, duas psicólogas, duas fisioterapeutas, um assistente de administração escolar, dois professores de Arte e Música, seis auxiliares de classe, três coordenadoras pedagógicas, dois professores de Educação Física, três serventes, um monitor, vinte e quatro professores, uma pessoa responsável pelos serviços gerais da instituição, um mensageiro, duas pessoas responsáveis pelas questões administrativas, uma operadora de *telemarketing*, uma secretária, um dentista, dois motoristas e duas merendeiras.

O público alvo da instituição é composto por alunos com deficiência intelectual, deficiências múltiplas, deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física, características autistas e transtornos global do desenvolvimento. A coleta de dados ocorreu em fevereiro de 2021, mas o número de alunos informados foi referente ao ano de 2020 e estes eram 146 estudantes matriculados.

APAE 4

Localizada em uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo foi fundada em 1962 e tem por missão promover e articular ações de defesa dos direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

As ações propostas pela instituição visam o acompanhamento e o atendimento por meio de equipe multiprofissional composta por professores especializados, fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, pedagogia, nutrição, psicopedagogia, odontologia, psiquiatria, pediatria e enfermagem. Possui como base o Currículo Funcional e Natural que é um modelo centrado na pessoa, com atenção a sua independência.

Tem como público alvo: pessoas com deficiência intelectual, pessoas com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, pessoas com deficiência múltipla, pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo, os familiares das pessoas atendidas e a comunidade para a realização de avaliação, diagnóstico e/ou prevenção. A faixa etária atendida vai desde o nascimento até a idade adulta e são oferecidos os níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos; com programas nas áreas de Educação, Assistência Social e Saúde.

Quando a coleta de dados ocorreu, em julho de 2021, estavam matriculados 578 usuários com deficiência intelectual, múltipla associada a deficiência intelectual e/ou transtorno do espectro do autismo.

5.5. Participantes

Para poder compreender como a Educação Sexual é desenvolvida na escola especial e como esta é vista nesse ambiente, se fez necessário conversar com um(a) gestor(a) da escola buscando entender a forma como a instituição lida com a Educação Sexual e com a sexualidade dos alunos, assim como conversar com o(a) profissional que trabalha a Educação Sexual com os estudantes com vista a identificar como esse trabalho é feito.

Para tanto, a seleção dos participantes do estudo seguiu os seguintes critérios: (a) ser um(a) diretor(a) ou coordenador(a) da escola especial e (b) ser o(a) profissional da escola especial que trabalha a Educação Sexual com os alunos.

O levantamento desses participantes se deu após a aprovação do Comitê de Ética. Posteriormente a essa aprovação, as APAEs foram contatadas, e a conversa inicial se deu com diretoras e coordenadora das escolas e aceitando em participar do estudo, estas encaminharam a pesquisadora para entrevistar o(a) profissional que trabalha com a Educação Sexual na escola e indicaram se poderiam responder às questões ou se seria melhor o(a) coordenador(a) responder.

Também para facilitar a compreensão dos leitores e manter o sigilo quanto à identificação dos participantes, cada participante recebeu uma nomeação, um número e uma cor. A nomeação foi dada de acordo com o cargo que ocupa na APAE; o número foi dado com base na APAE de atuação e a cor seguiu as cores designadas para cada APAE. Assim as participantes da **APAE 1** foram **Coordenadora1** e **Psicóloga 1**; da

APAE 2 foram **Diretora2** e **Psicóloga2**; da APAE 3 foram **Diretora3** e **Psicóloga3** e da APAE 4 foram **Diretora4** e **Psicóloga4**.

O Quadro 1 apresenta os dados dos participantes, como sua identificação, idade, formação, cargo que ocupa na instituição, o tempo de atuação neste cargo e qual a sua APAE de atuação. É válido destacar que as informações foram obtidas por meio das entrevistas realizadas com cada participante individualmente.

Quadro 1: Identificação dos participantes por escola especial

Escola Especial	Identificação	Idade	Formação	Cargo	Tempo de atuação
APAE 1	Coordenadora1	43 anos	Graduação em Pedagogia e Pós Graduação em Psicopedagogia Plena e Institucional	Coordenadora Geral	3 anos
APAE 1	Psicóloga1	48 anos	Graduação em Psicologia e Especialização em Educação Especial	Psicóloga	21 anos
APAE 2	Diretora2	63 anos	Graduação em Pedagogia e Pós Graduação em Educação Especial	Diretora Geral	16 anos
APAE 2	Psicóloga2	28 anos	Graduação em Pedagogia	Psicóloga	10 meses
APAE 3	Diretora3	53 anos	Graduação em Pedagogia e em Educação Física	Diretora Escolar	4 anos
APAE 3	Psicóloga3	46 anos	Graduação em Pedagogia	Psicóloga e Coordenadora do Setor de Avaliação	20 anos
APAE 4	Diretora4	61 anos	Graduação em Pedagogia e em Artes e Pós Graduação em Psicopedagogia	Diretora Escolar	Não especificou
APAE 4	Psicóloga4	33 anos	Graduação em Psicologia e Especialização em Análise do Comportamento Aplicada	Psicóloga Clínica	5 anos

Fonte: Elaboração própria

Destarte, os participantes que compuseram o grupo de gestores foram: uma coordenadora geral atuante na APAE 1; uma diretora geral atuante na APAE 2 e duas

diretoras escolares atuantes na [APAE 3](#) e na [APAE 4](#). Já o grupo de profissionais que trabalham a Educação Sexual com os alunos foi composto por quatro psicólogas atuantes cada uma em uma APAE.

A participante com maior tempo ocupando o cargo foi a [Psicóloga1](#), com 21 anos de atuação, e a participante com menor tempo de experiência no cargo da escola especial foi a [Psicóloga2](#), com 10 meses de atuação.

O Quadro 1 permite identificar que o(a) profissional que trabalha a Educação Sexual com os estudantes nas APAEs é psicóloga e estas foi indicada pelas diretoras como as responsáveis por fazer esse trabalho.

5.6. Instrumentos de coleta de dados

Foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados:

- **Roteiro de análise do PPP da escola especial (APÊNDICE III):** Trata-se de um instrumento elaborado pela pesquisadora tendo como finalidade obter informações a respeito de como a Educação Sexual está inserida no PPP das escolas especiais. O roteiro contou com 10 questões norteadoras que embasaram a análise feita.
- **Roteiro de entrevista semiestruturada para o gestor da escola especial (APÊNDICE IV):** Trata-se de um instrumento elaborado pela pesquisadora constituído por blocos temáticos e perguntas abertas, voltadas a compreender como a escola especial lida com a Educação Sexual e com a sexualidade de seus alunos. O roteiro de entrevista semiestruturado contou com 19 perguntas, divididas nas categorias temáticas de caracterização do participante, relação da escola com o PPP e como a Educação Sexual é compreendida e desenvolvida nesse ambiente.
- **Roteiro de entrevista semiestruturada para o professor e/ou profissional da escola especial que trabalha com os alunos a Educação Sexual (APÊNDICE V):** Trata-se de um instrumento elaborado pela pesquisadora, constituído por blocos temáticos e perguntas abertas, voltadas a compreender como o profissional aborda a temática da Educação Sexual, com quais alunos e quais questões são tratadas, bem como os materiais utilizados. O roteiro de entrevista semiestruturado contou com 13 questões, divididas nas categorias temáticas de caracterização do participante e como este lida e trabalha com a Educação Sexual em ambiente escolar com os alunos com deficiências.

Para Manzini (1990/1991), a entrevista semiestruturada segue um assunto sobre o qual prepara-se um roteiro com perguntas principais que podem ser complementadas no decorrer da interação com o participante no momento em que a entrevista está sendo realizada.

5.7. Materiais e equipamentos

Foram utilizados caneta, papel sulfite contendo os instrumentos usados para a coleta de dados, impressora, *notebook* e celular com gravador de áudio.

5.8. Procedimentos de coleta de dados

Após a aprovação do Comitê de Ética, a pesquisadora entrou em contato com as APAEs via telefone. Inicialmente foram contactadas cinco APAEs e, por telefone, foi conversado com as diretoras e com uma coordenadora dessas APAEs explicando sobre a pesquisa, seus objetivos e a forma como ocorreria a coleta de dados. Também foi conversado que a pesquisadora poderia enviar o projeto e todos os documentos necessários para que elas pudessem compreender melhor o estudo, bem como foi solicitado o melhor meio de manter o contato com estas que, devido à pandemia ocasionada pela COVID-19, poderia ser de forma remota.

Com a conversa inicial pelo telefone, quatro instituições aceitaram participar do estudo. Uma já agendou, via telefone mesmo, uma conversa pessoalmente para que todos os documentos fossem entregues e para agendar a coleta de dados (APAE 1). Nas outras duas, as diretoras passaram seus números de *WhatsApp* para a pesquisadora enviar os documentos concernentes ao estudo e para agendar a coleta de dados (APAE 2 e APAE 3); e na instituição em que foi conversado com a coordenadora, esta passou seu número de *WhatsApp* (APAE 4). E em uma outra instituição a diretora também forneceu seu número de *WhatsApp*, mas não respondeu às solicitações da pesquisadora.

Dessa forma, na APAE 1, a pesquisadora compareceu na instituição no horário marcado, levou os documentos necessários e pedidos pela diretora, sendo os TCLEs e o parecer de aprovação fornecido pelo Comitê de Ética. Assim, pesquisadora e diretora conversaram; a diretora disse que quem realizava o trabalho de Educação Sexual com os alunos era a psicóloga da instituição e levou a pesquisadora até a sala da psicóloga que pôde atendê-la de prontidão e responder ao roteiro de entrevista. Portanto, esta foi a primeira participante da pesquisa (Psicóloga1), mas ela não permitiu a gravação de

áudio de suas respostas, mesmo tendo lido e assinado o TCLE, então a pesquisadora foi anotando as respostas fornecidas pela **Psicóloga1**, que falava de forma lenta para que todas as informações pudessem ser anotadas no roteiro de entrevista semiestruturado. Após a entrevista, a pesquisadora se dirigiu novamente até a sala da diretora, a qual disse que a coordenadora da instituição poderia responder melhor aos seus questionamentos; dessa forma, levou a pesquisadora até a sala da coordenadora que já estava à espera. A **Coordenadora1** leu e assinou o TCLE, mas também não permitiu a gravação de áudio e pediu para a pesquisadora anotar suas respostas e assim foi feito. No final da entrevista com a **Coordenadora1**, esta levou a pesquisadora até a sala da diretora e disse que ela precisava analisar o PPP da instituição; então a diretora forneceu o Regimento Escolar da instituição do ano de 2018 para ser feita análise, alegando que aquele era o documento mais recente que poderia ser fornecido, e então, deixou a pesquisadora à vontade em sua sala para fazer a análise. Com o final desta análise a coleta de dados na **APAE 1** se encerrou.

Já na **APAE 2**, foi agendado via *WhatsApp* um dia para a pesquisadora ir até a escola para entrevistar a diretora. No dia combinado, a pesquisadora compareceu na **APAE 2** e conversou com a diretora sobre a pesquisa e forneceu o roteiro de entrevista semiestruturada para que ela pudesse olhar e compreender o teor das perguntas; após a leitura a diretora disse que ela mesma poderia responder, assim a **Diretora2** leu e assinou o TCLE e a entrevista foi feita, sendo gravado o áudio desta. Ao final, foi agendado um novo dia para que a pesquisadora pudesse retornar à escola para realizar a análise do PPP e conversar com a psicóloga, profissional indicada pela **Diretora2** como a responsável pela Educação Sexual dos alunos. No outro dia agendado, a pesquisadora compareceu na **APAE 2** e a **Diretora2** disponibilizou para a análise o PPP da escola referente ao ano de 2021 e o Plano de Ação de 2021 para a pesquisadora analisar; feita a análise era o momento de conversar com a psicóloga, mas esta não estava na escola naquele dia, então a **Diretora2** passou o número de *WhatsApp* da psicóloga para a pesquisadora para posterior agendamento da entrevista. Pelo *WhatsApp*, foi acordado outro dia para a coleta de dados junto à psicóloga, que no dia combinado leu e assinou o TCLE e forneceu a entrevista à pesquisadora que foi gravada em áudio, e assim a **Psicóloga2** se tornou mais uma participante do estudo.

A coleta de dados na **APAE 3** foi agendada em conversa pelo *WhatsApp* entre a pesquisadora e a diretora da escola. No dia marcado, a pesquisadora compareceu na

APAE 3 e foi recepcionada pela diretora; ambas conversaram e a diretora disse que responderia às perguntas da pesquisadora e que a profissional responsável pela Educação Sexual dos alunos da escola era a psicóloga e que era para a pesquisadora conversar com esta profissional primeiro. Dessa forma, a diretora levou a pesquisadora até a sala da psicóloga que aceitou participar do estudo, assim a [Psicóloga3](#) leu e assinou o TCLE e forneceu a entrevista à pesquisadora que gravou em áudio tudo o que foi falado. Feito isso, a pesquisadora retornou à sala da diretora que estava disponível para responder às suas perguntas, assim a [Diretora3](#) leu, assinou o TCLE e respondeu ao roteiro de entrevista; suas respostas também foram gravadas em áudio. Após essa entrevista, a pesquisadora solicitou o PPP para análise, mas a [Diretora3](#) disse que poderia disponibilizar apenas o Plano Escolar do ano de 2020 para análise, pois o PPP da escola estava passando por reformulações e, assim, não poderia fornecê-lo; então ela preferiu enviar por *e-mail* o Plano de Escolar para que a pesquisadora pudesse analisá-lo, alegando que não teria problema o envio desse documento já que ele estava disponível no *site* da [APAE 3](#).

Na [APAE 4](#), a pesquisadora conversou pelo *WhatsApp* com a coordenadora e foi agendado um dia para a pesquisadora ir até a instituição para conversar melhor sobre o estudo. Neste dia, a coordenadora recebeu todos os documentos do estudo (projeto), TCLEs e parecer de aprovação do Comitê de Ética) e disse que a psicóloga era a responsável pela Educação Sexual dos estudantes e que a diretora teria mais tempo para responder às perguntas da pesquisadora. Dessa forma, levou a pesquisadora até a sala da psicóloga. Para a psicóloga, a pesquisadora explicou o estudo e forneceu o TCLE e o roteiro de entrevista para que ela pudesse olhar, esta aceitou participar do estudo, mas disse que naquele dia não teria tempo de responder às perguntas, então passou seu número de *WhatsApp* para que posteriormente pudessem agendar a coleta de dados. No final dessa conversa, levou a pesquisadora até a sala da coordenadora que, por sua vez, dirigiu a pesquisadora até a sala da diretora. Com a diretora, foi explicado o estudo e esta leu e assinou o TCLE; logo no início da entrevista, que até então estava sendo gravada em áudio, a [Diretora4](#) precisou se ausentar, pois aquele dia era um dia atípico na instituição, porque havia acontecido um acidente com um dos alunos; então a [Diretora4](#) disse que era para a pesquisadora enviar para ela o roteiro por *e-mail* que ela responderia e depois enviaria respondido, já que aquele era seu último dia na escola, pois estava saindo de férias e assim foi feito. Portanto, a [Diretora4](#) respondeu o roteiro

via *e-mail*. Após terminar de falar com a **Diretora4**, a pesquisadora foi novamente até a sala da coordenadora, a qual disponibilizou para análise o PPP do ano de 2020 e deixou a pesquisadora à vontade na sala da **Diretora4** para fazer essa análise. Alguns dias depois a **Diretora4** enviou por *e-mail* o roteiro de entrevista semiestruturado respondido e a pesquisadora conseguiu agendar por conversas no *WhatsApp* a coleta de dados junto à psicóloga. No dia agendado, a pesquisadora compareceu novamente na **APAE 4**, pegou o TCLE que a **Psicóloga4** já havia assinado e a entrevista foi feita e gravada em áudio. Com isso se encerrou a coleta de dados do estudo.

Tudo o que foi gravado em áudio, após a transcrição, foi enviado aos participantes para conferência e aprovação destes. As entrevistas que se deram de forma escrita pela pesquisadora, logo após a última pergunta, o roteiro respondido foi entregue às participantes para que lessem, conferissem, aprovassem e indicassem algo a ser complementado. Já a coleta de dados feita com a **Diretora4** não houve necessidade de retorno quanto as respostas, visto que ela mesmo foi respondendo às perguntas.

Na coleta, os documentos analisados foram: da **APAE 1 – Regimento Escolar de 2018**; da **APAE 2 – Projeto Político Pedagógico de 2021 e Plano de Ação de 2021**; da **APAE 3 – Plano Escolar de 2020** e da **APAE 4 – Projeto Político Pedagógico de 2020**. As cores estão sendo utilizadas para facilitar a compreensão dos leitores, para que não haja confusão em relação aos documentos e de qual APAE pertencem; nesse sentido, as cores foram dadas de acordo com a APAE a qual o documento compete.

É importante lembrar que durante a coleta de dados todas as normas sanitárias e medidas de prevenção ao combate à COVID-19 foram tomadas; sendo usado máscara pela pesquisadora e por todas as participantes em todos os momentos, verificação da temperatura corporal para que a pesquisadora pudesse entrar nas APAEs e utilização de álcool em gel.

A fim de sintetizar e propiciar uma melhor compreensão dos participantes e documentos analisados, o Quadro 2 foi elaborado:

Quadro 2: Síntese dos Participantes

APAE	Participantes	Documentos Analisados
APAE 1	Coordenadora1 e Psicóloga1	Regimento Escolar (2018)

APAE 2	Diretora2 e Psicóloga2	PPP (2021) e Plano de Ação (2021)
APAE 3	Diretora3 e Psicóloga3	Plano Escolar (2020)
APAE 4	Diretora4 e Psicóloga4	PPP (2020)

Fonte: Elaboração Própria

5.9. Procedimentos para análise de dados

Encerrados os procedimentos de coleta de dados, foram iniciados os procedimentos de análise dos dados coletados. Optou-se pela análise de conteúdo para organizar e analisar os dados. A análise de conteúdo é uma metodologia de pesquisa utilizada para interpretar e relatar o conteúdo de todo o texto, ajudando a reinterpretar as mensagens e a alcançar uma compreensão de seus significados em um nível que transpassa uma leitura comum (MORAES, 1999).

Para Bardin (2006), a análise de conteúdo organiza-se em três fases: (1) pré-análise, que consiste na organização do material a ser analisado de forma a sistematizá-lo operacionalmente; (2) exploração do material, a qual refere-se ao processo de classificação dos dados em categorias temáticas e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, trata-se da interpretação dos dados obtidos, em que se faz necessário o uso da intuição e análise reflexiva e crítica.

Em vista disso, na pré-análise foi realizada a organização dos instrumentos de pesquisa: (a) transcrição na íntegra das entrevistas gravadas, (b) digitação das entrevistas que foram escritas, (c) *download* do roteiro de entrevista preenchido pela própria participante e (d) digitação com o preenchimento do roteiro de análise do PPP das APAES. Em seguida, foi feita uma leitura compreensiva de todos esses dados, na tentativa de ter uma visão conjunta do material empírico gerado.

Na fase de exploração do material, todos os dados obtidos foram lidos e separados de acordo com as diferentes informações que apareciam nas falas dos participantes e nos documentos analisados; essa separação foi feita conforme os objetivos focados pelo estudo. Na sequência, as informações foram relidas para se organizar as unidades temáticas e fazer o isolamento dos conteúdos de cada unidade, a categorização desses dados será explicitada na seção seguinte desta dissertação. A partir dessa estrutura montada por temática, foram feitos recortes de trechos das entrevistas e neles foram possíveis identificar as ideias explícitas e implícitas, sendo analisados os

temas que apareciam em maior frequência, tudo isso com o objetivo de compreender as estruturas de relevância. Participaram dois juízes que verificaram a confiabilidade das categorias elaboradas.

E na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, as categorias temáticas foram analisadas uma a uma, sendo feita a articulação entre os dados empíricos das entrevistas e das análises dos PPPs relacionando-os com a literatura e referenciais teóricos pertinente à área da Educação Especial, Educação Sexual e Sexualidade.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Destaca-se que os apontamentos referentes sobre os resultados e discussões feitos nesta seção, são iniciais, preliminares, assim, se estiverem no caminho correto, a partir das sugestões da banca, serão finalizados e/ou modificados e/ou complementados.

Antes de apresentar os resultados e discussões preliminares, é importante esclarecer que este estudo acredita na gestão escolar democrática e que, portanto, o Projeto Político Pedagógico é o instrumento escolar que demonstra como a democracia, ou seja, como a coletividade é colocada em prática nas escolas, já que este documento deve ser o resultado de um processo coletivo, contando com a participação de toda a comunidade escolar.

Porém, também é compreendido que as escolas, sejam elas regulares ou especiais, se configuram em um espaço relacional envolto de suas próprias contradições e lutas. Assim, mesmo que a Rede Apaiana prevê uma organização única entre as escolas APAEs, cada unidade tem sua própria dinâmica, tem a sua autonomia e sua própria gestão, o que reflete no ato pedagógico e na organização escolar como um todo.

Logo, não existem duas escolas iguais, tão pouco Projetos Políticos Pedagógicos iguais e não cabe a este estudo julgar as realidades existentes, muito menos colocar-se como “dono da verdade” e dizer que um(a) é melhor que o outro(a). Entende-se que cada APAE representa uma realidade distinta e que é composta por quadro de funcionários e alunos diversificados, do mesmo modo que devem ser levadas em consideração, as características socioculturais específicas de cada cidade onde a instituição está inserida. Desta forma, considera-se que a pluralidade de Projetos Políticos Pedagógicos faz parte da história da educação.

Apontamentos iniciais feitos, agora serão apresentadas as três categorias temáticas estabelecidas para se explicitar os resultados do estudo, a saber: (a) Conhecendo o que os Projetos Políticos Pedagógicos e demais documentos escolares dizem a respeito da Educação Sexual; (b) Conhecendo a visão das direções escolares sobre Educação Sexual e (c) Conhecendo a Educação Sexual trabalhada nas APAEs.

6.1. Conhecendo o que os Projetos Políticos Pedagógicos e demais documentos escolares dizem respeito à Educação Sexual

Inicialmente, é relevante indicar o motivo pelo qual o Projeto Político Pedagógico (PPP) foi o foco do estudo. O PPP é o documento que define as intenções da escola para que seja desenvolvido um trabalho de qualidade. Para a sua elaboração, é necessário que seja colocada em prática a capacidade de reconhecer os problemas existentes no contexto escolar e de se identificar as alternativas para solucioná-los, tal como a aptidão de administrar os recursos financeiros próprios de acordo com as alternativas encontradas (VEIGA, 2003b).

O seu desenvolvimento requer uma discussão sobre a concepção de educação que a escola deseja representar e da sua relação com a sociedade, além de exigir uma postura democrática tendo em vista que o PPP é o produto da vontade coletiva, tornando-se uma atribuição estabelecida ao coletivo escolar para se atingir as metas estabelecidas após o debate, discussão e reflexão com a participação de todos (gestores, professores, demais profissionais da escola, alunos, pais de alunos e comunidade) (CHAVES; CORREIO, 2016).

Em suma, é por meio do PPP que “a comunidade tome a história em suas próprias mãos, e a faça ao determinar os objetivos de seu futuro por meio da educação escolar” (RISCAL, 2009 p. 92), portanto tem uma função política em razão de a comunidade poder tomar suas decisões, determinar quais são as prioridades e que tipo de educação almeja, por exemplo.

Os PPPs devem basear-se no princípio da autonomia como norteador ético e político; para Riscal (2009), neste documento deve haver a ligação entre a autonomia da escola com a autonomia dos professores, objetivando a autonomia intelectual de todos os alunos; nesse sentido, as diferenças, os compromissos e os desejos dos agentes devem ser respeitados; ademais é primordial que o referido documento seja tido como um processo contínuo de construção de conhecimento e autoconhecimento.

Dessa forma, foi perguntado às participantes gestoras o que elas entendiam por Projeto Político Pedagógico. No geral, responderam que o documento representa a direção que as ações escolares devem seguir, como mostram os exemplos:

Eu acho que o Projeto Político Pedagógico ele norteia todo o trabalho da instituição né, então as APAEs trabalham com as 3 áreas que é a educação, assistência e a saúde. Então, o Projeto Político Pedagógico nos dá esse norteamento mesmo de quais caminhos a gente tem que seguir, a questão das legislações, como que a gente tem que desenvolver esse trabalho. É um norte para todas as áreas que a gente atua, que a instituição atua. (Diretora3)

É um documento que estabelece linhas norteadoras para o atendimento educacional da pessoa com deficiência intelectual, múltipla e ou transtorno do espectro do autismo. (Diretora4)

A **Diretora2** mencionou em sua fala a importância que o Plano de Ação da instituição tem aliado ao PPP:

... a gente aqui tem um plano que tem que fazer que chama Plano de Ação, que eu planejo no começo do ano todas as ações que eu vou realizar de todas as áreas da APAE. Então isso é planejado e no final do ano eu tenho que fazer um relatório de atividades de tudo o que eu consegui dentro daquele plano que foi feito e é assim que a gente trabalha aqui na APAE. (Diretora2)

Já na entrevista feita com a **Coordenadora1** foi possível identificar que esta compreende ou confunde o Projeto Político Pedagógico com o currículo escolar, visto que responde à pergunta sobre a sua visão de PPP da seguinte maneira:

Acredito que o currículo que deve ser trabalhado é o natural funcional, ou seja, aquele que trabalha o que a criança realmente precisa além dos conteúdos preestabelecidos nele. (Coordenadora1)

A visão de que o PPP é um instrumento norteador do processo educativo é assertiva, dado que retrata as convicções da comunidade escolar e da sociedade, fundamentando-se em um compromisso pedagógico coletivo e político; devendo ser o ponto de referência do trabalho educativo, porque é a partir dele que os sujeitos conduzem, reestruturam e avaliam seu funcionamento (VEIGA, 2006). E para Carbonell (2002), a compreensão deste documento como o guia da organização do trabalho nas escolas é fundamental para os princípios de uma escola democrática.

É importante que os profissionais atuantes no espaço escolar compreendam o quanto imprescindível é o PPP para a instituição, devem ter conhecimento sobre o que é o documento, quais seus preceitos e funcionamento, devem estar envolvidos em sua elaboração e saber o que está previsto nele. Isto é, que entendam que ele não é somente mais um documento, mas sim o documento que resulta do processo de reflexão sobre o que se deseja, o que pode ser feito para atingir essas metas e quais ações devem ser tomadas (RISCAL, 2009).

A construção de um Projeto Político Pedagógico é bastante complexa, afinal cada escola está inserida em um contexto social e cultural múltiplo e cercada por inúmeras identidades. Assim um dos grandes desafios para Guedes, Silva e Garcia (2017) está em administrar essa diversidade, ao passo em que se constrói a própria identidade e a própria cultura da escola para que esta possa unir e orientar as relações

entre os agentes escolares e se tornar um ambiente que valorize as diferenças tornando o PPP um aprendizado para que a cidadania seja colocada em prática.

Os gestores das escolas desempenham papel fundamental na elaboração, implementação e avaliação do PPP, pois o documento requer a continuidade das ações estabelecidas, daí o papel primordial da gestão escolar, porque o tempo de execução do projeto pode exceder ao mandato de gestão; deste modo o documento precisa ser conhecido e reconhecido para que seus propósitos continuem sendo propagados para além da duração da equipe gestora. A gestão também tem por responsabilidade valorizar a educação como direito fazendo com que esse ideário esteja explicitado no PPP, e para isso se fazem necessárias práticas frequentes e constantes, não restritas apenas a uma gestão (GUEDES; SILVA; GARCIA, 2017).

Torno a mencionar que cada escola e, neste caso, cada APAE tem uma história individual e é composta por relações interpessoais diversificadas, mas o PPP de cada uma deve ser capaz de representar e atender as expectativas de todos os sujeitos escolares. Por representar as intenções dos gestores, professores, demais profissionais da escola, alunos, pais dos alunos e a comunidade, muitas vezes, o seu processo de elaboração é carregado de tensões, conflitos e contradições, não tornando-se uma tarefa fácil, já que é preciso ocorrer a articulação entre as ideias, a eliminação de atitudes competitivas e arbitrárias, se estabelecer relações horizontais em seu interior e viabilizar um espaço público e democrático (VEIGA, 2010).

Devido à grande importância do Projeto Político Pedagógico para as escolas e devido à complexidade que envolve seu desenvolvimento, nem sempre este documento é de fácil acesso às pessoas de fora daquela comunidade escolar, e isso pôde ser demonstrado com este estudo, visto que das 4 APAEs visitadas apenas a **APAE 2** e a **APAE 4** disponibilizaram seus PPPs para análise, a APAE 2 também ofertou seu **Plano de Ação**. A APAE 1 disponibilizou o **Regimento Escolar** alegando que aquele era o documento mais recente que poderia ser disponibilizado para uma pessoa externa à escola e a APAE 3 concedeu o **Plano Escolar** declarando que seu PPP estava passando por reformulações e que então não poderia ser apresentado.

Outro ponto que merece destaque é que o PPP precisa ser avaliado e atualizado anualmente para que possa nortear as mudanças necessárias, buscando promover um ideal de educação (GUEDES; SILVA; GARCIA, 2017). No entanto, dos documentos

analisados nem todos estavam atualizados, da APAE 1 o Regimento Escolar era de 2018, da APAE 2 o PPP concedido foi o de 2021 e o Plano de Ação do mesmo ano, a APAE 3 ofereceu o Plano Escolar de 2020 e a APAE 4 o PPP de 2020. Portanto, das 4 APAEs investigadas apenas 1 disponibilizou um documento atualizado.

É extremamente importante que os documentos escolares estejam atualizados e que haja fidedignidade nas informações contidas neles, pois a documentação escolar dá valor legal à escola, aos funcionários e aos alunos; exemplos desses documentos são o Projeto Político Pedagógico, o Regimento Escolar, a Proposta Curricular, o Plano de Ação e o Relatório Final; esses documentos, segundo Pugsley e Guilherme (2014) dão vida à escola e dão visibilidade ao trabalho pedagógico.

Toda a documentação burocrática das escolas se encontra arquivada na secretaria escolar e nas APAEs pesquisadas acontece da mesma forma. Além dos documentos citados anteriormente outros podem ser armazenados como registro de classe, atas, prestação de contas, laudos dos alunos e demais informações sobre os alunos e funcionários. Assim, na secretaria da escola deve haver regras e especificações de como registrar, manusear e arquivar os documentos, não somente sobre os documentos, mas também sobre os dados presentes neles (LÜCK, 2012). Pugsley e Guilherme (2014), consideram que a secretaria da escola é o coração da instituição escolar, em razão de ser por meio dela que a vida estudantil fica registrada e que a história das pessoas que passaram por aquela escola fica memorada; bem como concebem-na como a espinha dorsal escolar, por ofertar equilíbrio e sustentação às formas legais de seus estabelecimento e funcionamento por verificar os atos oficiais que legitimam sua atuação e conduta.

As escolas, agrupamentos que ajustam de acordo com suas funções, interesse, status, idade, local de residência, sexo e entre outros fatores; nessas uniões podem ser identificados papéis de liderança e de liderados e para essa organização precisam-se estabelecer normas que irão guiar o comportamento docente, discente e equipe pedagógica no interior da instituição (RISCAL, 2009). A principal característica do PPP é o seu processo de elaboração, pois constitui a formação de um movimento democrático de tomada de decisões e concebe uma organização do trabalho pedagógico com base em um debate democrático visando superar práticas de autoritarismo e de competitividade das relações entre os diversos sujeitos que compõem o contexto escolar; instaurando uma gestão democrática em seu interior (RISCAL, 2009).

Porém, como já foi mencionado, nem sempre esta tarefa é fácil de ser colocada em prática, pois é rodeada de tensões e conflitos, o que é parte do fazer democrático, mas mesmo este caminho sendo complexo é melhor maneira de trazer resultados educacionais e políticos mais satisfatórios a longo prazo; pois reúne visões da realidade a partir de diferentes perspectivas, o que faz tornar-se possível o atendimento as necessidades dos distintos agentes escolares (VEIGA, 2010). À vista disso, foi perguntado às gestoras quem são as pessoas envolvidas no processo de elaboração dos PPPs e as seguintes respostas foram obtidas:

A coordenação, a direção e a assistente social. (Coordenadora1)

... sou eu, a coordenadora e a assistente social. E todas as informações que eu preciso da área da saúde, como eu acompanho, paro e passo para a equipe da saúde, a gente vai conversando e na hora da elaboração eu elaboro e aí passo para algumas pessoas... (Diretora2)

... nós formamos um grupo, é voluntário porque não é obrigatório os funcionários participarem, mas nós formamos um grupo de estudo e é formado pela diretora escolar, pelas coordenadoras pedagógicas, pelos professores que se voluntariam para fazê-lo, pela coordenadora da saúde, pela assistente social e a gente convida alguns pais, porque não podemos ter um número muito grande de famílias, então a gente tem que selecionar e fazemos um convite para alguns pais estarem participando dessa elaboração. (Diretora3)

Direção e Coordenação. (Diretora4)

Devido as APAEs envolverem as áreas de educação, saúde e assistência social, percebe-se que na maioria dos casos representantes dessas três áreas estão envolvidos. Na **APAE 1** há representantes da educação com a coordenação e direção pedagógica; na **APAE 2** os representantes da educação são a diretora e a coordenadora, da saúde há a colaboração de toda a equipe e da área da assistência social a participante é a assistente social da escola; já na **APAE 3** os representantes da educação são a diretora e coordenadora pedagógicas e por professores, da área da saúde tem-se a coordenadora deste setor e da área da assistência a participante é a assistente social e a **APAE 4** é a única em que apenas profissionais da educação estão envolvidos na elaboração do PPP sendo a direção e coordenação escolar.

Apenas a **Diretora3** mencionou a participação dos pais no procedimento de construção do PPP e nenhuma das entrevistadas citou o envolvimento dos alunos nesse processo. Assim, também foi perguntado como os interesses dos alunos estavam explícitos nos PPPs e foram obtidas as seguintes respostas:

A gente tem um grupo aqui que chama Grupo de Autodefensores. Esse grupo é formado por usuários acima de 15 anos e eles se reúnem semanalmente junto com a assistente social e com a psicóloga e eles vão colocando os desejos deles e do grupo, eles conversam entre eles e algumas coisas são levantadas ali. (Diretora2)

Sim, porque na verdade, a partir de uma certa idade nós trabalhamos com nossos alunos a questão do Currículo Funcional Natural, então ele especificamente trabalha com a área de interesse do aluno e com a necessidade dele dentro de um ambiente natural. Então a gente precisa estar ciente destas questões, do que o aluno precisa, o interesse dele, a necessidade naquele momento, inclusive por isso que a gente precisa da família, porque a família nos traz qual é a necessidade dela em casa, então “o que eu preciso que o meu filho aprenda?”, então nós fazemos essa pesquisa com a família “o que você precisa que seu filho aprenda?”, ou seja no dia a dia dele, no que ele está inserido ali, no lar ou na comunidade. As vezes a mãe coloca assim: “Eu queria que ele aprendesse a ver o número do circular ou que ele aprendesse a discar um número de emergência”, então a gente vai elaborando isso e levantando essas questões e elaborando nosso projeto. (Diretora3)

Através dos relatórios de devolutiva da aprendizagem e/ou no atendimento é feito uma análise do trabalho realizado para as devidas adequações. (Diretora4)

A Coordenadora1 apenas disse que os interesses dos alunos estão contidos no PPP, mas não explicou ou deu detalhes da forma como isso acontece. A Diretora1 revelou que os alunos participantes do grupo de Autodefensores da escola discutem dentro do grupo seus desejos, os quais posteriormente são passados para a assistente social que participa ativamente da elaboração do PPP e traz a esses desejos para o desenvolvimento do documento e também são passados para a psicóloga que participa da escrita do PPP de forma mais secundária. Já a Diretora3 relata que é a família dos estudantes que apresenta os interesses deles para elaborar o PPP. Percebe-se que nestes dois últimos casos, não há participação direta dos discentes no processo de elaboração do PPP, no primeiro os interesses são colocados por meio da assistente social e pela psicóloga e é preciso ser questionada a forma como as informações apresentadas pelos alunos chegam até a elaboração já que não são eles mesmo quem falam suas vontades; no segundo caso, são os familiares que expõem essas informações, outro aspecto que merece reflexão, pois até que ponto aquele interesse é do aluno e não do seu responsável? A resposta da Diretora4 mostra que as questões dos alunos são descobertas por devolutivas de aprendizagem ou no trabalho feito com eles, mas também não explicou de maneira detalhada a forma como isso acontece.

As respostas das entrevistas permitem identificar que os interesses dos alunos são colocados em segundo plano em detrimento dos interesses dos profissionais da escola e/ou de seus responsáveis. Gadotti (1993) argumenta que os alunos somente têm

um aprendizado significativo quando se tornam sujeitos de sua própria aprendizagem e para que isso aconteça, eles precisam participar das decisões referentes aos projetos da escola os quais também dizem respeito sobre suas vidas. O autor ainda reitera que os estudantes passam muito tempo na escola para serem meros clientes dela e que não existe educação e aprendizagem sem os sujeitos da educação e da aprendizagem, que são os alunos, e que a participação destes é parte da própria natureza do ato pedagógico.

Essas respostas das participantes do grupo de gestores das APAEs do estudo, também mostram que a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos não é tão democrática como deveria ser, pois todos, profissionais da escola, discentes, responsáveis pelos estudantes e comunidade na qual a escola está situada são os agentes escolares e é preciso que haja interação entre eles e de todos eles para que os objetivos da escola sejam atingidos; ou seja a melhor forma de se obter uma escola democrática é promover que todos os sujeitos estejam envolvidos no processo educativo.

O PPP é um documento inovador da escola democrática, pois deveria ser o momento em que todos os membros da escola se reunissem para estabelecer as diretrizes de como ela vai se organizar para alcançar o objetivo de promover uma aprendizagem efetiva aos alunos. Para Libâneo (2004), há necessidade de a equipe escolar investir na mudança das relações autoritárias para relações fundamentadas no consenso e diálogo, colocando essa cultura em prática para significar o trabalho, os objetivos e as tomadas de decisões escolares, refletindo na sala de aula e na escola como um todo e principalmente nas relações entre direção, professores e alunos.

Por conseguinte, é importante refletir no tocante à gestão escolar democrática. a concepção de gestão democrática da educação consiste na participação política da população na formulação e no planejamento das políticas educacionais, bem como nas tomadas de decisões relacionadas em como, onde e quando os recursos públicos devem ser alocados; assim, a participação da comunidade da escola em sua gestão é significativo, pois com isso não se busca apenas a garantia da democratização do acesso e permanência pretendendo à universalização do ensino, mas da mesma forma procura promover práticas democratizantes e participativas que valorizem e reconheçam as diferenças (RISCAL, 2009).

Um ambiente educacional bem estruturado demanda uma gestão democrática ativa, na qual todos os agentes escolares estão envolvidos e atuando no fazer

pedagógico, a qualidade de ensino também está relacionada ao grau de desenvolvimento democrático das relações escolares; assim toda a comunidade escolar deve refletir sobre o papel da educação ao se estabelecer as diretrizes, o planejamento das atividades e o Projeto Político Pedagógico (PUGSLEY; GUILHERME, 2014).

A gestão democrática está prevista nas legislações nacionais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a qual prevê uma gestão democrática do ensino público, com a escola se tornando um espaço para todos e de todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDBEN,9394/96) também faz menção à gestão democrática, alegando em seu Artigo 3 que, dentre outros fatores, o ensino deve ser ministrado com base na gestão democrática. Já o Artigo 14 da mesma legislação faz alusão à gestão democrática relacionando-a com o Projeto Político Pedagógico, este Artigo alega que os sistemas de ensino deverão definir suas normas de gestão democrática do ensino público baseando-se em suas particularidades e de acordo com os princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP e também a participação da comunidade escolar e local nos conselhos de classes ou em momentos equivalentes (BRASIL, 1996). A LDBEN (1996) também faz referência ao Projeto Político Pedagógico, em seu Artigo 12 é determinado que os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica e os Artigos 13 e 14 responsabilizam os supervisores, professores e orientadores a participarem ativamente da elaboração dos projetos pedagógicos das escolas em que atuam (BRASIL, 1996).

Sendo assim, com o reconhecimento na legislação educacional brasileira da gestão democrática, o papel da gestão da escola deixou de ser tarefa exclusiva da direção; fazendo com que os sistemas de ensino passassem a adotar, de forma menos ou mais expressiva, meios de participação da população e o PPP é um desses mecanismos de participação (RISCAL, 2009).

Com vistas disso, foi perguntado às participantes quais documentos legais e legislações que norteiam o PPP de suas respectivas APAEs. A [Coordenadora1](#) e a [Diretora2](#) responderam que são as diretrizes estabelecidas pela Federação Nacional das APAEs; já a [Diretora3](#) disse que os documentos que nortearam a elaboração do PPP foram a LDBEN (1996), a BNCC (2017), também segue as diretrizes concernentes à Federação Nacional das APAEs e resoluções e legislações que são disponibilizadas pela Secretaria Estadual de Educação. Já a [Diretora4](#) elencou as legislações nas quais o PPP

é baseado, sendo elas: **(a)** Constituição da República Federativa do Brasil (1988), **(b)** Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1989), **(c)** Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), **(d)** LDBEN 9394/96 (1996), **(e)** Decreto nº 2.208/1997, que regulamenta a Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, **(f)** Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), **(g)** Resolução CNE/CEB nº 2 (2001) que institui Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, **(h)** Decreto nº 186/2008 que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, **(i)** Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), **(j)** Decreto nº 7611/2011 que revoga o decreto nº 6.571/2008 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, **(k)** Lei nº 12.796/2013 que altera a Lei nº 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação de profissionais da Educação e das outras providências, **(l)** Lei nº 13.632/2018, que altera a Lei nº 9.394/1996, para dispor sobre Educação e Aprendizagem ao longo da vida e **(m)** Diretrizes para Cooperação Técnica entre as APAEs e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Gadotti (1993), pontua que a autonomia e a participação, pressupostos dos Projetos Políticos Pedagógicos, não devem estar presentes apenas nas legislações que balizam a sua implementação, mas também no cotidiano escolar, como por exemplo, no planejamento de ensino, na escolha pelo livro didático, na organização de eventos, na circulação de informações, na divisão do trabalho, na capacitação de recursos humanos, enfim, a autonomia e participação devem se fazer presentes em qualquer contexto e momento nas escolas. Para o autor, a gestão democrática é atitude e método, pois a atitude democrática é necessária, porém não é suficiente, devendo assim estar atrelada a métodos democráticos contando com o verdadeiro exercício da democracia; mas que para essa atitude se instaurar na atmosfera escolar demanda tempo e trabalho.

No cenário da gestão democrática de ensino, o diretor(a) torna-se o(a) mediador(a) das tensões e conflitos e passa a negociar os interesses dos diversos agentes. No entanto, a incorporação prática da gestão democrática é recente e muitas vezes acanhada, pois há vários agentes escolares que tendem a manter hábitos antigos e não reconhecer o que diverge de sua opinião e, nestes casos, a construção do PPP acaba não contemplando à sua maior característica que é ser fruto de um trabalho coletivo (RISCAL, 2009).

A concepção democrática tem como fundamento a ação coletiva para promover a participação de todos na sociedade de forma justa; nesse sentido a gestão democrática educacional e o PPP baseiam-se nos fundamentos de que em uma escola democrática a tomada de decisão acontece coletivamente; que o planejamento escolar associe as tarefas escolares com as demandas exigidas pelo contexto social juntamente também com processos de decisões democráticas; que o PPP é o instrumento que orienta a organização geral da escola; que este documento também norteia o trabalho pedagógico; não pode ser padronizado; deve levar em consideração as diferenças culturais e sociais da comunidade na qual a escola está inserida e deve ser discutido e elaborado por todos os membros da comunidade escolar (SILVA; CAZUMBÁ, 2015).

Riscal (2009), considera que ação pedagógica e ação política devem ser vistas como dimensões de um mesmo processo, sendo compreendidas desta forma quando se trata da concepção de educação que objetiva a formação de futuros cidadãos. Assim toda ação pedagógica, nestes casos, seria uma ação política tendo em vista que carrega consigo a ideia de cidadão que deseja formar e da sociedade que se planeja para o futuro; por isso a educação deve visar a democracia sendo conduzida dessa forma desde o início de seu processo, garantindo que alunos, pais, professores, gestores, funcionários e comunidade onde a escola se localiza envolvam-se nas deliberações que nortearão as ações escolares.

Como visto até aqui, o PPP expressa a autonomia das escolas e é por meio dele que essas instituições demonstram, em forma de documento oficial, a vontade coletiva da comunidade escolar, expressando assim os pontos de vista, as histórias de vida e as crenças de todos que participaram de sua formulação. Louro (1999), declara que “... as memórias e as práticas atuais podem nos contar da produção dos corpos e da construção de uma linguagem da sexualidade; elas nos apontam as estratégias e as táticas constituidoras das identidades sexuais e de gênero.” (p.31), sendo assim, concebe que nas escolas, seja pela afirmação ou pela negação, é praticada uma pedagogia da sexualidade, a qual legitima determinadas identidades e práticas sexuais ao passo que marginaliza e reprime outras.

Como já se sabe, a sexualidade é inerente a todas as pessoas e a sua manifestação e exercício dos direitos sexuais independe da ausência ou da presença de deficiências. Então, as pessoas com deficiências têm desejos sexuais, quanto maior e melhor for a socialização dessas pessoas é muito provável que as intenções sexuais

surjam; que o interesse pelo sexo seja despertado; que o desejo em namorar apareça; que muitas dúvidas sobre esses assuntos rodeei-os; que questões sobre autoestima os afetem, enfim, todos os temas que envolvam a Educação Sexual podem despertar nas pessoas com deficiência, por isso, novamente afirmo a importância da Educação Sexual ser ofertada para esse público. Já que a sexualidade se manifesta em todos e curiosidades podem surgir a esse respeito, foi perguntado às psicólogas participantes do estudo se elas percebem interesses dos alunos sobre a temática:

Sim, eles sempre gostam de conversar sobre. (Psicóloga1)

... porque a gente tem que trabalhar né essa parte, porque eles têm essas curiosidades, eles têm esse desejo de namorar, de conhecer e de saber como que é toda essa parte aí... Então é bastante trabalhado e eles também individualmente trazem questões sobre um namoro que não deu certo, o porquê não deu certo, sobre ciúmes, sobre dúvidas também, sobre até métodos de anticoncepcional, qual seria o melhor método, falo também sobre a camisinha, sobre todas essas coisas eles trazem essas dúvidas então a gente precisa orientar... (Psicóloga2)

... então a criança, o aluno ou o adolescente começa a apresentar demandas, curiosidades e começa a manifestar aí a gente vai trabalhando o que está pontual naquele momento, as curiosidades deles naquele momento... Namoro aparece bastante “posso namorar?”, “não posso namorar?”, “o que é namorar?”, então como a família acaba apresentando resistência muito grande, eles não têm liberdade para conversar com a família, então eles acabam trazendo tudo aqui para a escola, a queixa principal vai para a professora e a professora passa para mim. Então, namoro; sexo; o que é uma relação sexual; como uma mulher fica grávida; o que mais que aparece bastante... masturbação aparece bastante; conhecer o corpo... então todas essas questões já apareceram bastante e assim, são questões que eles trazem bastante e sempre tem muitas dúvidas, sempre. (Psicóloga3)

Não muito, na verdade quase nada. Mas como minhas intervenções acabam sendo mais direcionadas com os temas mais específicos, por exemplo, se eu vou falar de inteligência emocional eu uso determinados assuntos, determinados materiais que eu começo a puxar alguma coisa deles. Se eu vou trabalhar emoções eles acabam relatando situações do dia a dia ... por exemplo ... T você sabia que F beijou a L? então eles acabam trazendo também; T larguei da minha namorada no final de semana; T, J é muito ciumento... então alguns relatinhos nesse sentido quando você direciona a intervenção eles acabam mencionando na atividade. (Psicóloga4)

Apenas a Psicóloga4 disse que não percebe muito interesse dos alunos sobre assuntos envolvendo a sexualidade, porém relatou momentos em que isso acontece, mas que ela os instiga sobre a temática, mas que a intenção não parte deles. Já a Psicóloga2 e a Psicóloga3 relataram que os alunos das suas respectivas APAEs apresentam bastante interesse e dúvidas sobre esses assuntos e que geralmente essa demanda parte dos discentes e que, na maioria das vezes, os assuntos envolvendo a Educação Sexual são trabalhados conforme as inquietações dos alunos. Já a Psicóloga1

comentou que os estudantes apresentam muito interesse nos conteúdos sobre sexualidade, mas não discorreu de maneira mais detalhada como isso ocorre na prática.

Já que os alunos apresentam vontade, disposição e curiosidade sobre os temas envolvendo Educação Sexual e, segundo as informações passadas pelas diretoras e pela coordenadora entrevistadas de que os interesses dos alunos são levados em consideração na elaboração dos PPPs, estes e os outros documentos disponibilizados foram analisados no sentido de verificar se a Educação Sexual e/ou seus temas adjacentes estão contidos nestas escrituras.

Na *APAE 1*, o documento disponibilizado pela *Coordenadora1* para análise foi o *Regimento Escolar de 2018*. Quando lhe foi perguntado se a Educação Sexual estava presente no PPP da escola ela respondeu o seguinte:

Está em “Projetos”, todos os projetos que são trabalhados na escola têm que constar no PPP. (*Coordenadora1*)

Assim, conforme a *Coordenadora1* afirma, a Educação Sexual consta no PPP da *APAE*, mas a pesquisadora não pôde analisá-lo, pois segundo a entrevistada, o *Regimento Escolar* era o documento da escola mais recente que poderia ser disponibilizado a alguma pessoa externa à *APAE 1*. Assim, o *Regimento Escolar de 2018* foi observado com vistas a identificar de que forma esse faz menção e referencia a Educação sexual.

O *Regimento Escolar* é um dos princípios norteadores da gestão democrática escolar, dado que assegura os mecanismos legais para que as instituições educacionais possam se organizar, sendo assim, Molin e Alves (2013) consideram-no como a legislação da escola, pois é constituído pelas regras que normatizam tanto a organização pedagógica, quanto a disciplinar, didática e administrativa; além de definir os objetivos da escola e estabelecer os direitos e deveres de todos os membros da comunidade escolar, indica, de maneira democrática, o que cada segmento deve fazer e como fazer.

O *Regimento Escolar* relaciona-se com PPP, pois é elaborado a partir do PPP por meio de uma construção coletiva abrangendo todas as pessoas de todos os segmentos da escola; assim o *Regimento Escolar* deve regulamentar o PPP e ter as características próprias daquela comunidade escolar, ser elaborado também de forma coletiva, ser individual para cada instituição escolar e deve considerar a legislação educacional vigente (MOLIN; ALVES, 2013). Portanto, é importante conhecer o

Regimento Escolar já que ele delinea as linhas norteadoras da organização formal da escola.

No [Regimento Escolar de 2018](#) da [APAE 1](#) constam o histórico do Movimento Apaeano e o histórico desta APAE; as disposições preliminares como sua caracterização, dos educandos atendidos e das modalidades, níveis e programas de ensino que são ofertados e de suas composições; apresentam os fins, princípios e direitos tanto da educação nacional quanto da Educação Especial; os fins e objetivos da escola; os fins e objetivos do seu PPP; aborda a organização e administração escolar; o funcionamento escolar; os assuntos da avaliação e desempenho escolar; o regime escolar; os registros, escrita e arquivamento dos documentos da escola; a organização das equipes técnicas e de apoio; os direitos, deveres e proibições; a organização disciplinar e as organizações complementares.

Em relação aos fins e objetivos do PPP, no documento não há nenhuma menção nesta seção sobre Educação Sexual. A Educação Sexual aparece explicitamente no documento quando discorre sobre os currículos e programas de ensino, alegando que estes devem ocorrer segundo uma abordagem que busca à construção de conhecimentos nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte e Educação Física; assim como os temas transversais que compreendem Ética, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. No [Regimento Escolar da APAE 1](#) a única vez que a Educação Sexual aparece de forma mais direta é esta.

De forma indireta, aparece na seção sobre as competências dos professores, na parte em que diz: “Acompanhar diariamente seus alunos na rotina de ações da escola, orientando-os em momentos oportunos quanto à aprendizagem propedêutica e formação em termos de boas maneiras, relacionamentos, atitudes etc.” (p.20). Já em relação as competências do profissional de psicologia da escola, o qual foi colocado pela [Coordenadora 1](#) como responsável por abordar a Educação Sexual com os alunos, não há referência nenhuma, tanto indireta quanto direta, a esse respeito.

Ou seja, no [Regimento Escolar \(2018\)](#) da [APAE 1](#) há apenas uma citação da Orientação Sexual (forma como é colocada no documento), mas não é falado sobre como esta deve ser trabalhada e nem quais os temas adjacentes a ela devem ser abordados. No documento, ocorre apenas uma breve menção do que os professores

devem trabalhar quanto a alguns assuntos dentro da Educação Sexual, mas não de maneira detalhada. E nas competências do profissional que aborda isso com os alunos (psicólogo) não há nenhuma alusão à temática.

Já na **APAE 2**, o documento disponibilizado foi o **Projeto Político Pedagógico** do ano de **2021** e o **Plano de Ação** também de **2021**, pois a **Diretora2** compreende os dois documentos como de grande importância para sua APAE de atuação. Quando lhe foi perguntado se a Educação Sexual estava presente no **PPP** ou no **Plano de Ação** ela respondeu que não estava presente em nenhum desses documentos, mas que a Educação Sexual é trabalhada com os estudantes mesmo não contendo nesses documentos oficiais, segundo ela, quando surge a demanda, o assunto é trabalhado de forma pontual com a professora do aluno ou com a psicóloga da instituição e que, nestes casos, fica registrado e constando o que foi trabalhado ou no Plano Escolar ou no Plano Individual do aluno; conforme mostra o excerto de sua fala:

Não, ela não está presente... Nesse plano ele não tá, ele está no plano da professora ou da oficina ou do currículo do 1º ao 5º ano. Isso tem no Plano Escolar deles e no Plano Individual. Quando tem casos que isso tá no Plano Individual e é tratado, mas normalmente assim, é tratado de um jeito bem simples, porque não adianta explicar muito né. (**Diretora2**)

Conforme ela disse, quando o **PPP (2021)** foi analisado, não havia nenhuma menção sobre Educação Sexual, este documento é composto pela introdução, a qual apresenta brevemente o Movimento Apaeano, a história da **APAE 2** e sobre o que é o Projeto Político Pedagógico; na sequência demonstra a justificativa do documento; são demonstrados também o objeto geral e os específicos; o tipo de alunado que esta escola especial atende; trata das modalidades de ensino e de cada uma delas em específico; sobre os programas educacionais voltado ao público com autismo; fala sobre seu programa de prevenção e sobre avaliação. A Educação Sexual em todas essas seções foi inexistente, tanto de forma direta quanto indireta.

O Plano de Ação é outro documento muito importante para as escolas, sem ele a escola fica sem um norte, pois este consiste no planejamento de como a escola irá desenvolver suas ações, traçar e atingir suas metas e objetivos e como vai sanar os problemas existentes, isto feito com base em critérios de acompanhamento e avaliação (SILVA; ZANEIDE, 2016). A elaboração do Plano de Ação representa a intencionalidade de ensino e aprendizagem carregado de concepções e decisões tomadas de forma coletiva; buscando sempre contemplar as dimensões da gestão democrática,

acesso e permanência escolar e prática pedagógica; também deve ser elaborado com clareza e com a participação de todos os membros da comunidade escolar (SILVA; ZANEIDE, 2016).

Assim, o **Plano de Ação (2021)** da **APAE 2** é constituído por informações acerca do Movimento Apaeano e sobre a APAE em questão, traz as finalidades estatutárias, os objetivos, as bases legais e as áreas contempladas sendo elas da assistência social, saúde, educação e institucional. Neste documento, a Educação Sexual pode ser constatada de forma indireta quando é colocado que dentre as metodologias a serem utilizadas no desenvolvimento das ações socioassistenciais está o trabalho de atividades de convívio e de organização da vida cotidiana, como as atividades de vida diária, de cuidados pessoais e de desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social. A Educação Sexual também pode ser percebida na seção de serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias, quando é mencionado que no trabalho de habilitação e reabilitação “serão oferecidas ações para promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como a autonomia, a independência, a segurança, o acesso aos direitos e à participação na sociedade.” (p. 15).

Nesse **Plano de Ação (2021)**, a Educação Sexual também pode ser entendida na seção de valorização do envelhecer, quando é abordado que com os assistidos idosos desta escola especial serão feitas atividades relacionadas ao autocuidado, higiene, organização pessoal, lazer, cognição, socialização e inclusão. Além de se fazer presente nas atividades de consciência corporal dentro das aulas de Educação Física.

Assim, é perceptível que a Educação Sexual não consta no **PPP** da **APAE 2**, mas está presente no **Plano de Ação**, não como um projeto a ser trabalhado dentro das áreas que este plano abrange, mas pode ser vista em algumas temáticas a serem abordadas dentro dos projetos já estabelecidos. A fala da **Diretora2** sobre a Educação Sexual não estar presente em nenhum desses documentos demonstra que ela não compreende todos os aspectos da Educação Sexual, ficando talvez mais focada nas questões biológicas.

Quanto a **APAE 3**, quando perguntado à **Diretora3** se a Educação Sexual estava presente no PPP da instituição ela respondeu que não, conforme a fala:

Nós vamos inserir, porque na verdade, nós vamos começar a trabalhar essa questão da Educação Sexual de uma forma mais atuante e de uma forma mais direta... e como o nosso PPP está desatualizado nesse momento, então a gente tem que fazer todo esse trabalho e pegar todo esse trabalho com a psicóloga e anexar no nosso PPP. (**Diretora3**)

Devido ao PPP estar desatualizado e passando por reformulações, não foi possível que a sua análise fosse feita, então a [Diretora3](#) disponibilizou o [Plano Escolar de 2020](#) para que a pesquisadora pudesse observá-lo, sobre o [Plano Escolar](#), a [Diretora3](#) não comentou a respeito de a Educação Sexual estar presente nele ou não.

O [Plano Escolar \(2020\)](#) da [APAE 3](#) é composto pelos dados administrativos da escola especial, pelos objetivos desta e pelos níveis e modalidades de ensino contando com os objetivos, metas e ações específicas para cada nível e modalidade. Também estão descritas a organização do trabalho pedagógico, os recursos materiais e físicos, os recursos humanos atuante, esclarecimentos sobre os documentos necessários para a matrícula, sobre como buscam envolver a família dos estudantes e a comunidade, além de trazer informações sobre o diagnóstico da escola mostrando dados escolares referentes a anos anteriores e traz elucidações sobre o conselho técnico pedagógico relacionadas às ações a serem feitas.

Orso (2015), pondera que na educação, não é possível obter êxito sem se realizar um planejamento detalhado levando em consideração “considerando tudo o que envolve esse processo, sobre o quê, a quem, para quem, como, para quê, onde ocorre, de que forma é realizada, por que meios e em que condições ocorrerá.” (p.266). O ato de planejar revela uma ação transitiva, porque conecta a realidade existente à realidade que se deseja construir; porém o plano não pode ser tido como acabado e imutável, mas sim como um referencial que está sujeito a alterações e mudanças (ORSO, 2015).

No plano, o detalhamento dos objetivos e conteúdos deve ser feito de maneira sequencial e progressiva no sentido de mostrar que o que foi trabalhado anteriormente servirá de apoio às novas aprendizagens; nele também deverão estar contidas as ações cabíveis de serem realizadas em cada uma das etapas de seu desenvolvimento; é necessário que haja coerência e articulação entre os objetivos, conteúdos, método, procedimentos e avaliação e é muito importante que seja flexível, permitindo que alterações sejam feitas se preciso (ORSO, 2015).

Sobre a Educação Sexual, no [Plano Escolar \(2020\)](#) esta pode ser percebida no objetivo XI do [Plano](#), o qual alega que a missão da [APAE 3](#) é propiciar aos estudantes a construção de sua autoestima, de forma a incentivar sua curiosidade e cooperação, o respeito mútuo, a responsabilidade e autonomia em todos os ambientes. A Educação

Sexual também se faz presente no [Plano Escolar](#) quando são citadas as atividades de vida diária, autogestão, conhecimento de si e do seu redor.

Novamente, a Educação Sexual não é apresentada em uma seção específica do documento, ela encontra-se camuflada em alguns de seus conteúdos, mas não é menção explícita sobre esta.

Na última APAE investigada, a [APAE 4](#), quando foi perguntado à [Diretora4](#) se a Educação Sexual estava presente no PPP da escola especial ela respondeu o seguinte:

Não, é trabalhado sempre que houver demanda do assunto. ([Diretora4](#))

Antes de partir para os apontamentos sobre o PPP desta APAE é importante ressaltar que a Educação Sexual deve ser trabalhada de forma sistematizada e contínua dentro dos ambientes escolares e não somente quando surgir a demanda, afinal receber Educação Sexual é um direito de todos e esta deve ser feita. Outro aspecto que é relevante lembrar é que, como afirma Riscal (2009), o Projeto Político Pedagógico deve ser pensado como um instrumento que abarca a diversidade e promove a construção de uma cultura escolar que abrange as experiências de todos os agentes escolares; assim sua elaboração enquanto dimensão pedagógica tem de possibilitar a reflexão e estruturação de planos que contemplem a diversidade étnica, cultural, de gênero e social da comunidade escolar, além de buscar levar os alunos a exercitarem a crítica na formação de sua própria concepção sobre os temas estudados.

Quanto ao [PPP \(2020\)](#) entregue para análise, este é composto pela identificação da [APAE 4](#), pela missão e objetivos, pela proposta pedagógica, pelos níveis e modalidades de ensino, pelo alunado a quem destina-se o atendimento, pela metodologia, programas e técnicas a serem utilizadas, pela programação educacional, pelos conteúdos curriculares e pelos quadros curriculares.

A Educação Sexual pode ser percebida na seção de metodologia/programas e técnicas, na qual dentre as inteligências descritas estão a inteligência interpessoal que diz respeito a habilidade para entender e responder de forma adequada a temperamentos, humores, desejos e motivações de outras pessoas, além da habilidade para distinguir pessoas, perceber suas intenções e saber reagir quanto a isso; também consta na inteligência intrapessoal que é sobre a habilidade de acessar seus próprios sentimentos, sonhos e ideias para discriminá-los, a capacidade de criar uma imagem precisa de si. A Educação Sexual também pode ser encontrada na parte do [PPP \(2020\)](#)

em que são citados o desenvolvimento das habilidades a serem trabalhadas, sendo as de participação, interações e papéis sociais que são sobre socializar-se com a família, fazer e manter amigos e usar as habilidades sociais adequadas.

No capítulo de conteúdos curriculares a Educação Sexual também pode ser vista, quanto a Educação Infantil nos assuntos sobre percepção de si e do outro; interação com o meio e nas aulas de Educação Física sobre conhecimento do corpo. No Ensino Fundamental I quanto a percepção de si e do outro novamente; nas aulas de percepção corporal de dança e teatro dentro dos assuntos sobre as partes do corpo e organização de pensamentos, sentimentos e sensações; nas aulas de Educação Física envolvendo os temas sobre a descoberta do corpo e suas possibilidades, autoestima, esquema e expressão corporal e nas áreas de Ciências Naturais e Programa de Saúde nas atividades de vida diária, autocuidado e autoproteção, higiene, apresentação e cuidados corporais, conhecimento do próprio corpo e do outro e suas diferentes reações, os sentimentos e órgãos dos sentidos, vestuário e prevenção de doenças. Já no Ensino Fundamental II a Educação Sexual pode ser vista nas aulas de Artes sobre expressão corporal e teatro ao tratar do desenvolvimento e ampliação da autoestima, estimulação do estilo próprio de cada aluno e técnicas de desinibição; nas aulas de Educação Física englobando tudo o que já foi citado na seção do Ensino Fundamental I da mesma forma e na mesma ordem e nas aulas de Ciências sobre os assuntos de percepção e conhecimento do corpo e autonomia em que o aluno aprende a cuidar de sua alimentação, higiene, vestuário e locomoção.

A análise do PPP da APAE 4 permitiu identificar que não há uma seção específica sobre Educação Sexual, mas que esta está contida dentro de outras áreas do conhecimento não somente referente às questões biológicas, mas abrangendo da mesma forma as questões relacionadas a habilidades sociais, autoestima e autoimagem e interações inter e intrapessoais,

Com a análise dos PPPs um questionamento que paira é: Por que a Educação Sexual é tão difícil de ser trabalhada nas escolas? A Educação Sexual não deveria ser rodeada de tantos mitos, tabus, inseguranças, preconceitos e medos, já que somos seres sexuados e não existe relação em que a sexualidade de cada um não esteja presente. A contradição entre os discursos das diretoras e coordenadora de não estar presente nos PPPs, mas ser trabalhada com os alunos e constar no documento de forma superficial acaba deslegitimando a Educação Sexual no contexto escolar.

Não se pode deixar a Educação Sexual à margem do sistema educacional, seja ele comum ou especial, ela deve fazer parte de forma consciente, específica e fundamentada nos documentos escolares para que seu trabalho seja oficializado demonstrando o que é Educação Sexual, quais os assuntos concernentes a ela e que serão trabalhados, quais os métodos e procedimentos serão empregados nesse trabalho, para quais alunos, qual ou quais profissionais serão responsáveis por tratar da temática e os materiais a serem utilizados; como ocorre com as disciplinas de Educação Física, Artes, Inglês e Música, por exemplo. Ou seja, deve constar no Projeto Político Pedagógico de forma efetiva e intencional, sendo elaborado coletivamente, visando os pressupostos político e pedagógico em conjunto e demonstrando qual será seu ponto de partida, quais caminhos irá percorrer e aonde se deseja chegar.

Esse entendimento corrobora com a concepção de Barros (2013), que considera que a existência da Educação Sexual no PPP de uma escola é para ser obrigatória, pois a incorporação de todos os assuntos que a Educação Sexual abarca passam a serem vistos como assuntos institucionais e faz com que seja vistos como conteúdos que necessitam ser analisados de forma permanente e sistemática, passando, então, a ser responsabilidade de toda a comunidade escolar, passando a ser mais um componente curricular.

Esses resultados permitem indagar que a maioria das instituições educacionais ainda não se atentaram para a precisão e tamanha relevância de se trabalhar a educação sexual, de forma histórica, política, social e transversal. Nos documentos analisados a Educação Sexual está presente de forma vaga e sem protagonismo. Isso dá brecha para que ela não seja trabalhada de maneira efetiva e genuína. É necessário que a Educação Sexual seja ofertada de forma a abranger toda a ação educativa, desde o Ensino Infantil, perpassando pelo Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos, enfim em todos os níveis e modalidade de ensino e para todas as pessoas, de modo específico e também transversal.

Antes de encerrar esta seção, é importante deixar claro que aqui é defendida a presença e o registro da Educação Sexual nos documentos oficiais escolares, principalmente no Projeto Político Pedagógico, mas que apenas o mero apontamento por questão de formalidade não basta, é necessário que aquilo que está previsto no documento seja colocado em prática.

6.2. Conhecendo a visão das direções escolares sobre Educação Sexual

A presente categoria trata, basicamente, do entendimento que as representantes do grupo de gestores das escolas especiais têm sobre Educação Sexual e como lidam com a sexualidade dos estudantes.

Lück (2010), considera que o termo gestão se refere à compreensão da organização escolar e à organização de seus procedimentos, da mesma forma que diz respeito ao entendimento dos requerimentos da educação relacionados às necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a instituição escolar acaba sendo um território dinâmico, contando com a participação de vários agentes profissionais e que possuem diferentes funções, sendo eles diretores, coordenadores, professores, inspetores de alunos, secretárias e auxiliares de limpeza e merenda. Destes agentes, conforme Zocca (2015), o diretor exerce um dos papéis de maior relevância, já que é este profissional quem assume um cargo de poder e de decisão a respeito de inúmeros temas, sendo então, por exemplo, responsável pela promoção de discussões acerca da implementação da Educação Sexual nas escolas em que atuam.

Assim, é o diretor quem organiza, gerencia e coordena todas as atividades, atribuições e compromissos da escola, mas este trabalho não é feito sozinho, o diretor é auxiliado pelos demais agentes escolares pertencentes ao corpo técnico e administrativo da escola; também é de sua incumbência seguir as leis, regulamentos e determinações de órgãos superiores do sistema de ensino (LIBÂNEO, 2008). Já na ausência desse profissional, o coordenador é quem assume essas responsabilidades.

Dessa forma, cabe ao diretor, de maneira conjunta com os demais membros da equipe escolar, canalizar sua atenção a diversas direções dentro das escolas, no sentido de conhecer todas as demandas por parte não somente dos alunos, mas igualmente de toda a comunidade escolar, pois o seu trabalho não deve se limitar apenas ao ensinar e ao aprender, conforme apontam Bulzoni e Leão (2017). Portanto, ao gestor escolar cabe liderar, de forma efetiva, a divisão das responsabilidades, se preocupando no bem e em beneficiar todo o coletivo escolar, tomando como base, ações pedagógicas, organizacionais e políticas (PUGSLEY; GUILHERME, 2014). Destarte, é importante reafirmar a necessidade de uma gestão escolar ser democrática, afinal esta busca e preza pela autonomia do coletivo por meio da participação de todos nos processos deliberativos.

Compreendendo que a gestão democrática toma como base o respeito as diferenças, promovendo a eliminação da homogeneização e uniformização cultural dentro das instituições escolares, o gestor que principia por esse ideal, deve entender que a vida dos alunos não se passa apenas dentro das escolas, ou seja, não é somente a vida escolar que forma os valores desses alunos, mas também a vida familiar e comunitária, isto é, os estudantes frequentam ambientes em que a cultura trazida por tais contextos é desconhecida pelos agentes escolares. Nesse sentido, é necessário que as escolas se voltem para os períodos em que os discentes estão fora do horário escolar para não estabelecer um modelo único de conhecimento, levando em consideração a diversidade cultural, étnica, religiosa, sexual e de gênero, que fazem parte do cotidiano dos alunos; se configurando, portanto, em um espaço que extingue preconceitos e discriminações, abrigo todas as formas de ser dos discentes (PARO, 2001).

Os gestores não podem se responsabilizar apenas pelas funções administrativas, mas também devem nortear, sendo os profissionais de referência, para o trabalho global da escola, para que as metas sejam atingidas. No tocante à Educação Sexual, cabe a estes a primeira necessidade de divulgação da Educação Sexual e da educação geral, vinculando ambos os ensinamentos. Para tanto, é de sua atribuição detectar e avaliar novas oportunidades, identificar as preferências, percepções e desejos dos alunos e de suas famílias, sempre mantendo contato com toda a comunidade escolar (ZOCCA, 2015).

Em vista disso, como aponta Riscal (2009), a postura de um diretor escolar deve ser ética, pois este deve respeitar a si e aos outros, deve ser pedagógica, já que é o profissional que deve articular o trabalho institucional de elaboração do PPP e colocá-lo em prática nas ações do cotidiano das instituições escolares e deve ser política, porque suas ações devem visar o bem coletivo.

Alguns estudos, como os de Zocca (2015) e Bulzoni e Leão (2017), mostram que gestores de escolas têm dificuldade em definir ou expressar o que entendem por Educação Sexual e sexualidade, e também em diferenciar sexualidade de sexo; baseando-se em visões de senso comum, sem embasamento teórico e científico. À vista disso, como o presente estudo, dentre outros pontos, visa compreender o que é imaginado quando a Educação Sexual é colocada em debate, foi perguntado as participantes do grupo de gestores deste estudo, o que elas compreendem por Educação Sexual. As seguintes respostas foram obtidas:

Entendo que é trabalhar as questões envolvendo a sexualidade. (Coordenadora1)

Olha, eu entendo que tem que ter a informação e que informação que tem que ter? Do cuidado, aí tem as escolhas que cada um faz e precisa conversar sobre essas escolhas, dos cuidados que tem que ter com as escolhas. Eu acho que a gente deve ser claro para dizer em que momento você deve fazer isso... assim, se tem alguma criança ou usuário nosso aqui adulto e que se masturba na sala, a gente ensina que ele deve fazer isso no banheiro e não ali na sala de aula na frente dos colegas; a gente já teve muitos casos assim, então esse tipo de orientação é a orientação que eu considero importante dá. (Diretora2)

Como que eu encaro: eu acredito que é uma questão informativa, eu acho que eles têm direito e a necessidade de trabalhar essas questões em relação a educação sexual; até porque as famílias tem um certo, vamos dizer assim, um certo pré conceito em relação a isso né, de que a criança com deficiência não tem necessidades sexuais, não tem desejos e na verdade eles têm e isso é um pouco mais aflorado até por conta desse filtro moral que fica um pouquinho, que em relação a eles é um pouco baixo, então eu acho que existe a necessidade desse trabalho, de orientação em todas as áreas, de consequências, de como é, quais as consequências, todos os cuidados, eu acho que é necessário inclusive orientações em relação a abusos, porque eles não têm essa questão do carinho... eles não têm esse julgamento né, então eu acho que tudo isso é necessário trazer, principalmente para eles. (Diretora3)

A Coordenadora1, no geral, não soube dizer o que é Educação Sexual, relacionando-a à sexualidade, mas também não soube explicar o que é sexualidade para ela. A Diretora2 também não foi muito assertiva em sua resposta, apesar de mencionar alguns temas que julga ser importantes para ensinar aos alunos, não apresentou esclarecimentos mais específicos o conceito de Educação Sexual, relacionando esta à questões biológicas e fisiológicas. Da mesma forma, a Diretora3 associou a Educação Sexual apenas à saúde e prevenção, voltando-se para uma visão mais biológica e fisiológica desta e pautando sua explicação em referências de senso comum, não elucidando a definição de Educação Sexual para ela. A Diretora4 não respondeu a esta pergunta.

Ou seja, as participantes apresentaram acentuada dificuldade em expor o que entendem por Educação Sexual, contudo, é importante que tanto as participantes, quanto qualquer outra pessoa, compreendam que a Educação Sexual, como aponta Leão (2012), deve contribuir com a formação de pessoas saudáveis, tanto física, quanto emocional e psicologicamente, respeitadas e éticas, além de conhecedoras de seus direitos e deveres. Dessa forma, a Educação Sexual deve se configurar em um trabalho formal, sistemático e contínuo, tratando da sexualidade em ambiente educacional.

Isso significa que a escola é o melhor lugar para tratar desse tema, já que é um espaço constituído de intervenções pedagógicas e, portanto, privilegiado para o trabalho em Educação Sexual (LEÃO, 2012). É de incumbência das escolas desestabilizarem

preconceitos, mitos e tabus, fazendo com que os estudantes reflitam e questionem as visões preconcebidas de mundo, assim, deve conduzir a Educação Sexual, delineando as concepções associadas ao âmbito educativo, abarcando as normas de comportamento diário, efetuando a seleção de conteúdos e realizando as dinâmicas de trabalhos a serem feitos com os alunos. Devendo ser a escola, portanto, o *locus* para a reflexão e ação dos educandos e dos educadores (BRASIL, 1997).

Conforme apontam Glat e Freitas (1996), um estereótipo comumente associado às pessoas com deficiência é que estas não têm capacidade para analisarem suas vidas e expressarem seus sentimentos; devido a isso, suas opiniões e necessidades pouco são levadas em consideração na elaboração de propostas de Educação Sexual e de teorias a respeito da sexualidade. Tendo em vista que as condutas sexuais, as curiosidades dos alunos a esse respeito afetam o trabalho dos gestores e dos demais profissionais das escolas, e que isso demanda um preparo destes para saberem lidar com esses tipos de situações, foi perguntado às participantes como elas percebem a sexualidade dos alunos matriculados em suas escolas especiais de atuação:

Enxergo como normal, como algo que deve ser trabalhado, porque muitos alunos, crianças, porque apesar de adultos eles são crianças, não sabem exprimir ou controlar sua sexualidade, por isso ela deve ser trabalhada. (Coordenadora1)

Alguns se manifestam você percebe, alguns fazem perguntas, eles querem namorar, alguns aqui namoram mas a gente fala: ‘olha, aqui você só pode ficar perto um do outro, não pode ficar agarrando e beijando aqui no pátio...’ e eles entendem isso né e a gente tem um caso que a família permite e eles se encontram ou na casa de um ou na casa de outro e a gente sabe disso, eles mandam foto pra gente e a gente dá toda uma orientação para o menino e para a menina, para os jovens porque eles são, eles tem mais de 16 anos, e para a família, a gente orienta os pais da preocupação nossa, do cuidado que tem que ter, mas ai a gente escuta e eles vêm contar pra gente as coisas e a gente: ‘olha cuidado com isso, cuidado com aquilo...’ e é bem assim. (Diretora2)

... a gente tem percebido que a nossa clientela, que o nosso alunado eles, a maior parte deles é periferia, então a gente acompanha as famílias por conta do serviço social; vamos colocar aí que 70% vive num ambiente que não tem muita orientação de nada e a gente tem percebido que eles têm apresentado bastante essas questões, essas questões sexuais e tudo mais. E eu acho que é até por conta de como resultado do trabalho que a psicóloga vem fazendo eles estão buscando também... Mas a gente tem casos assim de namorinho, eles querem namorar, eles querem ter relação, a gente tem algumas questões bem mais acentuadas que precisamos ir lidando no dia a dia e conversando, tem outras que são mais amenas, então assim, a gente tem percebido que tem crescido bastante essa questão de entendimento de sensações que eles estão sentindo em relação a eles, o que é natural, é normal do ser humano né independente de qualquer condição... (Diretora3)

A sexualidade é encarada de forma natural pois faz parte do desenvolvimento humano. (Diretora4)

É perceptível que as participantes relataram que enxergam a sexualidade de seus alunos com deficiência de forma natural e normal, como colocado por elas, e como algo que precisa ser trabalhado, já que as condutas relacionadas à sexualidade desses alunos estão presentes no cotidiano escolar. Porém, algumas contradições surgem nos discursos da [Diretora3](#), a qual alega encarar a sexualidade dos estudantes com deficiência como algo normal, mas que em sua fala, exemplificada anteriormente (sobre o que entende por Educação Sexual), alega que a sexualidade destes é aflorada, o que é mito, o qual todo esse estudo vem buscando desmistificar.

A resposta da [Diretora2](#), apresenta alguns aspectos semelhantes à da [Diretora3](#) no sentido de que o assunto é de interesse dos alunos e que são trabalhados pela escola especial, mas a [Diretora2](#) não deixa claro como compreende a sexualidade de seus estudantes. Já a [Diretora4](#) não tece muitas informações em sua resposta, na verdade, todas as respostas dadas por esta participante, quando o assunto da pergunta foi sobre Educação Sexual e sexualidade, ela respondeu de forma bastante enxuta e sem explicitar muitos detalhes a respeito do que acha ou de como o trabalho é feito em sua escola especial de atuação.

Os dizeres da [Coordenadora1](#), quanto aos discentes com deficiência terem dificuldade em expressar sua sexualidade têm coerência, ideia esta corroborada ao longo deste estudo, ocasionada pela falta de Educação Sexual ofertada a eles. Porém a expressão utilizada por ela “controlar sua sexualidade”, não é adequada, pois a palavra **controlar**, de acordo com o Dicionário de Oxford Languages (2022), tem os significados de: (a) ato de submeter a exame e vigilância estritos; monitorar e fiscalizar e (b) exercer ação restritiva sobre; regular ou conter. Esse termo não é utilizado para referir-se à sexualidade de pessoas sem deficiências, apenas o relacionam à sexualidade das pessoas com deficiências, pois recai a elas o estigma de que sua sexualidade é problemática ou patológica e que, por isso, deve ser controlada. Essa visão, segundo Glat e Freitas (1996), ainda é muito popularizada devido às influências do modelo médico de deficiência que ainda na atualidade, infelizmente, encontra-se presente nas concepções de senso comum. A [Coordenadora1](#) também comenta como é feito o trabalho com os alunos:

O trabalho feito é no sentido de tirar o foco dos alunos para essas questões ou comportamentos, como por exemplo, a masturbação. Tem um aluno que após o almoço gosta de se masturbar então tiramos o foco dele direcionando-o para outra atividade que lhe chame a atenção; no caso do aluno que fica

excitado com fraldas tiramos essa do alce dele, deixamos escondidas; as alunas mais pervasivas tomam anticoncepcional... e é assim que vamos trabalhando. (Coordenadora1)

Novamente, é importante deixar claro que as pessoas com deficiência são íntegras e completas em todos os sentidos da vida, incluindo os sentidos erótico, afetivo e sexual, e que a manifestação de sua sexualidade depende da estruturação de esquemas educacionais na promoção de uma Educação Sexual satisfatória, para que saibam expressar a sua sexualidade de maneira condizente (MAIA, 2006). Também não se pode esquecer que a sexualidade não se restringe somente à genitalidade, mas que, de acordo com Maia (2006) a sexualidade pode ser: “considerada como a mais íntima forma de manifestação de vida; é o desejo de amar e ser amado. Qual de nós portadores de deficiências ou não poderíamos viver plenamente sem esta possibilidade?” (p.126).

Voltando a atenção especificamente agora para a deficiência intelectual, Amor Pan (2003) considera que para muitas pessoas o assunto sobre casamento, gestação e o cuidar dos filhos, ainda é um tema bastante polêmico, pois muitas das atitudes repressoras frente a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual giram em torno da descendência. O autor considera que os debates sobre o desenvolvimento da sexualidade dessas pessoas, sobre sua liberdade sexual e acesso ao casamento, sempre acabam esbarrando no tema filhos, controle de natalidade, gravidez indesejada e esterilização. A **Diretora2** abordou esse assunto em suas falas:

Eu acho que quando a gente tem um assistido que fica na rua, que vai para festa; eu acho que a gente tem que orientar para usar camisinha, para ter todos os cuidados, se for menina para tomar a pílula que a gente também já teve aqui, a gente levava no posto para tomar injeção para não engravidar, porque engravidar para eles é um problema e a gente tem visto isso acontecer e só problema e problema e ai nasce uma criança, a gente já tem caso aqui que a família inteira está aqui, o pai foi daqui, a mãe foi daqui e o filhinho que nasceu já está aqui. Então isso é muito grave! (**Diretora2**)

Ainda atualmente se acredita que a deficiência intelectual é sempre hereditária, que tem causa genética e que pode ser transmitida aos descendentes, e essas crenças são utilizadas como justificativa para manterem essa parcela da população à margem da vida afetiva e sexual (AMOR PAN, 2003). Em vista disso, busca-se por todos os meios possíveis que estas pessoas se mantenham afastadas de situações que podem acabar em uma relação sexual e, conseqüentemente, em uma possível gestã, visto que, acredita-se que inevitavelmente os filhos de pessoas com deficiência intelectual, teriam essa deficiência, e que seria mais um “fardo” que os familiares dessas pessoas e a sociedade no geral teriam que carregar (AMOR PAN, 2003). E sob às mulheres com deficiência

intelectual essas formas repressoras recaem mais, tendo em vista o medo destas engravidarem, sendo levadas a tomarem anticoncepcionais sem seu consentimento ou sem nenhum tipo de explicação e em casos mais graves a esterilização compulsória (MAIA, 2006).

A **Diretora2** continua a discorrer sobre todos esses temas em sua fala:

Eu tenho uma ideia que eu vou falar aqui e eu tenho certeza que tem um monte de gente que vai arrepiar, mas eu não tenho medo de falar nela não, porque eu acredito nela: eu acho que quando a gente tem um menino com deficiência intelectual, isso é a minha opinião, eu sei que isso não tem lei que me assegura a fazer essas coisas, isso é a minha opinião; tem um menino, um jovem que tem uma deficiência intelectual e que mal consegue se cuidar, mas que anda na rua e que tem as namoradas e vai ter a vida dele sexual, esse menino tinha que ser operado, ele tinha que fazer uma vasectomia, porque se não o que acontece, ele tem um filho e não tem condição de ser responsável por essa criança, então é mais uma criança sofrendo em uma situação. (Diretora2)

O tema da esterilização em pessoas com deficiência intelectual envolve valores familiares, da comunidade e legislações de cada país. É importante deixar claro que este estudo acredita que os direitos da pessoa com deficiência devem ser respeitados e que em casos envolvendo a esterilização, que esta deve ser pensada e analisada individualmente não se embasando em outros casos e que deve ser considerada por uma equipe multiprofissional, contando com a participação de médicos, psicólogos e educadores, além da família e principalmente da pessoa que passará ou não pelo processo de esterilização.

A **Diretora2** conclui sua fala dizendo:

... normalmente uma pessoa que tem deficiência ele só vai se relacionar com uma outra pessoa que tem deficiência também, porque a conversa não encaixa com uma pessoa um pouquinho melhor, as coisas não encaixam. Então assim, uma pessoa com deficiência e outra pessoa com deficiência tendo um filho e quem vai cuidar esse filho, quem vai educar, quem vai tratar? A gente tá tendo casos que hoje... a gente tá com um caso, uma situação que começou a acontecer a uma semana que o bebezinho já está aqui, entendeu? Então eu sou a favor de que se pode fazer isso, se eu tivesse algum poder eu faria isso, porque aí essa pessoa, ele tem o desejo ele vai, ele tem a vida sexual dele ativa mas aquilo não leva para frente, porque vai criar problemas mais sérios sociais, muito sérios e vai ter uma criança na jogada. Então essa é a minha opinião, eu sei que tem gente que não concorda, mas é a minha opinião. (Diretora2)

Maia (2006), considera que o argumento relacionado à sociedade arcar com uma criança em que os pais não têm capacidade de educar ou sustentar seu filho ou o argumento de que o filho pode ser igual ou mais comprometido que seus pais, são baseados em preconceitos sociais, visto que, comprovadamente, o casamento entre

peças com deficiências têm sido tão bem sucedidos quanto da população sem nenhum tipo de deficiência e que a criação dos filhos também tem sido, no mínimo, tão bem sucedida quanto de outros grupos.

Não há como negar que podem existir dificuldades conjugais entre um casal com deficiência intelectual, por isso é necessário oferecer a estas pessoas apoio educacional e emocional e que uma Educação Sexual de qualidade pode auxiliar nesse processo. A oposição ao casamento e a constituição familiar por pessoas com deficiência intelectual, para Maia (2006), pode ser um argumento para que essas pessoas possam desfrutar de sua sexualidade livremente sem ter consequências sociais decorrentes, como o cuidar, educar e sustentar filhos; como pode ser um argumento para se negar a essas pessoas um vida afetiva-sexual em todos os seus aspectos, sendo-lhes negado seus direitos humanos universais de cidadania.

É válido destacar que todo gestor possui uma formação para ocupar tal cargo, e assim, todo gestor já foi um professor; esse ponto é importante de ser lembrado, pois pode indicar o porquê de não saberem lidar com a temática da sexualidade de pessoas com deficiências e com a Educação Sexual voltada a esse tipo de alunado, tendo em vista que em sua formação inicial, muito provavelmente pedagogia, nunca tiveram contato com esses temas (ZOCCA, 2015).

Para Foucault (2003) o ambiente escolar é dotado de poder, esse poder funciona em cadeia e se exerce em rede, as pessoas que compõe o ambiente da escola estão sempre em posição de exercer esse poder e são os centros de sua transmissão. Assim sendo, nas escolas o poder não está somente entre os gestores, afinal ele se fluidifica hierarquicamente nas inúmeras relações sociais que se estabelecem nesses ambientes. E conforme Guimarães (1995), a escola pode ser interpretada de duas formas, uma como sendo um ambiente para a promoção de ensino e a outra como sendo um espelho de jogos de poder nos quais ela se insere.

Zocca (2015), argumenta que o gestor escolar deve ter, tanto aptidão, quanto competência para buscar e atingir os objetivos de modo a incentivar todo o grupo de profissionais, estimulando-os e engajando-os em ações participativas visíveis e coletivas; devendo ter a capacidade de fortalecer todo o potencial de toda a comunidade escolar, fazendo com que, principalmente os professores se sintam capazes de efetuar e

efetivar suas atribuições com sucesso e isso se estende às medidas necessárias à Educação Sexual na escola.

As instituições escolares que dispõem de uma condizente e adequada coordenação, o sentimento de confiança e a ideia e práticas coletivas estão presentes nos objetivos curriculares e pedagógicos e há uma troca mútua de conhecimentos e diálogo entre gestão, professores, alunos, funcionários da escola e familiares dos alunos (ZOCCA, 2015). Em vista disso, foi perguntado às participantes quais as orientações dadas por elas aos professores quanto à sexualidade e Educação Sexual ofertada na escola especial. Foram obtidas as seguintes respostas:

Sim, há troca de informações no dia a dia com toda a equipe, principalmente dos professores com os profissionais da saúde. (Coordenadora1)

É, a gente deixa livre, mas a gente dá dicas: ‘olha, cuidado, responde a pergunta que for feita, tenha cuidado com o que vai falar’, porque tem pais que aceitam isso numa boa e tem pai que não aceita que fale nesse assunto e que não gosta que fale... Então a gente deixa a vontade, mas normalmente quando acontece a professora explica e depois ela fala: ‘olha, Fulano veio me perguntar isso...’ e aí ela divide com a psicóloga e se a psicóloga faz o atendimento dessa criança isso com certeza é trabalhado lá dentro, mas é uma coisa sem pressão, sem preocupação e com direito de escolha. (Diretora2)

Tem, feito pela psicóloga também. Porque normalmente, as vezes, quando a própria criança não traz, quem traz a questão é o professor que observa em sala de aula e aí ela leva até a psicóloga e a psicóloga passa todas as questões e faz todo o trabalho com o aluno, mas já faz orientação com o professor de como ele deve agir de acordo com as situações que vão se apresentando, ele recebe toda a orientação. (Diretora3)

O professor trabalha em sala de aula e sempre que necessário recebe orientações da equipe. (Diretora4)

Em todas as escolas especiais são passadas orientações aos professores quanto a como lidarem com a sexualidade dos alunos, mas não quanto à Educação Sexual propriamente dita, já que nas quatro escolas especiais quem faz esse trabalho são as psicólogas e em muitos casos são estas quem orientam os professores por lidarem diretamente com essas questões, como o mostrado pelas falas da Coordenadora1 e Diretora3. A Diretora2 menciona o cuidado que os professores devem ter em relação às informações passadas, no sentido de não ultrapassar o limite que deve ser estabelecido entre escola e família, não desrespeitando ou “passando por cima” do que é previsto pela família dos alunos. Já a Diretora4, novamente foi evasiva.

É importante que o gestor escolar tenha uma postura democrática e que englobe toda a comunidade escolar nas tomadas de decisão e, dessa forma, a qualidade da

educação será coesa, estabelecida por meio do encorajamento, impulso, lógica e perseverança que o gestor disporá sobre sua equipe (LÜCK, 2010).

O gestor escolar deve atentar-se para todo e qualquer tipo de demanda que possam surgir no contexto escolar, incluindo as manifestações sexuais dos estudantes; para isso devem constantemente dialogar com os professores a respeito de alternativas que podem ser viáveis a atender as necessidades dos educandos (ZOCCA, 2015).

Toda a equipe escolar é imprescindível, mas cabe ao gestor delegar tarefas e responsabilidades, ouvir e levar em consideração a opinião da comunidade escolar, respeitar a decisão da maioria, promover encontros informativos, incentivar e buscar em promover formação continuada aos profissionais da escola, valorizar e avaliar o trabalho de todos os profissionais atuantes do ambiente escolar e fazer com que o local da escola se torne harmonioso, organizado e agradável (ZOCCA, 2015).

A literatura tem mostrado um aumento na necessidade em se abordar assuntos relativos à sexualidade dentro das escolas, como preconceitos, sexismo, homofobia, gravidez na adolescência, métodos contraceptivos, entre outros; porém muitas vezes a gestão escolar acaba se esquivando de tais temas devido a reação familiar. Isso, de acordo com Bulzoni e Leão (2017) acaba se tornando em um ciclo vicioso em que a família se exime dessa responsabilidade, a escola tem medo em abordar o assunto e os alunos não têm acesso a Educação Sexual. A última fala exemplificada da [Diretora2](#) é uma demonstração dessa concepção.

As famílias, muitas vezes desprovidas de informação, deixam apenas para a escola tratar da Educação Sexual; e é papel desta abordar essa temática, contudo pouco abordam o tema e quando tratam dele, geralmente, a abordagem é feita de forma superficial, relacionando a Educação Sexual apenas a questões fisiológicas e biológicas. Ou seja, há uma carência de propostas interventivas em sexualidade e pouca parceria efetiva entre escola e família (BULZONI; LEÃO, 2017). Dessa forma, foi indagado às participantes como é a influência da família na Educação Sexual ofertada pela escola especial:

Nosso trabalho também envolve a família, então sempre conversamos com eles sobre os comportamentos dos alunos e falamos o que é feito aqui na escola, vemos o que é feito em casa e passamos orientações. ([Coordenadora1](#))

Porque as vezes o assunto na família é tão fechado que se a gente conversa aqui e ela leva para casa aí a mãe fala: 'mas está tendo esse tipo de conversa

lá?’ e se a família vem, a gente conversa e é um assunto que precisa ser tratado né e é assim. (Diretora2)

... eles têm que autorizar, porque é um assunto que é muito tabu ainda né e aí você se defronta com questões de preconceito, e aí você se defronta com questões religiosas, são várias questões aí que estão envolvidas. Então a família precisa estar ciente, inclusive, se eu não me engano, nessa primeira etapa que ela fez com as famílias ela até passou quais eram os conteúdos que iriam ser trabalhados e como iriam ser trabalhados, porque as vezes a família tem aquilo de “meu filho não despertou para isso ainda e de repente você vai trabalhar com ele e vai despertar e aí o que eu vou fazer?” e aí entra todas essas questões. (Diretora3)

Em relação ao trabalho com a sexualidade, a instituição tem como proposta trabalhar dentro da demanda apresentada. Essa demanda pode vir da família ou do próprio aluno. Esses temas muitas vezes não são aceitos pelos pais para serem trabalhados, alguns por não achar adequado, outros por causa de religião. (Diretora4)

Como visto, em todas as APAEs estudadas há um diálogo entre escola e família. As entrevistadas comentaram que tudo o que é trabalhado com os alunos referente à Educação Sexual tem que ser passado pela aprovação dos pais, já que há algumas informações que estes não concordam que sejam transmitidas a seus filhos, assim como também há pais que não permitem que seus filhos participem de programas, terapias ou aulas de Educação Sexual por acreditarem que estas despertam a sexualidade.

Um dos fatores de maior incidência da oposição à Educação Sexual é a crença de que o trabalho em sexualidade desperta o interesse pelo sexo que, para muitos, não surge naturalmente em pessoas com deficiência. Porém, essa alegação é infundada, visto que, principalmente na atualidade, crianças e jovens são atingidos diariamente por informações sobre sexo ouvindo as conversas de adultos, na televisão, em conversas com colegas, nas redes sociais e, na maioria das vezes, essas informações chegam para essas crianças e jovens de maneira deturpada, fragmentada, carregada de estigmas e preconceitos e/ou são mal interpretadas (GLAT; FREITAS, 1996).

Leão (2012), considera que a escola é o ambiente de expressivo destaque na construção de conhecimentos acerca da sexualidade, mas que é importante que a família dos estudantes faça parte desse processo, pois o trabalho em Educação Sexual também busca proporcionar aos familiares a reflexão de como estes vêm lidando com a temática da sexualidade, no sentido de quebrar com mitos, tabus e preconceitos. A Diretora3 comenta a esse respeito:

...eu acho que a família é essencial para esse tipo de trabalho, até para dar certo. Para ter um resultado a família precisa estar consciente e aceitar isso e aberta né, porque é um tabu ainda, pro deficiente isso ainda é um tabu e tem aquelas questões mesmo que a gente se depara “ah, mas eles não se

apaixonam, eles não tem noção do que é, eles não sabem o que é sexo, eles não tem desejo...”, então a gente lida bastante com isso. A maioria, são raras assim dentro da instituição, aqui pelo menos, são raras as famílias que aceitam um relacionamento amoroso, que seja um namoro por mais ingênuo, por mais assim é complicado, a aceitação é muito complicada. (Diretora3)

Muitos pais acabam tendo uma visão infantilizada de seus filhos com algum tipo de deficiência, essa infantilização se estende à sexualidade destes. Muitas pessoas, tanto familiares, quanto profissionais e a população no geral, acreditam que a sexualidade de pessoas com deficiência não existe ou que é incipiente, todavia o padrão infantilizado da sexualidade desse público não ocorre devido à disfunções ou à sua deficiência, mas sim porque não lhes são ofertadas condições adequadas e efetivas para que possam desenvolver sua sexualidade de forma plena, saudável e amadurecida (GLAT; FREITAS, 1996).

Neste ponto, retomo novamente as considerações de Guimarães (1995), que defende que é dever da escola assegurar conhecimentos teóricos e científicos, de maneira esclarecedora, incitando apropriadas relações que possam interligar as gerações e os grupos sociais, promovendo o desenvolvimento integral de seus alunos com vistas à Educação Sexual.

Para Louro (1999), uma Educação Sexual socialmente relevante é aquela em que a escola focaliza seus esforços pedagógicos para compreender e respeitar as identidades de seus alunos, partindo do pressuposto de que as identidades são feitas e não recebidas e, dessa forma, o trabalho curricular incita as identificações e as críticas e não em extingui-las. Ainda assim, o que se percebe é que a escola ocupa lugar significativo no controle social ao sexo, mas ao invés de se configurar em um local que discrimina a sexualidade, pode ser um ambiente para se debater a sexualidade de forma aberta, emancipadora, provendo a saúde e a boa convivência e tomando como base evidências científicas (MENDES; DENARI, 2019).

É evidente que a escola é um espaço fundamental para a aprendizagem, até mesmo porque é nela que surgem partes da manifestação sexual, o que pode ser visto nas paredes dos banheiros, nas carteiras e nos muros, nos comportamentos dos alunos, nas músicas ouvidas por eles, nas paródias contadas por eles, nas piadas feitas por eles e nas brincadeiras (ZOCCA, 2015). Em vista disso, é dever da escola criar condições para a formação da autonomia intelectual e moral dos estudantes, auxiliá-los a pensar por si

mesmos, a tomarem decisões seguras e a se posicionarem respeitosamente (FIGUEIRÓ, 1996).

Conforme tais considerações, foi perguntado às participantes que compuseram o grupo de gestores das escolas especiais, se elas acham importante trabalhar a Educação Sexual com os alunos, as respostas dadas serão exemplificadas a seguir:

Sim, porque como são alunos com deficiências essas questões tem que ser trabalhadas. (Coordenadora1)

Sim, importantíssimo, porque a gente vê, não só em relação a eles, mas a gente vê muito a questão do abuso e a gente precisa ficar bem de olho nessas questões e eu acho que a orientação sexual ela ajuda muito nesse sentido. E até porque eles têm muitas dúvidas e não têm com quem conversar e eles não entendem as necessidades fisiológicas e é aí onde eu acho que nesse momento entra a escola para dar esse amparo, principalmente uma instituição como a APAE. (Diretora3)

A **Diretora2** respondeu a esse questionamento de que acha importante trabalhar a Educação Sexual com alunos com deficiências no sentido da prevenção à procriação e a se fazer escolhas para prevenir isso, como apontado por suas falas anteriores. A **Diretora4** não respondeu a essa pergunta, mas pelas suas outras respostas percebe-se que esta profissional expressa que compreende a importância e não vê importância na Educação Sexual, visto que alega que alguns temas dentro desta somente são trabalhados quando surge a demanda ou quando a família deseja que sejam trabalhados determinados temas pela escola. A **Coordenadora1** não esmiúça sua visão, alegando somente que acha importante porque os alunos com deficiência têm essa necessidade, mas o porquê disso não. E a **Diretora3** compreende a relevância da Educação Sexual no seu sentido preventivo à abusos sexuais e porque muitas vezes os alunos com deficiência não têm com quem tirar suas dúvidas a esse respeito.

Maia (2006) aponta que pais e profissionais devem lidar com a sexualidade das pessoas com deficiência de forma natural, sem repressão e sem lhes causar sentimentos de medo, culpa ou insegurança, pois muitos sentimentos que não se relacionam somente à sexualidade rodeiam esse público, como a dificuldade que muitos deles podem apresentar em aceitar sua condição, suas dificuldades em muitas vezes não conseguirem realizar as mesmas tarefas que os demais ou realiza-las de forma diferente; por conseguinte suas dificuldades em entender e saber lidar com seus desejos afetivos e sexuais tornam-se ainda mais conflituosos, o que também podem aumentar se atrelados à repressão de terceiros.

É de extrema importância o posicionamento de Lück (2010), ao mencionar que a gestão escolar precisa dar vez e voz à própria escola, ou seja, aos próprios alunos.

Os resultados da presente categoria de análise mostram o quão imprescindível é a formação em Educação Sexual, seja ela inicial ou continuada, principalmente dos gestores escolares, posto que são eles quem vivenciam o cotidiano escolar de forma a identificar as dificuldades e a enfrentá-las, lidam diretamente com todos os agentes escolares e conhecem a comunidade escolar e, para isso, é preciso que estejam em constante formação para refletirem, aprimorem e/ou modificarem suas práticas e para saberem suprir com todas as demandas presentes no contexto escolar.

Os resultados igualmente demonstram que a escola é o local mais propício para se fazer a Educação Sexual, esta pode se dar em diferentes ambientes, mas as escolas são compostas majoritariamente por crianças e adolescentes dotados de dúvidas sobre sexualidade e a expressando de diferentes formas, além do mais, é obrigação das instituições escolares oferecerem conhecimentos históricos, científicos e teóricos aos estudantes; fazendo a Educação Sexual parte da educação global de qualquer pessoa.

É evidente a complexidade em se abordar a Educação Sexual em ambiente escolar, para amenizar essa complexidade é necessário que o gestor conheça as necessidades dos alunos, suas dúvidas, seus desejos e que dê a devida importância à Educação Sexual, para então elaborar e desenvolver ações com vistas à educar sexualmente os discentes, que leve em consideração tais demandas na elaboração do PPP, que converse com sua equipe para que haja espaço na escola para a realização desse trabalho e que o diálogo com a família dos alunos frente a esta temática seja sempre aberto, informativo e que as decisões familiares sejam respeitadas, mesmo que não se concorde com tais decisões.

6.3 Conhecendo a Educação Sexual trabalhada nas APAEs

Como abordado ao longo deste estudo, muitas pessoas com deficiência não recebem nenhum tipo de Educação Sexual, ou se recebem, esta não é adequada. No entanto, a questão não é se estas pessoas devem ou não receber Educação Sexual, já que receber Educação Sexual é um direito de todos. O ponto central é o pensar nas formas e nos agentes mais apropriados para transmitir as informações referentes a esta temática. É disso que se trata a presente categoria temática.

Conforme demonstrado anteriormente, o trabalho do gestor é essencial para o planejamento de atividades que envolvam a Educação Sexual. Para que haja a inserção desta no currículo escolar, é necessário que o gestor crie um espaço aberto ao debate e discussão para preparar os profissionais para tratarem dos assuntos envolvendo a sexualidade com os educandos, de forma a propiciar que os próprios educadores reflitam sobre a sua concepção de sexualidade, para que adquiram conhecimento a esse respeito e combinem informações referentes à educação, psicologia, sociologia, medicina e entre outras áreas, bem como para que quebrem com preconceitos e tabus sobre a sexualidade (ZOCCA, 2015).

Quanto aos educadores sexuais, cabe a eles estarem dispostos a estudar a estrutura de sua escola de atuação para identificar a postura dos demais profissionais e estudantes frente ao diálogo em sexualidade; devem questionar como o seu conteúdo pedagógico afeta a sua relação com os alunos e como afeta a curiosidade destes; é preciso que estejam preparados para incertezas e para explorar novos meios e irem em busca dos mesmos; também devem ter coragem política para que possam falar sobre sexualidade em um tempo e espaço que nem sempre estão abertos à esse diálogo e deve acreditar na sua proposta de Educação Sexual (LOURO, 1999).

O presente estudo mostra que em escolas especiais, o profissional que aborda a Educação Sexual com os alunos são psicólogas, nas 4 escolas especiais estudadas são estas que se responsabilizam por educar sexualmente os alunos com deficiências. Nos discursos das gestoras entrevistadas e nas falas das psicólogas é perceptível que há orientações aos professores sobre a Educação Sexual e que o diálogo é constante, até porque, muitas das participantes disseram que a maioria das demandas frente à sexualidade são percebidas pelos professores, já que são estes quem passam a maior parte do tempo escolar junto aos alunos.

À vista disso, é importante indagar: se são os professores que passam a maior parte do tempo com os alunos, se são eles que mais se deparam com as manifestações sexuais dos estudantes, percebem suas curiosidades e lidam com suas dúvidas diariamente, por que não são estes os profissionais responsáveis em primeira instância pela Educação Sexual? Ou por que estes profissionais não fazem parte das aulas, orientações ou dos programas de Educação Sexual destas instituições? O trabalho em Educação Sexual na ausência dos professores não se torna então um trabalho fragilizado

e superficial? Se a Educação Sexual deve ser trabalhada transversalmente, por que no contexto das escolas especiais esse trabalho é exclusivo da área da psicologia?

Mesmo com todos esses questionamentos, é importante deixar claro que não é intenção deste estudo legitimar um profissional como o incumbido pela Educação Sexual, muito mesmo restringir essa tarefa a uma única área do conhecimento, afinal, ao longo do estudo foi defendida a transversalidade da Educação Sexual e na forma de se abordar a temática da sexualidade.

Figueiró (1997), ao analisar o Estado da Arte sobre Educação Sexual no Brasil, identificou que não há um consenso de qual profissional deve fazê-la, que há uma série de pontos convergentes e divergentes a esse respeito e que essa tarefa é atribuída a diferentes profissionais e de diferentes áreas, não havendo uma uniformidade de opiniões.

A pesquisa de Figueiró (1997) aponta que na maioria dos estudos identificados por ela, o professor é o profissional mais indicado para ofertar a Educação Sexual e, que na maioria destas indicações, o professor de Biologia foi o mais citado como o mais apto a esta tarefa; o professor de Educação Física também foi mencionado em alguns outros poucos estudos. Houve também publicações que assinalaram que os profissionais da área da saúde são os responsáveis pela Educação Sexual de alunos e também em prepararem os professores para serem agentes multiplicadores, essa menção, muitas vezes, fez referência ao enfermeiro, mas também houve a citação de médicos. Apareceram também outros profissionais como assistente social, psicólogo, orientador pedagógico, técnico em educação, padre e pastor.

A pesquisa de Figueiró (1997), também demonstrou que há estudo indicando que é de exclusividade do professor abordar a Educação Sexual, mas não somente o professor de Biologia e que não há necessidade de que o professor responsável por esse trabalho não precisa ser um especialista em Educação Sexual e que o trabalho em sexualidade não pode ser feito por terapeutas ou médicos. Em contrapartida, há outro estudo indicando que a Educação Sexual deve ser feita por um professor capacitado ou especialista em orientação sexual. E outro estudo propôs a integração entre profissionais da área da educação, comunicação e serviços de saúde.

Ou seja, não existe uma concordância em se tratando de qual profissional deve ofertar a Educação Sexual aos alunos. Moura et al. (2011), acreditam que o psicólogo

educacional é um agente facilitador do processo de Educação Sexual nas escolas, pois contribui com a problematização dos temas em sexualidade, a partir de uma interpretação acolhedora, com base no respeito e valorização da diversidade de alunado.

No caso deste estudo, nenhuma das participantes psicólogas têm pós graduação e/ou especialização em sexualidade ou Educação Sexual, todas comentaram que na época da graduação a sexualidade foi abordada ao se tratar da psicanálise, porém alegaram que não se lembram muito bem da forma como os assuntos eram expostos e que foi algo muito superficial, que outros temas dentro da psicanálise foram abordados de maneira mais aprofundada.

Moura et al. (2011), aludem que a sexualidade é um tema transversal à Psicologia, em razão de a sexualidade ter relação direta com a personalidade, sentimentos, pensamentos e com a saúde; temas estes, que são concernentes à Psicologia. Outro ponto que os autores consideram serem importantes para a Educação Sexual e que os psicólogos possuem é a escuta qualificada, a qual diz respeito a não se sobrepor juízos morais frente a diversidade de opiniões e assuntos polêmicos; o que não é algo exclusivo do campo da Psicologia. Os autores acreditam que o psicólogo escolar tem muito a contribuir com a Educação Sexual, pois reinventa sua prática conforme a necessidade do contexto escolar.

Independentemente de qual profissional for abordar a Educação Sexual em ambientes escolar, é importante que a escola não fique em desacordo com a vida extraescolar dos alunos, devendo ser este um espaço de negociação entre as diferenças culturais dos educadores e dos educandos, tornando-se um lugar aberto às vivências e experimentações de constantes iniciativas, tanto individuais quanto coletivas (RISCAL, 2009). Assim, da mesma forma que foi perguntado às gestoras o que elas entendem por Educação Sexual foi perguntado às psicólogas também, as respostas obtidas foram as seguintes:

Voltada para a Educação Sexual na APAE, a conscientização de que esses alunos tem uma sexualidade, que eles têm o direito de estarem vivendo isso e que deve ser trabalhada conforme prevenção e também diferenciação de gênero, por exemplo. (Psicóloga1)

Bom, eu entendo que assim né, tem uma diferença entre orientação sexual e educação sexual. A orientação é mais, eu creio que de orientar a criança e o adolescente; e a educação é um pouquinho diferente, eu creio que são temas que serão trabalhados de acordo com aquilo que eles vão trazendo. (Psicóloga2)

Educação sexual não é só a questão do sexo em si, eu vejo a educação sexual como fazendo parte da vida da pessoa mesmo. As pessoas precisam entender que sexualidade é diferente de sexo, então eu acho que educação sexual além da questão do sexo em si tem toda a questão de como lidar com a vida, como lidar com os desejos, como lidar com os prazeres que a vida traz pra gente. (Psicóloga3)

Como o próprio nome diz, educação que é o ato de educar ou instruir alguém para alguma coisa, nesse caso, seria proporcionar o conhecimento e esclarecer dúvidas sobre possíveis temas relacionados a sexualidade, que poderiam incluir: doenças sexualmente transmissíveis, relacionamentos sexuais traumáticos, a própria gravidez na adolescência, mudanças que ocorre no corpo, higiene e vários outros assuntos. (Psicóloga4)

As falas das Psicóloga1 e Psicóloga3 mostram que estas compreendem a Educação Sexual destinada aos alunos com deficiência como algo que não deve ser trabalhado apenas com uma visão biológica ou preventiva, mas também levando em consideração aspectos como amor, sexismo e prazer. Já a Psicóloga2 comenta que existe uma diferença entre Educação Sexual e orientação sexual, mas não esclarece muito a esse respeito. E a Psicóloga4, em seus dizeres mostra que tem uma visão mais biológica, fisiológica e preventiva da Educação Sexual ofertada aos alunos público da Educação Especial.

Também foi perguntado às psicólogas, assim como para as gestoras, se acham importante a realização de um trabalho em Educação Sexual com alunos com deficiência e o por quê, as respostas dadas foram:

Sim, muito importante. Porque a Educação Sexual ainda é um tabu tanto na Educação Especial quanto na escola regular, porque é deixada de lado, pois é importante prevenir contra abusos, por exemplo. É importante que ela não seja esquecida. (Psicóloga1)

Sim, eu acho. E até um tempo atrás existiam crenças de que as pessoas com deficiências não tinham essa parte da sexualidade né, então não se falava muito disso em alguns momentos. E eu penso que agora isso está em alta sim, porque a gente tem que trabalhar né essa parte, porque eles têm essas curiosidades, eles têm esse desejo de namorar, de conhecer e de saber como que é toda essa parte aí. Então eu acho que é importante sim, nós temos alguns alunos que são mais velhos, pais mais velhos que ainda tem um certo tabu em relação a isso, então trata assim como: “Ah, meu filho tem uma deficiência intelectual ou física...” mais intelectual né, eles acabam infantilizando um pouco aquele adulto ou aquele adolescente, tratando ele como criança que não tem essas curiosidades ou que não deveria ter; mas tem sim e isso existe e tem que ser trabalhado né. Então tem até uma orientação para os pais estarem conversando em casa também sobre as dúvidas que vão surgindo e que não tem que tratar esse tema como um tabu e sim como uma coisa que realmente precisa ser conversada. (Psicóloga2)

Sim, muito importante! Porque eles são vistos, na maioria das vezes, principalmente pelos familiares né, como pessoas assexuadas; porque por terem uma deficiência as famílias e acho que o senso comum também acreditam que eles não têm a sexualidade, acreditam que eles não tenham vontade, que eles não tenham desejos e é por isso que eu acho que é

importante orientar tanto família, quanto os próprios deficientes de que sim, que eles têm, de que eles podem vivenciar a sexualidade e o lado de namoro e de interesses; porque tem esse olhar de senso comum muito forte de que eles são pessoas assexuadas. (Psicóloga3)

Sim, muito importante! Porque assim como ensinamos nossos alunos a ter responsabilidade e autonomia para tantas situações do dia a dia, a Educação Sexual precisa ser mais um assunto que eles venham dominar ou minimamente conhecer para protegê-los de tantas situações aversivas futuras. (Psicóloga4)

As falas das Psicóloga1 e Psicóloga4 mostram que a importância que estas atribuem à Educação Sexual aos alunos com deficiência está voltada ao sentido da prevenção, excluindo inúmeros outros aspectos. Já as falas das Psicóloga2 e Psicóloga3 demonstram uma visão diferente das suas colegas de profissão citadas anteriormente, estas acreditam que a Educação Sexual é importante para mostrar que as pessoas com deficiência têm sexualidade e para que elas possam usufruir de sua sexualidade de forma plena e saudável, ambas também comentam a importância desta ser voltada às famílias dos estudantes, visto que em suas argumentações elas expõe que muitas vezes as famílias infantilizam seus filhos acreditando que a sexualidade não faz parte da vida deles e porque ainda vêm o tema como um tabu.

A escola deve configurar-se em um espaço para que o educador, capacitado para ofertar a Educação Sexual, busque promover o diálogo reflexivo para o entendimento geral da sexualidade, não como uma disciplina avaliativa, mas no sentido de compreender as diversidades presentes no âmbito educacional (ZOCCA, 2015).

Assim, foi indagado às psicólogas participantes como elas abordam os assuntos sobre sexualidade com os alunos:

De diversas formas, para os alunos com maior entendimento faço rodas de conversas, uso materiais como bonecos, jogos e vídeos. Gosto de trabalhar com divisão em grupos, com dinâmicas de grupo. (Psicóloga1)

Então, normalmente são eles que trazem, então quando tem o grupo e falo assim: “O que vocês gostariam de discutir hoje?”. E sempre tem alguma demanda assim sobre relacionamento, aí fala “ah, aconteceu tal coisa”, daí um compartilha com o outro, “ah, isso já aconteceu comigo” ou “isso nunca aconteceu comigo”... Então sempre parte deles ou as vezes eles me procuram para falar alguma coisa que tenha acontecido no particular fora do grupo... (Psicóloga2)

Eu tenho uma coleção de livros que chama “... Eu trabalho com essa coleção; eu trabalho com filmes, tem vários filmes que a gente trabalha... (Psicóloga3)

Eu tento abordar da maneira mais simplificada possível, deixando que eles venham falar aquilo que eles sabem sobre o assunto e tentar discutir aquilo que as vezes eles consideram como um tabu, o sexo, por quê o sexo né? Porque dentro de casa eles não conseguem ter todo esse conhecimento ou

conhece de maneira bem errônea, então a gente acaba pegando esses pontinhos, mas de maneira simples e tranquila, desconstruindo mesmo algumas ideias. (Psicóloga4)

É necessário que a sexualidade seja abordada com naturalidade, para que isso aconteça é importante que os temas a serem trabalhados estejam de acordo com o interesse dos alunos e que o educador sexual atende às demandas trazidas por eles, conforme aponta as falas da Psicóloga2 e da Psicóloga4. Também é preciso que os temas a serem trabalhados estejam de acordo com a faixa etária dos estudantes e de forma com que eles compreendam as informações transmitidas, para isso utilização de materiais e técnicas adequadas são de grande valia, algumas dessas são demonstradas pelas respostas da Psicóloga1 e da Psicóloga3.

Ainda no tocante a esse assunto, foi questionado às participantes quais os temas concernentes à Educação Sexual são mais trabalhados por elas, as respostas obtidas foram as seguintes:

O que é sexualidade; o que é sexualidade para pessoas com deficiências; relações de gênero, porque tem quem se identifica com o mesmo sexo; masturbação e métodos contraceptivos. (Psicóloga1)

Então aqui na APAE além dos atendimentos individuais com os jovens e com os adultos eu tenho um grupo também, no qual eu trabalho esses assuntos relacionados a namoro, sexualidade... Então assim, essa demanda é trazida por eles, então a gente trabalha por meio de filmes, ou por meio de um texto, ou de uma música né, esses assuntos sobre a sexualidade e sobre namoros. A gente acaba trocando experiências entre eles, o que eles pensam sobre o assunto, é sempre de uma forma para que eles reflitam sobre isso, sobre a sexualidade, sobre os relacionamentos amorosos. Então é bastante trabalhado e eles também individualmente trazem questões sobre um namoro que não deu certo, o por quê não deu certo, sobre ciúmes, sobre dúvidas também, sobre até métodos de anticoncepcional, qual seria o melhor método, falo também sobre a camisinha, sobre todas essas coisas eles trazem essas dúvidas então a gente precisa orientar, até para que eles tenham conhecimento né, e tomem os devidos cuidados e não só por causa da gravidez, mas também por todas as doenças sexualmente transmissíveis... (Psicóloga2)

Nós temos uma sala em específico que a gente trabalha todo ano o tema da sexualidade. A nossa sala, que é a sala de preparação para o trabalho, então a gente tem essa turma que é a de preparação para o mercado de trabalho e aí nessa turma tem todos os módulos de como é trabalhar, das questões de responsabilidade, questões trabalhistas, então a gente engloba tudo e nesse meio a gente coloca a questão da sexualidade. Então assim, são temas bem específicos mesmo, desde o próprio desenvolvimento da mulher, do homem, como é quando criança, como são as transformações da adolescência e puberdade até chegar ao ato sexual em si e aí os meios, como preservativos, os meios de contracepção, então tudo isso é trabalhado com essa sala em específico. Então a gente abrange tudo e aí com as outras salas vamos trabalhando conforme a demanda, então a criança, o aluno ou o adolescente começa a apresentar demandas, curiosidades e começa a manifestar aí a gente vai trabalhando o que está pontual naquele momento, as curiosidades deles naquele momento. (Psicóloga3)

Sim, dentro da Educação Sexual podem ser trabalhados vários temas, como quebra de tabu dentro da própria família; orientação aos pais; sexo seguro; doenças sexualmente transmissíveis que eu já comentei; a própria questão da higiene e algo que eu trabalho bastante também é a questão das emoções, as emoções básicas, que é para eles saberem se expressar e senti-las de maneira adequada também, porque se não acaba virando uma bolinha de neve na cabeça deles. E dentro do tema elenco também questões relacionadas ao abuso sexual e psicológico, que muitos por não conhecerem são submetidos. (Psicóloga4)

Assim, com base no que foi dito pelas psicólogas, os assuntos que apareceram como sendo os abordados por elas sobre Educação Sexual foram: o que é sexualidade, desenvolvimento humano, reprodução, infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, higiene, o saber lidar com os sentimentos, responsabilidades da vida adulta, gravidez, relações de gênero, masturbação, homossexualidade, relacionamentos amorosos, ciúmes e abusos sexual e psicológico.

Todas as psicólogas disseram ao longo das entrevistas, que fazem parte dos atendimentos/aulas de Educação Sexual os alunos acima de 15 anos e a maioria deles tem deficiência intelectual. A fala anteriormente exemplificada da **Psicóloga2** mostra que essa também trabalha frente a demanda apresentada pelos alunos para trabalhar os temas relativos à sexualidade; assim somente a **Psicóloga1** não comentou sobre seu trabalho ser baseado naquilo que os alunos apresentam de interesse e/ou necessidade. Na **APAE2** e **APAE3** as psicólogas disseram que o trabalho com os alunos mais velhos é feito em grupos, na **APAE2** por meio do grupo de Autodefesores e na **APAE3** com o grupo de alunos que compõe as aulas de orientação e inserção no mercado de trabalho; já com os alunos mais novos, o trabalho de Educação Sexual é feito de forma muito pontual e em poucas situações. Na **APAE1** o trabalho também é realizado em grupo, principalmente por meio de rodas de conversas, não houve menção sobre a realização de trabalhos feitos individualmente. Na **APAE4**, o trabalho em Educação Sexual não é feito de forma grupal, somente individual e se surgir a demanda e somente este tema é trabalhado, se a demanda não partir pontualmente dos alunos, de seus familiares ou visto como uma necessidade pelo professor, os assuntos não são trabalhados.

Quanto aos materiais e recursos utilizados, a **Psicóloga1** relatou que utiliza vídeos, músicas, jogos e bonecos. A **Psicóloga2** mencionou que trabalha mais com filmes e músicas, mas que as vezes utiliza alguns livros. A **Psicóloga3** disse que gosta de trabalhar com uma coleção de livros chamada “Sexo e Sexualidade” que são uma coleção de livros mais voltada ao público infantil para tratar da temática, com filmes e músicas também, reportagens, objetos concretos e reais e com figuras. A **Psicóloga4**

também trabalha com livros e músicas, gosta de fazer algumas dinâmicas, jogos e recortes de revista.

Maia (2006), alega que inúmeros temas podem ser abordados em propostas de Educação Sexual, o importante, além de abordar temas que não se restringem somente à área biológica, mas também, ao prazer, amor e autoestima, é necessário que o educador sexual se atente aos objetivos propostos para as aulas de Educação Sexual, não esquecendo que abordagem dos assuntos deve ser feita de forma histórica, política e social.

Os estudantes, principalmente os adolescentes, chegam às escolas com muitas dúvidas, curiosidades e incertezas sobre a sexualidade no geral, mas sobretudo sobre sexo. A escola é o local mais apropriado para prestar esclarecimentos a esse respeito, promovendo aos alunos a assimilação de novos conhecimentos, suprimindo suas dúvidas, angústias e ansiedades (ZOCCA, 2015).

Como visto até aqui, toda pessoa é sexuada e a sexualidade pode ser expressa de formas difusas e amplas, logo todas as pessoas, incluindo aquelas que possuem algum tipo de deficiências sentirão interesses afetivos e sexuais, o que é comum à socialização, então as pessoas com deficiência por estarem em contato com colegas nas escolas especiais ou nas escolas regulares ou em outros ambientes de socialização é comum que esses sentimentos surjam (MAIA, 2006). Nesse sentido, foi perguntado às psicólogas se elas percebem que os alunos com deficiência têm interesse, dúvidas e curiosidades frente aos assuntos que estão dentro da Educação Sexual. Somente a **Psicóloga4** respondeu que não percebe, conforme as falas a seguir exemplificadas:

Sim, eles sempre gostam de conversar sobre. (**Psicóloga1**)

Sim, principalmente dos jovens que são adolescentes, que é aquela fase que eles estão descobrindo mesmo e dos adultos, porque nós temos aqui adultos de até 30 a 40 anos. Por mais que são alunos que já estão aqui por bastante tempo a gente sempre trabalha, surgiu a dúvida a gente trabalha, a gente repete, a gente mostra de novo os livros, porque eles têm essa necessidade de repetição mesmo. (**Psicóloga3**)

Não muito, na verdade quase nada. Mas como minhas intervenções acabam sendo mais direcionadas com os temas mais específicos, por exemplo, se eu vou falar de inteligência emocional eu uso determinados assuntos, determinados materiais que eu começo a puxar alguma coisa deles. (**Psicóloga4**)

A fala da **Psicóloga2** não foi retratada nesse momento, pois em uma outra fala dela, já exemplificada, ela comenta que os alunos têm bastante interesse e é com base

nesses interesses que ela vai elaborando as propostas educativas em sexualidade. O relato da [Psicóloga4](#) demonstra que ao mesmo tempo em que ela diz que trabalha os assuntos da Educação Sexual com os alunos de acordo com a demanda, ou seja, de acordo com os interesses e dúvidas destes, ela alega que estes apresentam quase nenhum interesse, portanto pode-se concluir que a Educação Sexual se faz pouco, ou quase nada presente na [APAE4](#).

Leão (2012) considera que um dos principais desafios para a implementação da Educação Sexual nas escolas é o despreparo dos professores. E Louro (1999), pondera que ainda por trás desse despreparo existe as ansiedades do próprio educador. Com base nisso, depois de sabido que as participantes não possuem nenhuma formação específica em Educação Sexual ou em sexualidade, foi perguntado a elas, como é para as mesmas ofertarem a Educação Sexual:

Sim, mas na minha formação como psicóloga não tive nada específico sobre sexualidade, vi um pouco mais em psicanálise, mas me aprofundi mais no assunto na minha pós em Educação Especial. ([Psicóloga1](#))

Olha, na graduação propriamente dita não tive nenhuma matéria de educação sexual, o que nós tivemos foram abordagens que falavam sobre a sexualidade, como a psicanálise por exemplo, que fala sobre a sexualidade; mas assim especificamente não. Eu fui né ter um pouco de conhecimento sobre isso na pós graduação que eu fui fazer psicopedagogia e tinha uma parte específica para educação sexual e orientação sexual para pessoas com deficiências, mas foi assim o único momento que eu tive esse contato assim... no começo eu tinha mais vergonha, um pouquinho mais de receio... eu não sabia até aonde eu poderia ir, as vezes eu ia entrar em um determinado assunto que eles ainda não estavam nessa fase, mas sempre preparando eles para isso né. ([Psicóloga2](#))

Não, não fiz nenhuma pós... Eu acho que pra gente trabalhar a questão da sexualidade, qualquer pessoa, tanto profissional, quanto o professor, a gente precisa estar bem com a nossa própria sexualidade e eu acho que isso interfere muito; então se você está bem com a sua sexualidade, se você está, não vou falar bem resolvida, mas se você lida com a sua sexualidade de forma natural e de uma forma prazerosa eu acho que você vai poder ajudar e lidar com os alunos e com a sexualidade deles; eu acho que isso vem em primeiro lugar. Eu tenho professoras aqui que têm muita vergonha, então cada um tem o seu limite, então elas têm essa liberdade de falar para mim que não conseguem conversar, que morrem de vergonha, que não sabem como falar... Eu me sinto bem a vontade, não tenho dificuldade de falar com eles, de mostrar figuras, de falar abertamente os nomes... Eu acho que a gente precisa estar bem com a gente mesmo em primeiro lugar; curso é super importante e eu estou sempre buscando materiais, como eu te falei as vezes é difícil a gente achar algum material; acho que é bem importante a questão técnica sim, mas acima disso tem essa questão de como a gente lida com a própria sexualidade. ([Psicóloga4](#))

Na verdade, eu me sinto privilegiada, me sinto importantíssima quando estou com eles e ao mesmo tempo eu percebo quão rico é o tanto de conhecimento que eles acabam recebendo. Até porque, em alguns casos eu sou a única fonte de conhecimento e talvez um conhecimento real que eles venham ter, porque

em casa ou os pais não falam do assunto ou se falam talvez falam de uma maneira mais pejorativa né e acabam que eles criam ideia assim que não são legais para eles, então é um privilégio trabalhar esses assuntos com eles, com toda certeza. (Psicóloga4)

Mesmo as psicólogas não tendo nenhuma pós graduação ou especialização em Educação Sexual, estas se sentem preparadas para tratar do assunto, apenas a **Psicóloga2** quem comentou que no início sentia vergonha ao realizar essa atribuição e a **Psicóloga3** acredita que para se trabalhar com a Educação Sexual é mais importante estar bem com a sua própria sexualidade do que ter uma formação específica para isso.

Zocca (2015) discorre que é necessário que o educador sexual tenha formação específica para a realização desse trabalho, o que viabiliza uma postura profissional consciente. Os PCNs (1997), preveem que os professores, durante a formação específica em sexualidade, devem entrar em contato com suas próprias dificuldades sobre o tema da sexualidade, tendo conhecimento a respeito de questões teóricas, leituras e discussões relacionadas ao tema e suas diferentes abordagens para poder se preparar para as intervenções práticas junto aos alunos. Assim, tanto a formação inicial quanto a continuada são imprescindíveis para a formação de educadores sexuais.

A combinação entre preparação profissional, desenvolvimento da proposta de Educação Sexual bem planejada e estruturada, juntamente com a reflexão dos profissionais sobre sua própria prática no sentido de aprimorá-la, é o mais adequado.

Os cursos de formação inicial não ofertam aos discentes um embasamento teórico sobre a Educação Sexual, pois esta é vista como um conteúdo de caráter privado, não sendo trabalhado de modo aberto nas universidades; assim são muito escassos ou praticamente nenhum os cursos de formação inicial que tratam da sexualidade e há poucas iniciativas com vista a incluir essa temática; sendo a Educação Sexual vista e também tratada como um assunto secundário (ZOCCA, 2015).

Trabalhar a Educação Sexual em ambiente educacional, principalmente em escolas especiais devido aos mitos, tabus e estigmas atribuídos as pessoas com deficiência, é complexo. Os educadores sexuais, seja o profissional que for, necessita demonstrar objetividade aos seus ensinamentos, possibilitando aos aprendizes uma percepção global e sensata da sua individualidade e do coletivo, no que concerne à Educação Sexual. Para isso, os profissionais atuantes devem basear seus ensinamentos em sexualidade aos alunos com deficiência, não somente voltados à masturbação e prevenção, seja contra abusos, infecções sexualmente transmissíveis ou gravidez

indesejada, mas de forma a desenvolver também um comportamento sexual adequado e responsável nesses estudantes, não deixando de lado assuntos como amor, prazer e relacionamentos amorosos.

É preciso assimilar que as dificuldades que os profissionais atuantes no contexto escolar possam ter em relação a abordagem da sexualidade não é “culpa” deles e isso não significa que a escola não é o melhor local para se tratar desses assuntos. A escola é sim o ambiente mais apropriado e rico para se ocorrer a Educação Sexual. O problema é que faltam cursos, tanto de formação inicial quanto continuada, de aprimoramento teórico e aprofundamento reflexivo para os profissionais que trabalham nesses ambientes e para embasarem a prática destes no cotidiano frente as demandas em sexualidade que deverão ser tratadas com os alunos.

Nesse sentido, é importante estudar, refutar e se perguntar como vem sendo feita formação dos profissionais que irão vivenciar as experiências e irão tratar da Educação Sexual no contexto escolar.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados mostraram que assuntos sobre sexo e sexualidade fazem parte do cotidiano de alunos matriculados em APAEs e que os estudantes apresentam interesses, curiosidades, dúvidas e questionamentos a respeito desses temas. Não tratar da Educação Sexual em ambiente escolar, seja ele qual for, é violar os direitos dos aprendizes. Os resultados obtidos até aqui, igualmente mostram que as gestoras (diretoras e coordenadora) entrevistadas alegam que a Educação Sexual é ofertada em suas respectivas APAEs de atuação e que quem tem a função de abordar o tema são as psicólogas.

Mesmo sendo de interesse dos alunos e sendo trabalhada nas escolas especiais estudadas, a Educação Sexual não está presente de forma específica, aprofundada, contextualizada e sistematizada nos PPPs e demais documentos dessas escolas. Há presença de alguns temas concernentes a ela nestes documentos, como higiene pessoal, autoestima, habilidades sociais, conhecimento sobre corpo, sensações e emoções, porém nada exposto de forma detalhada e colocado como pertencente à Educação Sexual.

Esses resultados mostram que atualmente fala-se sobre os assuntos relacionados ao sexo e sexualidade de forma um pouco mais aberta e acessível do que antigamente, mas ainda há muito silêncio envolvendo essas questões e também muitos mecanismos de repressão e controle por trás desses debates relativamente livres.

Assim, o intento deste trabalho é auxiliar e contribuir com discussões mais francas, compreensíveis e realmente desprendidas de coibições sobre sexualidade; além de sensibilizar as escolas e seus agentes da imprescindibilidade de uma verdadeira educação sexual a todos os alunos, mas principalmente àqueles com algum tipo de deficiência.

Foi percebido que, tanto as gestoras quanto as psicólogas, apresentaram dificuldades em expor o que entendem por Educação Sexual e que a visão que estas têm a respeito da importância da Educação Sexual ofertada a alunos com deficiência está volta à prevenção contra abusos e a estes alunos compreenderem sua própria sexualidade. As gestoras alegaram que compreendem a sexualidade dos estudantes com deficiência como normal e natural, porém suas falas demonstram o contrário, que seus entendimentos estão carregados de estereótipos e desconhecimento. Todas as participantes do estudo acreditam ser necessário um trabalho de Educação Sexual que

envolva a família dos estudantes, não somente eles, pois de acordo com elas, esse trabalho é imprescindível.

A escola é o espaço ideal para a quebra de preconceitos e discriminações, pois seu interior aloca diferentes tipos de alunados, mas para que isso ocorra é importante que a postura dos gestores seja sempre a de buscar por caminhos para a eliminação dessas práticas, o que uma Educação Sexual de qualidade proporciona. Nesse sentido, é necessário que as instituições escolares propiciem aos aprendizes um local aberto ao diálogo frente à sexualidade, de forma a envolver reflexões coletivas e individuais.

O estudo permitiu a percepção de que não há um profissional específico para abordar a Educação Sexual, pois esse trabalho deve ser feito de forma interdisciplinar, mas que a escola é o espaço ideal para isso. Ou seja, que a Educação Sexual deve ser de interesse de várias áreas profissionais, que dentro de suas possibilidades, devem buscar por conhecimento sobre esse tema. A Educação Sexual não é exclusividade de nenhuma profissão e também não deve se restringir a um único espaço, porém o presente estudo trata desta somente em escolas especiais, as quais necessitam ofertar a Educação Sexual com propostas e programas bem planejados, estruturados e organizados.

Nenhuma das participantes do estudo tinha pós graduação ou especialização em Educação Sexual ou sexualidade e as psicólogas ainda comentaram que em sua formação inicial esses temas foram pouco abordados. Os cursos de licenciatura também, no geral, abordam essas questões de maneira superficial.

Concluo, portanto, que é necessário que os cursos de formação inicial, principalmente os de licenciatura e psicologia, que foram os profissionais mais mencionados como os responsáveis por ofertarem a Educação Sexual em ambiente educacional, revejam suas grades curriculares, de modo a inserir disciplinas relacionadas à sexualidade e Educação Sexual, para formarem profissionais bem habilitados e preparados para exercerem essa função. Da mesma forma, cursos de formação continuada também são necessários, visto a necessidade da atualização profissional e aprimoramento de suas práticas frente às demandas cotidianas sobre sexualidade.

Finalizo, então, reafirmando o quão importante é a combinação entre Educação Especial e Educação Sexual, na qual é preciso que a Educação Especial torna-se mais ativa frente à Educação Sexual; bem como a necessidade de políticas que tornem

obrigatória a Educação Sexual nas escolas, seja ela regular ou não, para que programas de educação em sexualidade se tornem cada vez mais comuns, presente nos documentos que regem as instituições escolares, principalmente nos PPPs, e configure-se em um trabalho bem estruturado, planejado, organizado e fundamentado, tendo a sua continuidade assegurada.

8. REFERÊNCIAS

AMOR PAN, J. R. **Afetividade e sexualidade na pessoa portadora de deficiência mental**. Trad. Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2003.

APAE Brasil Federação Nacional das Apaes. 2021. Disponível em: <https://apae.com.br/>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BARBOSA, L. V., VIÇOSA, C. S. C. L.; FOLMER, V. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Rev. Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/772>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

Barros, S. C. Corpos, gêneros e sexualidades: questões que integram o PPP. **Rev. Diversidade e educação**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 14-16, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/download/6113/4320>. Acesso em: 20 out. 2021.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, v.2. n.3, p. 7-19, 1995. Disponível em: https://www.alex.pro.br/aspectos_hist.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

BULZONI, A. M. M. C.; LEÃO, A. M. C. Gestores escolares: a educação sexual em discurso. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO SEXUAL., 5, 2017, Maringá. **Anais...** p.1-11, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 6 abr. 2021.

_____. Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm. Acesso em: 6 abr. 2021.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Institui a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Ministério da Educação e Cultura. Brasília, MEC: 1996.

_____. Ministério da educação e cultura. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC, 1997.

_____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o **Código Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, 2002.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 6 abr. 2021.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRITZMAN, D. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In:* LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 83-111, 1999.

CARBONELL, J. **A aventura de inovar: a mudança da escola.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

CHAVES, G. M.; CORREIO, D. S. S. Currículo e Projeto Político Pedagógico (PPP): estudo de caso sobre a inclusão de alunos do campo. **Revista Somma**, Teresina, v.2, n.2, p.19-34, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://ojs.ifpi.edu.br/revistas/index.php/somma/article/view/89>. Acesso em: 02 out. 2021.

CONTROLAR. *In:* DICIO, Dicionário Online de Oxford Languages. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

DENARI, F. E. **O adolescente especial e a sexualidade: nem anjo, nem fera.** Tese (Doutorado em Educação Especial). Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos, 1997.

_____. Sexualidade & Deficiência: reflexões sobre conceitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, UNESP/Marília - Publ. ABPE, v. 8.1, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000123&pid=S1413-6538201000020000200014&lng=pt. Acesso em: 20 maio. 2021.

_____. Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual; o direito ao ser/estar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 5, n.1, p. 125-136. 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/3491/3262>. Acesso em: 6 jun. 2021.

Do luto à Luta. Direção: Evaldo Mocarzel. Produção: Leila Bourdoukan. Roteiro: Evaldo Mocarzel. Estúdio: Circuito Espaço de Cinema / Casa Azul Produções. 2005. 1 filme (75 min).

DUARTE, J. C. V.; MAIO, E. R. Deficiência, direitos humanos e sexualidade. **Cadernos PDE**, Paraná, v. 1, p. 1-24, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_gestao_artigo_juliana_calabresi_voss_duarte.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

FENAPAES. **Documento norteador: educação e ação pedagógica.** Brasília: FENAPAES, 2017. Disponível em: http://apaerj.org.br/fl/normal/94324-documento_norteador_educaa. Acesso em: 28 ago. 2021.

_____. **Documento norteador: coordenadorias técnicas da Federação Nacional das Aaes.** Brasília: FENAPAES, 2017. Disponível em: <https://media.apaebrasil.org.br/Documento-Norteador-de-Areas-Tecnicas.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

FERNANDES, A.; DENARI, F. Pessoa com Deficiência: Estigma e Identidade. **Revista FAEBA**, v. 26, p. 77-89, set./dez. 2017. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/4263/2661>. Acesso em: 15 out. 2020.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio**. Londrina: Ed UEL, 1996.

_____. Educação sexual: qual profissional designado para esta tarefa? **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v.8, n.2, p. 270-276, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.35919/rbsh.v8i2.723>. Acesso em: 23 jan. 2022.

FONSECA, G. A. M.; OLIVEIRA, M. Educação sexual de alunos/as com deficiência: um desafio para os/as professores/as. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 3, 2013. Maringá. **Anais**. Maringá: UEM, 2013. p. 1-13. Disponível em: http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-11.pdf. Acesso em: 20 out. 2020.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, vol.I, 1988.

_____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, v.24, 2. ed., 1993.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GLAT, R.; FREITAS, R. C. **Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema**. v. II, Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

GUEDES, J. V.; SILVA, A. M. F.; GARCIA, L. T. S. Projeto polítioc-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 98, n. 250, p.580-595, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Vnb6QkC3m7fSsxV6CDqjpcw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual na escola: Mito ou realidade** (Coleções Dimensões da Sexualidade). Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Bogotá, v.14, n.2, p. 55-73, jul./dez. 2015. Disponível em: file:///C:/Users/DELL/AppData/Local/Temp/Administrador,+04_Pesquisa+documental+na+pesquisa+qualitativa.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

LEÃO, A. M. C. **A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadores(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo: analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência**. Relatório (Pós-Doutorado em Sexologia e Educação Sexual) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Araraquara, 2012.

LITTIG, P. M. C. B., et al. Sexualidade na deficiência intelectual: uma análise das percepções de mães de adolescentes especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.18, n. 3, p. 469- 486, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/hTZv4nDgMykT7MQcFqZKSGS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 jun. 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar**. 5. ed. Alternativa, 2004.

_____. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5.ed.revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 07- 34, 1999.

LÜCK, H. **Gestão educacional: Uma questão paradigmática**. (Série Caderno de Gestão). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

_____. **Liderança em Gestão Escolar**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e Deficiência**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

_____. ARANHA, M. S. F. Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com deficiência no contexto escolar. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v.9, n.1, p. 103-116, jan./jun., 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3290>. Acesso em: 15 set. 2021.

_____. RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.16, n.2, p. 159-176, maio/ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382010000200002. Acesso em: 15 out. 2020.

_____, et al. Educação sexual para pessoas com deficiência física. **Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.10, n.1, p. 215-224, jan./mar., 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7775>. Acesso em: 15 set. 2021.

MANAGEMENT SCIENCES FOR HEALTH (MSH) & UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA) **We decide young persons with disabilities: equal rights and a life free of violence**. may, 2016. Disponível em: https://www.msh.org/sites/default/files/we_decide_infographic.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p.149-158, 1990/1991.

MARTIN, A. G.; GONÇALVES, A. C. P. A nova capacidade jurídica da pessoa com deficiência e o exercício do direito ao casamento e à sexualidade: a necessária revisão do instituto da curatela. *In*: XXV CONGRESSO DO CONPEDI – DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL, 25, 2016, Curitiba. **Anais**. Florianópolis: CONPEDI, 2016. p. 5-25.

MELO, M. R. A sexualidade de estudantes deficientes mentais: experiências de professoras do ensino fundamental em Sergipe. **Revista Linhas**. Florianópolis, v.7, n.1, 2006, p.1-15. Disponível em: <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1311>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MENDES, M. J. G.; DENARI, F. E. Educação sexual e deficiências: possibilidades e perspectivas. In: DENARI, F. E. (Org.). **Educação Especial: reflexões entre o dizer e o fazer**. São Carlos: Pedro & João editores, 2019. p. 221-242.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOLIN, I. R. A. D.; ALVES, F. L. Regimento escolar: um espaço democrático. **Cadernos PDE**, Paraná, v. 1, p. 1-13, 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_ped_artigo_iolinda_rodrigues_de_almeida_dalmolin.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/RoqueMorae_s_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

MORALES, A. S.; BATISTA, C. G. Compreensão da sexualidade por jovens com diagnóstico de deficiência intelectual. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26 n. 2, p. 235-244, abr./jun; 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/TZcLSfcKxbFRTVX5zrvrDgb/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 27 ago. 2021.

MOREIRA, L. M. A. **Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual**. [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, 147p. Bahia de todos collection. ISBN 978-85-232-1157-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

MOURA, A. F. M. et al. Possíveis contribuições da psicologia para a educação sexual em contexto escolar. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 29, n. 67, p. 437-446, out./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/download/20217/19501>. Acesso em: 02 fev. 2022.

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, E. L. **“Pô, tô vivo, véio!”: história de vida e sexualidade de pessoas com deficiências físicas**. 2016. 191 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

_____; CARDOSO, D. C.; DENARI, F. E. O corpo humano como alimento para a sexualidade. **Doxa. Revista Brasileira de Psicologia**, v. 19, n.1, p. 67-79, jan. 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/10821>. Acesso em: 15 out. 2020.

OMS. Organização Mundial de Saúde. Relatório Mundial de Violência e Saúde. Genebra: OMS, 2002.

ORSO, P. J. Planejamento escolar em tempos de precarização da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 65, p. 265-279, out., 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8642710>. Acesso em: 21 out. 2021.

PALIARIN, F. **Sexualidade e Deficiências**: dando vozes aos adolescentes por meio de oficinas pedagógicas. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Programa de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras UNESP, Araraquara, 2015.

PARO, V. H. Administração escolar e qualidade de ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? *In*: BASTOS, J. B. **Gestão Democrática**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.

PINEL, A. Educação sexual para pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais. *In*: RIBEIRO, M. (Org.). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. São Paulo: Gente, 1993, p.211-226.

Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiências. **Portal do Governo**. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

PUGSLEY, V. R. F; GUILHERME, R. A. M. A importância da documentação escolar sob a ótica administrativa e pedagógica na escola. **Cadernos PDE**, Paraná, v.1, p.1-15, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uepg_gestao_artigo_valeria_regina_favaro.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.

RECHINELI, A.; PORTO, E. T. R.; MOREIRA, W. W. Corpos deficientes, eficientes e diferentes: uma visão a partir da educação física. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 14, n. 2, p. 293-310, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/Kd3GKHzFrsTNBrrFGwbXSGx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2021.

REUDA-MARTÍNEZ, G., et al. Análise bioética da esterilização das pessoas com deficiência intelectual. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 06, p.855-868, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/HJzXh3nyjbsrBNKhdPj8Vx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2021.

RIBEIRO, P. R. M. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. *In*: BORTOLOZZI, A. C.; MAIA, A. F. (Org.). **Sexualidade e infância**. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, 2005, p.17-32.

_____. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. *In*: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.) **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009, p. 129-140.

RISCAL, S. A. **Gestão democrática no cotidiano escolar**. São Carlos: EDUFSCar, 2009.

SALLES, A. C. T. C.; CECCARELLI, P. R. A invenção da sexualidade. **Reverso**, Belo Horizonte, ano 32, n. 60, p. 15-24, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-73952010000300002. Acesso em: 16 jun. 2021.

SCHIAVON, D. M. N. “**Não deficiencie minha sexualidade**”: repensando a sexualidade de pessoas com deficiência intelectual por meio de oficinas pedagógicas.

2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Programa de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras UNESP, Araraquara, 2018.

SILVA, R. M.; CAZUMBÁ, R. S. S. Gestão democrática e Projeto Político-Pedagógico: estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos/BA. **Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.**, Santa Maria, v. 4, n. 8, p.17-28, jul./dez., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/regae/article/view/16023>. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVA, M. S. M. M.; ZANAIDE, M. N. T. Plano de Ação em Educação em e para Direitos Humanos na Educação Básica. **In: DIAS, A. A.; ZANAIDE, M. N. T.; FERREIRA, L. F. G. (Org.) Educando em Direitos Humano: fundamentos educacionais.** João Pessoa: Editora UFPB, p. 101-116, 2016.

SILVA, E. R. A.; DENARI, F. E. Um olhar queer sobre a educação sexual. **Revista Brasileira De Sexualidade Humana**, v. 28, n. 1, p. 39-47, 2017. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/7/5. Acesso em: 15 out. 2020.

UNICEF. Brasil. **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes.** Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf. Acesso em 16 maio 2021.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Cad. Cedes, Campinas**, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez., 2003a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/cH67BM9yWB8tPfxjVz6cKSH/?format=pdf&lang=p>. Acesso em: 28 ago. 2021.

_____. Projeto Político-Pedagógicos da escola: uma construção coletiva. *In:* VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível.** 16. ed. Campinas: Papirus, 2003b.

_____. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. *In:* VEIGA, I. P. A. (Org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** 10. ed. Campinas: Papirus, 2006.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola de ensino médio e suas articulações com as ações da secretaria de educação. *In:* SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO: PERSPECTIVAS ATUAIS, 1., 2010, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VIANNA, I. O. de A. **Metodologia de Pesquisa: um enfoque didático da produção científica,** 2001.

VILELAS, J. **Investigação: o processo de construção do conhecimento.** Edições Silabo: Lisboa, 2009.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. *In:* LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado.** Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-82, 1999.

WILLIAMS, L.C.A. Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.9, n.2, p.141-154, 2003. Disponível em: <https://www.abpee.net/pdf/artigos/art-9-2-2.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ZOCCA, A. R. **A educação sexual e suas entrelinhas nas concepções dos gestores.** 2015. 80f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Programa de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Araraquara, 2015.

APÊNDICE I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA O GESTOR DA
INSTITUIÇÃO

(Resolução 510/2016 do CNS)

Eu, Isabella Mota Colombo, estudante de Mestrado em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar convido-lhe a participar da pesquisa “Caracterização da Educação Sexual em Escolas Especiais” sob orientação da professora doutora Fátima Elisabeth Denari. O objetivo desse estudo é investigar se a educação sexual está inserida nos currículos trabalhados em instituições educacionais especiais.

Você foi selecionado(a) por ser o(a) gestor(a) da escola especial investigada.

O estudo envolve a análise do currículo da instituição buscando encontrar informações referentes à Educação Sexual abordada na escola.

Também envolve a realização de uma entrevista semiestruturada através de um roteiro composto por 17 questões semiabertas divididas em três categorias: (a) caracterização do(a) gestor(a) participante, (b) relação com o currículo e (c) Educação Sexual na instituição. Tais questões visam compreender de que forma a instituição e sua gestão lidam com as questões envolvendo a Educação Sexual.

A entrevista será individual e será realizada no local em que considerar mais apropriado, assim como ocorrerá com a análise do currículo.

Poderá ocorrer constrangimento durante a sua participação na entrevista. Estamos cientes que as perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, a participação na pesquisa pode gerar desconforto e estresse como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e também constrangimento e intimidação. Diante dessas situações, você terá garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerar constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis

benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora solicita autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações e encaminhamentos a profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação Especial, para a construção de novos conhecimentos e para análise da Educação Sexual ofertada por escolas especiais. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo, seja em relação à pesquisadora ou à Universidade Federal de São Carlos.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha a mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada a juízes para validação das informações, bem como para os participantes. Aos participantes também será garantido o acesso aos resultados da pesquisa.

Essa pesquisa não prevê qualquer gasto aos participantes, porém se isso ocorrer, ele será ressarcido pela pesquisadora. Você receberá uma cópia deste termo constando o telefone, o endereço pessoal e o e-mail da pesquisadora, podendo solicitar esclarecimentos, tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

As informações e resultados obtidos por meio dessa pesquisa poderão se tornar públicos, mediante a publicação de relatórios e trabalhos científicos, desde que a sua identidade não seja revelada. Os dados coletados serão tratados de forma sigilosa,

assegurando o anonimato e a não identificação dos participantes, sendo utilizadas siglas ou nomes fictícios.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (19) 99252-5728. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os telefones e os endereços da pesquisadora e orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

(Isabella Mota Colombo)

(Assinatura)

Pesquisadora principal – aluna de mestrado

Rodovia Washington Luiz, Km 235, CEP 13565-905 – Monjolinho, São Carlos

(Profª Drª. Fátima Elisabeth Denari)

(Assinatura)

Orientadora da Pesquisa

Rodovia Washington Luiz, Km 235, CEP 13565-905 – Monjolinho, São Carlos

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informará que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que é inserido na estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Pesquisa, é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa, educativa, interdisciplinar e independente, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), portanto funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km.235 – Caixa Posta 1676 – CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br.

LOCAL E DATA: _____

NOME DO(A) PARTICIPANTE: _____

NÚMERO E TIPO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: _____

(Assinatura do Participante)

APÊNDICE II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PROFESSORES
E/OU OUTRO PROFISSIONAL DA INSTITUIÇÃO QUE ABORDE A EDUCAÇÃO
SEXUAL

(Resolução 510/2016 do CNS)

Eu, Isabella Mota Colombo, estudante de Mestrado em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar convido-lhe a participar da pesquisa “Caracterização da Educação Sexual em Escolas Especiais” sob orientação da professora doutora Fátima Elisabeth Denari. O objetivo desse estudo é investigar se a educação sexual está inserida nos currículos trabalhados em instituições educacionais especiais.

Você foi selecionado(a) por ser professor(a) e/ou outro profissional da instituição que aborde a Educação Sexual com os alunos.

O estudo envolve a realização de uma entrevista semiestruturada através de um roteiro composto por 12 questões semiabertas divididas em duas categorias: (a) caracterização do (a) participante e (b) lidando com a Educação Sexual. Tais questões visam compreender como o profissional aborda a Educação Sexual e lida com as manifestações sexuais de seus alunos.

A entrevista será individual e será realizada no local em que considerar mais apropriado.

Poderá ocorrer constrangimento durante a sua participação na entrevista. Estamos cientes que as perguntas não serão invasivas à intimidade dos participantes, entretanto, a participação na pesquisa pode gerar desconforto e estresse como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações e também constrangimento e intimidação. Diante dessas situações, você terá garantidas pausas nas entrevistas, a liberdade de não responder as perguntas quando a considerar constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis

benefícios que a pesquisa possa trazer. Em caso de encerramento das entrevistas por qualquer fator descrito acima, a pesquisadora solicita autorização para estabelecer contato posterior, a fim de verificar os possíveis danos ocasionados e proceder quanto a novas orientações e encaminhamentos a profissionais especialistas e serviços disponíveis, se necessário, visando o bem-estar de todos os participantes.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para a área da Educação Especial, para a construção de novos conhecimentos e para análise da educação sexual ofertada por escolas especiais. A pesquisadora realizará o acompanhamento de todos os procedimentos e atividades desenvolvidas durante o trabalho. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo, seja em relação à pesquisadora ou à Universidade Federal de São Carlos.

Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as etapas do estudo. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação.

Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas. As gravações realizadas durante a entrevista semiestruturada serão transcritas pela pesquisadora, garantindo que se mantenha a mais fidedigna possível. Depois de transcrita será apresentada a juízes para validação das informações, bem como para os participantes. Aos participantes também será garantido o acesso aos resultados da pesquisa.

Essa pesquisa não prevê qualquer gasto aos participantes, porém se isso ocorrer, ele será ressarcido pela pesquisadora. Você receberá uma cópia deste termo constando o telefone, o endereço pessoal e o e-mail da pesquisadora, podendo solicitar esclarecimentos, tirar dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

As informações e resultados obtidos por meio dessa pesquisa poderão se tornar públicos, mediante a publicação de relatórios e trabalhos científicos, desde que a sua identidade não seja revelada. Os dados coletados serão tratados de forma sigilosa,

assegurando o anonimato e a não identificação dos participantes, sendo utilizadas siglas ou nomes fictícios.

Se você tiver qualquer problema ou dúvida durante a sua participação na pesquisa poderá comunicar-se pelo telefone (19) 99252-5728. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os telefones e os endereços da pesquisadora e orientadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

(Isabella Mota Colombo)

(Assinatura)

Pesquisadora principal – aluna de mestrado

Rodovia Washington Luiz, Km 235, CEP 13565-905 – Monjolinho, São Carlos

(Profª Drª. Fátima Elisabeth Denari)

(Assinatura)

Orientadora da Pesquisa

Rodovia Washington Luiz, Km 235, CEP 13565-905 – Monjolinho, São Carlos

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informará que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que é inserido na estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Pesquisa, é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa, educativa, interdisciplinar e independente, vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), portanto funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km.235 – Caixa Posta 1676 – CEP 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br.

LOCAL E DATA: _____

NOME DO(A) PARTICIPANTE: _____

NÚMERO E TIPO DE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: _____

(Assinatura do Participante)

APÊNDICE III

Roteiro de Análise do Projeto Político Pedagógico da Escola Especial

Questões norteadoras:

- Ano de elaboração.
- Além dos professores, quem mais participa da elaboração do PPP?
- Quais os elementos presentes no PPP e de que forma eles são divididos para cada classe e/ou nível escolar? (Faixa etária? Condição de deficiência?)
- Há, no PPP, uma seção destinada aos conteúdos sobre sexualidade e à Educação Sexual
- Em que momento, ou área, ou disciplina, a Educação Sexual está inserida no PPP?
- Quem elabora tal conteúdo? (professores, psicólogos, terapeutas ocupacionais, professor de educação física?).
- Para a elaboração de tal conteúdo há a contribuição de um educador sexual? (palestra, vídeo, consulta a materiais)
- Quais temas envolvendo a Educação Sexual são abordados?
- Há orientação aos professores e demais profissionais de como se abordar esses temas? Como tal orientação é passada às famílias e/ou responsáveis?
- De forma geral, quais informações sobre Educação Sexual estão inseridas nele? E como são abordadas?

APÊNDICE IV

Roteiro de Entrevista Semiestruturada com o Gestor da Escola Especial

Data da Entrevista:

Local:

Duração:

Caracterização do(a) gestor(a) participante:

- 1.1. Qual seu nome (iniciais)?
- 1.2. Qual a sua idade?
- 1.3. Qual a sua formação?
- 1.4. Qual cargo ocupa na instituição e a quanto tempo?
- 1.5. Quantos alunos a instituição atende?

Relação com o currículo

- 1.6. Qual a sua visão de PPP e/ou currículo escolar?
- 1.7. Qual documento é adotado pela instituição para balizar a elaboração do PPP ou currículo?
- 1.8. Quais pessoas se envolvem nessa elaboração?
- 1.9. De que forma as experiências e interesses dos alunos são consideradas nesta elaboração?
- 1.10. Como você e a instituição, de modo geral, lidam com o PPP?
- 1.11. A Educação Sexual está presente no PPP e/ou currículo dessa instituição? Se sim ou se não, por quê?

Educação Sexual na instituição

- 1.12. O que você entende por Educação Sexual?
- 1.13. Você acha importante trabalhar a Educação Sexual com os alunos? Por quê?
- 1.14. Quais temas da Educação Sexual você acredita serem necessários abordar com os estudantes?
- 1.15. Como você percebe/vê a sexualidade dos alunos matriculados nesta instituição?
- 1.16. Qual profissional aborda a Educação Sexual?
- 1.17. Quais as orientações destinadas aos professores e demais profissionais sobre Educação Sexual?

1.18. Como a instituição lida com as manifestações sexuais apresentadas pelos alunos?

1.19. Qual a influência da família sobre o que será ensinado a eles sobre Educação Sexual?

APÊNDICE V

Roteiro de Entrevista Semiestruturada para Professores e/ou outro Profissional da Instituição que trabalhe a Educação Sexual com os alunos

Data da Entrevista:

Local:

Duração:

Caracterização do(a) participante:

- 1.1. Qual seu nome (iniciais)?
- 1.2. Qual a sua idade?
- 1.3. Qual a sua formação?
- 1.4. Qual cargo ocupa na instituição e a quanto tempo?

Lidando com a Educação Sexual

- 1.5. O que você entende por Educação Sexual?
- 2.2. Você acha importante trabalhar a Educação Sexual com os alunos com deficiências? Se sim ou se não, por quê?
- 2.3. Quais temas são prioritários? Esses temas estão presentes no PPP ou são elencados a partir de entendimentos, necessidades ou problemas?
- 2.4. Quais temas envolvendo a Educação Sexual são trabalhados por você?
- 2.5. De que maneira você aborda esses assuntos?
- 2.6. Quais materiais você utiliza para trabalhar essas temáticas?
- 2.7. Você percebe interesse ou dúvidas dos alunos sobre essa temática?
- 2.8. Como você lida com as manifestações sexuais dos alunos?
- 2.9. Como você se sente para trabalhar a Educação Sexual com os estudantes? Por quê? (vergonha, segurança, conhecimento, etc).

APÊNDICE VI

Descrição da pesquisa bibliográfica realizada sobre programas de Educação Sexual em escolas especiais

Foram analisadas 7 obras que preencheram os critérios estabelecidos pela pesquisa, a saber: os artigos de Maia e Aranha (2005), de Denari (2010), de Maia et al. (2015), a pesquisa desenvolvida por Morales e Batista (2010), o livro de Moreira (2011), a dissertação de Paliarin (2015) e o trabalho de Schiavon (2018).

A seguir, passaremos a apresentar a descrição da análise de cada uma das obras.

O artigo escrito por Maia e Aranha (2005) investigou as manifestações sexuais de alunos com deficiências com base no relato de seus professores. Participaram do estudo 40 professores de alunos com deficiências tanto de escolares regulares quanto de escolas especiais (foco desta dissertação). Como resultado encontrou-se que os professores da escola regular compreendem que não ocorrem comportamentos sexuais entre os alunos com deficiências, diferentemente dos professores das escolas especiais, já que nenhum destes não relataram não ocorrer nenhuma manifestação sexual por parte dos alunos. Também foi obtido que os professores do ensino comum percebem comentários deste alunado sobre a sexualidade mais com seus colegas do que com eles e que os assuntos mais abordados são concepção, corpo humano, higiene, menstruação, namoro e ISTs; já os participantes oriundos das escolas especiais percebem comentários tanto com eles quanto com os colegas e que os assuntos mais tratados são beijos, namoro, sensações corporais, gravidez e métodos contraceptivos. Quanto aos comportamentos sexuais os profissionais da escola comum relataram toques, beijos, abraços, dança, namoro, sorriso malicioso e masturbação; já os das escolas especiais além desses comportamentos mencionaram também o ficar junto, troca de bilhetes, relações sexuais hetero e homossexuais, agarrar e assediar outras pessoas e comportamentos exibicionistas; tais professores também relataram que perceberam a ocorrência de ISTs nesses alunos e abuso sexual contra eles. O estudo mostrou que a maioria das manifestações sexuais dos alunos com deficiências são as esperadas para a sua faixa etária e as que não inadequadas advém de determinantes ambientais não ocasionados pela deficiência; revelou também que os professores julgaram a sexualidade dos alunos com base em seus próprios valores e há grande necessidade e urgência de formação dos professores em relação à Educação Sexual.

O artigo de Denari (2010) é um recorte de sua tese (1997), citada anteriormente, objetivou desvendar as percepções de jovens com deficiência intelectual acerca da manifestação de sexualidade e do processo de adolecer. Os participantes foram grupos de adolescentes entre 12 e 17 anos de ambos os sexos diagnosticados com Síndrome de Down, matriculados em uma escola especial. A coleta de dados ocorreu mediante a composição de grupos e por meio de encontros nos quais haviam o estudo e a discussão de textos e filmes e também por intermédio de conversas informais de cunho educativo. Foi identificado que havia carência de informações sobre as inúmeras questões que cercam a sexualidade e a sua manifestação, tanto nos sentidos morfofisiológicos e psicoafetivos, quanto à cuidados preventivos. O estudo mostrou a necessidade de preparação profissional para se abordar essas questões e para contribuir com o desenvolvimento de uma sexualidade saudável para adolescentes com deficiência intelectual.

A pesquisa desenvolvida por Morales e Batista (2010) teve como objetivo descrever os conceitos sobre sexualidade por jovens também diagnosticados com deficiência intelectual, em aulas de orientação sexual. Foram participantes 9 adolescentes e jovens matriculados na modalidade EJA de uma instituição de educação especial localizada no interior do Estado de São Paulo. Para a pesquisa foram selecionadas cinco aulas, estas envolviam entendimentos referentes ao corpo humano, beijo, namoro, ejaculação, casinha e ISTs. Os dados foram analisados com base na apropriação e compreensão dos conceitos dificuldades parciais de compreensão e inibição. Percebeu-se que todos os participantes se mostraram atentos às aulas; realizaram todas as tarefas que foram propostas, principalmente nas aulas sobre camisinha. Já as aulas que os alunos apresentaram dificuldades parciais de compreensão foram as de namoro e beijo, principalmente no quesito de se abordar uma pessoa que se tem interesse e respeitá-la quanto aos seus desejos. E as aulas que apresentaram embaraço e inibição foram sobre ejaculação e beijo, principalmente quanto à homossexualidade. Assim, a pesquisa revelou que os alunos com deficiência intelectual têm plenas capacidades de compreensão dos assuntos envolvendo a sexualidade, que é possível se inserir programa de Educação Sexual em escola especial.

O livro de Moreira (2011) é fruto do trabalho de aconselhamento genético feito pela autora e colaboradores, oferecido aos familiares e profissionais que trabalham com pessoas com deficiência intelectual e à própria pessoa com deficiência intelectual, com

início no ano de 1986. Foi desenvolvido um programa educacional contando com oficinas pedagógicas e dinâmicas de grupo para realizar o trabalho com o corpo, o conhecimento de limites e o manejo de preconceitos; com vista às orientações e cuidados necessários para que as pessoas com deficiência intelectual tenham uma vida afetiva e sexual saudável e plena. no livro são descritas 3 experiências de Educação Sexual ocorridas em escolas especiais contando com oficinas pedagógicas e dinâmicas de grupo. Assim, são mostradas as 13 oficinas que compunham os programas de Educação Sexual, as quais abordavam relacionamento social; expectativas dos pais ou responsáveis ou cuidadores sobre Educação Sexual e a reflexão destes sobre a temática; conhecimento sobre corpo; trabalho com a autoestima e sentimentos; a visão que a própria pessoa com deficiência intelectual tem a respeito de sua sexualidade; discussão sobre comportamentos sexuais; gravidez indesejada; identificação dos papéis sexuais e entre outros assuntos diversos. Com os programas foi possível constatar que estes possibilitaram aos alunos integração melhor com a turma, a quebra de alguns preconceitos, promoveu conhecimento de assuntos concernentes à sexualidade que os alunos ainda desconheciam e que as atividades viabilizaram o aprendizado de muitos assuntos que envolvem a sexualidade, ao tratar desta de forma natural e a autovalorização.

A dissertação de Paliarin (2015) relata a experiência de oficinas pedagógicas sobre sexualidade realizadas com alunos com deficiência intelectual em uma APAE localizada no interior do estado do Paraná. Os participantes totalizaram em 11 alunos que tinham idades entre 14 e 26 anos. Foram feitas sete oficinas pedagógicas que abordaram conceitos como sexualidade, preconceitos, aparelhos reprodutores, métodos contraceptivos. Foi observado que os participantes demonstraram interesse nas atividades e que expunham suas dúvidas e curiosidades, além de participarem ativamente das discussões. Foi constatada uma visão machista por parte dos alunos, enxergando a mulher como um objeto e as oficinas auxiliarem na quebra dessa visão, e também a falta de conhecimentos básicos sobre seu próprio corpo e desenvolvimento. A dissertação mostra que é possível tratar da sexualidade de modo natural e que para isso é necessário se ter cautela ao trabalhar os temas sem fazer julgamentos.

O artigo de Maia et al. (2015) focalizou descrever um programa de Educação Sexual para pessoas com deficiência física. O programa teve como objetivos transmitir uma noção ampla e emancipatória de sexualidade; esclarecer e informar sobre repressão

e educação sexual; refletir sobre as mudanças na imagem corporal e também na autoestima de pessoas com deficiência física e como isso implica na sexualidade, além de discutir a crença social de que a deficiência é um impeditivo para a sexualidade. O programa foi composto por 3 participantes com idades 22, 23 e 24 anos. A coleta de dados ocorreu em uma universidade, mas todos os participantes da pesquisa eram vinculados a uma APAE de uma cidade do interior de São Paulo. No programa foram realizadas dinâmicas grupais e vídeos e imagens foram utilizados. Percebeu-se que o número pequeno de participantes contribuiu para o estabelecimento de confiança e o diálogo entre os participantes, os quais participaram ativamente das discussões, conversando e refletindo sobre as questões sociais frente a sexualidade. Foi concluído a importância da quebra de preconceitos sobre a sexualidade em programas de Educação Sexual e que as pessoas com deficiências carecem de esclarecimentos e de reflexões sobre a construção social da sexualidade.

O trabalho de Schiavon (2018) teve como objetivo investigar o que expressam os jovens com deficiência intelectual sobre sexualidade e de que forma eles a vivenciam e aprendem temas em Educação Sexual. Para isso, foram realizadas oficinas pedagógicas com 6 alunos com diagnóstico de deficiência intelectual e com idades entre 15 e 31 anos matriculados em uma escola especial no interior do estado de São Paulo. As oficinas totalizaram 3 nas quais foi pedido aos participantes que relatassem e também desenhassem seu entendimento sobre o vídeo “Minha Vida de João”. As temáticas de maior envolvimento e interesse dos alunos foram sobre violência doméstica, primeira relação sexual, papéis de gênero e ISTs. Foi percebido com o trabalho que a Educação Sexual destinada aos participantes era limitada e falha, mas que apesar dessa falha todos os participantes compreenderam os assuntos abordados e conseguiram expressar como vivenciam ou como entendem a sexualidade.